



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Tamyres Ravache Alves De Marco


**Origens do desenvolvimentismo no pensamento político brasileiro:
Azevedo Amaral um desenvolvimentista das origens**

Rio de Janeiro

2020

Tamyres Ravache Alves de Marco

**Origens do desenvolvimentismo no pensamento político brasileiro: Azevedo
Amaral um desenvolvimentista das origens**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando de Paula

Coorientador: Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D – IESP

M321 Marco, Tamyres Ravache Alves de.
Origens do desenvolvimentismo no pensamento político brasileiro:
Azevedo Amaral um desenvolvimentista das origens / Tamyres Ravache
Alves de Marco. - 2020.
130f.: il.

Orientador: Luiz Fernando Rodrigues de Paula.
Coorientador: Christian Edward Cyril Lynch
Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio
de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Brasil - Condições econômicas -1930-1964 -Teses. 2. Brasil - Política
e governo -Teses. 3. Política econômica - Teses. 3. Amaral, Azevedo,
1881-1942. I. Paula, Luiz Fernando Rodrigues de. II. Lynch, Christian
Edward Cyril III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de
Estudos Sociais e Políticos. IV. Título.

CDU 338(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou
parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Tamyres Ravache Alves de Marco

**Origens do desenvolvimentismo no pensamento político brasileiro: Azevedo
Amaral um desenvolvimentista das origens**

Tese apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutora, ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro.

Aprovada em 27 de maio de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Fernando Rodrigues de Paula(Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch (Coorientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Darlan Ferreira Montenegro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro
Universidade Estadual de São Paulo

Prof. Dr. Ricardo Alberto Bielshowsky
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

Para Nádia, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de estudos que permitiu que eu pudesse me dedicar exclusivamente às atividades de pesquisa, a participar de eventos regionais, nacionais e internacionais e contribuir não apenas para o desenvolvimento da ciência nacional como também para o meu desenvolvimento e progresso profissional. Nesses últimos anos nos quais temos observados os constantes ataques à ciência brasileira, aproveito para reforçar o valor das universidades públicas responsáveis, em grande medida, pelo desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de muitos brasileiros e brasileiras.

Agradeço também ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ) por toda a acolhida durante esses oito anos de aprendizado e trocas de experiências que, sem dúvidas, me tornaram uma cidadã e cientista mais crítica e capacitada para contribuir com a minha nação. No IESP-UERJ fui feliz, fiz amigos, aprendi conteúdos novos, novas maneiras de pensar, me comportar e, principalmente, aprendi a debater e ouvir os companheiros e os desafios políticos. Agradeço a todos os professores e professoras que gentilmente trocaram comigo seus argumentos, suas ideias, suas sugestões e discordâncias. Estou certa de que sem a contribuição de cada um deles e delas, eu não teria descoberto e formulado as questões que hoje considero vitais para compreender este país cujo tamanho é continental. Por anos busquei entender quais as questões me motivavam no campo da ciência e sei que o IESP-UERJ me ajudou a descobri-las, bem como a examiná-las.

Sou grata também aos funcionários dessa instituição por proporcionarem não apenas um ambiente mais acolhedor e agradável como também por se colocarem à disposição de todos os alunos e alunas, permitindo a realização de eventos de todo porte e estarem junto conosco nas diversas adversidades enfrentadas no cenário político recente. Não tenho dúvidas de que a presença e a dedicação de todos eles também são fator decisivo para o bom andamento das atividades desenvolvidas e para o sucesso institucional do qual goza o IESP-UERJ.

Não poderia deixar de mencionar os meus companheiros de turmas de mestrado e doutorado. Com eles aprendi a valorizar um bom debate, aprendi a ser uma melhor e mais dedicada profissional e a superar os desafios cotidianos que compõem a rotina da pós-graduação. Sou especialmente grata aos momentos de descontração e felicidade infinita proporcionada pelos queridos do Bom Churrasco & Cia. Ressalto ainda a potência gerada por estar ao lado de mulheres maravilhosas como Talita Tanscheit, Karine Belarmino, Marianna Albuquerque e Gabriela Caruso. Mulheres que em momentos distintos não me deixaram desanimar e me deram suporte incondicional diversas vezes.

Um agradecimento especial a Cristian Edward Cyril Lynch, que foi meu orientador por quase sete anos. Carregarei comigo muitos dos seus ensinamentos e seu espírito questionador. Agradeço ainda ao Grupo de Estudos em Teoria e Política e Pensamento Político Brasileiro (BEEMOTE) do qual faço parte, desde sua gestação.

Não deixaria de mencionar que a realização desse trabalho só foi possível devido ao apoio quase incondicional do meu orientador Luiz Fernando de Paula. Luiz foi muito mais do que um orientador e um professor. Luiz é, sobretudo, um colega atento e gentil. Com a sua colaboração e atenção foi possível acreditar na minha hipótese. Estou certa de que sua participação tornou um pouco menos difícil esse percurso tão árduo e solitário que é produzir uma tese e finalizar um doutoramento.

Agradeço especialmente ao meu amigo Tarcio Leal. Sempre presente. Sempre crítico. Sua presença é um choque de realidade que não machuca nem agride e me faz avançar. Agradeço especialmente também a minha amiga Adriana Nunes cuja fidelidade e parceria me ajudaram a ficar de pé nos momentos mais difíceis.

Meu agradecimento eterno ao meu querido e sempre orientador e amigo Darlan Montenegro. Darlan esteve comigo nos primeiros passos dessa jornada e esteve sempre presente quando necessário. Crítico ao extremo, Darlan me ensinou que posso ter o posicionamento político que eu achar melhor. O que não posso é não saber o que estou defendendo e contra quem ou o que estou divergindo.

Finalizo esse processo da minha vida e da minha carreira cada vez mais consciente das dificuldades que tive e que superei. Finalizo esse processo também ciente dos poucos, mas reais privilégios que tive. Agradeço a minha mãe por me ter dedicado o seu amor, a sua paciência e a sua vida. Agradeço também ao meu companheiro

Luciano Carvalho que dividiu todo esse momento comigo. Sem ele e seu suporte teria sido muito mais difícil terminar esse processo.

Ao dar mais esse passo no meu incurso profissional, desejo o fim do racismo estrutural que assola a nossa sociedade e o mundo. Desejo que o machismo não seja mais um impeditivo para o crescimento e o protagonismo das mulheres na academia. Desejo o fim da homofobia. Desejo, finalmente, que todos consigam o que almejam.

RESUMO

MARCO, Tamyres Ravache de. *Origens do desenvolvimentismo no político brasileiro: Azevedo Amaral um Desenvolvimentista das Origens*. 130f. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A década de 1930 no Brasil foi marcada pelo engajamento político de sua elite intelectual. Um rico conjunto de ideias e argumentos voltados à compreensão da realidade brasileira e ao seu desenvolvimento econômico e sua soberania tomaram conta do cenário político nacional. Com o advento do século XX houve também o surgimento de um paradigma cultural-nacionalista acompanhado de uma forte crítica aos pressupostos universalistas europeus. A ascensão de novas gerações da elite intelectual, da uma nova classe média e uma nova classe trabalhadora, tornaram-se uma realidade complexa que batia à porta do Brasil, enfatizando principalmente a necessidade da participação do Estado para a construção do bem-estar social. A modernização e o desenvolvimento eram urgentes. Questões referentes à cultura, à política e ao desenvolvimento econômico foram exaustivamente discutidas, entretanto. Esta tese tem por objetivo avaliar a teoria de um dos principais intelectuais brasileiros do período, o jornalista e médico carioca Azevedo Amaral. Fora do cosmopolitismo europeu, Azevedo Amaral representou uma mudança importante no modo de conceber a posição e a produção intelectual dos países periféricos no mundo. Observando o cenário de falência do modelo liberal do século XIX e inspirando-se em alguns dos elementos da Revolução Russa e da teoria revolucionária de Vladimir Lenin, Azevedo Amaral formulou uma proposta de desenvolvimento econômico planejado e coordenado pelo Estado que mais à frente seria denominado desenvolvimentismo, e, por isso, sustentamos que ele pode ser considerado um dos precursores do desenvolvimentismo no Brasil.

Palavras-chave: Azevedo Amaral. Pensamento político brasileiro. Origens do desenvolvimentismo no pensamento político brasileiro. Desenvolvimentismo. Conceito de desenvolvimentismo.

ABSTRACT

MARCO, Tamyres Ravache de. *Origins of developmentalism in political thought: Azevedo Amaral a developmentalist of origins*. 130f. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The 1930s in Brazil was marked by the political engagement of its intellectual elite. A rich set of ideas and arguments aimed at understanding the Brazilian reality and its economic development and sovereignty took over the national political scene. With the advance of the 20th century, there was also a cultural-nationalist paradigm accompanied by a strong criticism of universalist political assumptions. A rise of new generations of the intelectual elite, a new middle class and a new working class, use a complex reality that knocked on Brazil's door, emphasizing mainly the need for State participation to build social well-being. Modernization and development were urgent. Issues related to culture, politics and economic development have been thoroughly discussed, however. This is the objective of evaluating a theory of one of the main Brazilian intellectuals of the period, the Rio de Janeiro journalist, doctor and intellectual Azevedo Amaral. Outside European cosmopolitanism, Azevedo Amaral represents an important change in the way of conceiving the position and intellectual production of peripheral countries in the world. Observing the scenario of bankruptcy of the liberal model of the 19th century and taking inspiration from some of the elements of the Russian Revolution and Vladimir Lenin's revolutionary theory, Azevedo Amaral formulated a proposal for economic development planned and coordinated by the State that became the so-called development , and, therefore, we maintain that it can be considered one of the precursors of development in Brazil.

Keywords: Azevedo Amaral. Brazilian political thought. Origins of developmentalism in Brazilian political thought. Developmentalism. Concept of developmentalism.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Iseb	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
Cepal	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
PT	Partido dos Trabalhadores
PPB	Pensamento Político Brasileiro
PEB	Pensamento Econômico Brasileiro

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Escala de Generalidade de Pedro Cezar Dutra Fonseca	55
Figura 2 – Desenvolvimentismo: núcleo comum do conceito	59
Figura 3 – Fundamentos da Organização Social de Azevedo Amaral	73
Quadro 1 – Participação de Produtos Agrícolas no Total Exportado (1924-1945)	37

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	ANTECEDENTES E PANORAMA HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO	20
1.1	Liberalismo econômico e Primeira Guerra Mundial	21
1.2	A crise econômica de 1929 e a sombra da União Soviética.....	24
1.3	Desenvolvimento da política econômica no Brasil.....	30
2	PERCURSO HISTÓRICO DAS ANÁLISES SOBRE AS ORIGENS DO DESENVOLVIMENTISMO E DELIMITAÇÃO DO CONCEITO	39
2.1	O conceito de desenvolvimentismo.....	40
2.1.1	<u>Ricardo Bielschowsky: ideologia de transformação.....</u>	<u>47</u>
2.1.2	<u>Bresser-Pereira: estratégia para o desenvolvimento.....</u>	<u>49</u>
2.1.3	<u>Pedro Cezar Dutra Fonseca: o core do conceito e os dois planos metodológicos.....</u>	<u>52</u>
3	ANTONIO JOSÉ DO AZEVEDO AMARAL: FUNDAMENTOS POLÍTICOS E SOCIOLÓGICOS.....	62
3.1	Resgate biográfico e revisão bibliográfica.....	62
3.2	Fundamentos políticos e sociológicos: formação e desenvolvimento da sociedade brasileira.....	71
3.3	Fundamentos políticos e sociológicos: evolucionismo histórico e práticas intervencionistas.....	74
4	UM LENINISTA NÃO MARXISTA: A INFLUÊNCIA DA CORRENTE MARXISTA E DE VLADIMIR LENIN SOBRE O PENSAMENTO DE AZEVEDO AMARAL.....	83
4.1	Renovação dos padrões políticos: Karl Marx e Vladimir Lenin: revolução, modernização e a centralização do Estado para a industrialização nacional.....	87
4.2	Renovação dos padrões políticos: o método revolucionário.....	93

5	AZEVEDO AMARAL UM DESENVOLVIMENTISTA DAS ORIGENS: FUNDAMENTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS.....	100
5.1	Estado e Nação.....	102
5.2	Organização econômica: formas de dirigismo e corporativismo.....	106
5.3	Organização econômica – nacionalismo político e econômico e capital estrangeiro.....	109
	CONCLUSÃO.....	118
	REFERÊNCIAS.....	121
	ANEXO A - Livros publicados por Azevedo Amaral.....	125
	ANEXO B - Índice do livro <i>Ensaio brasileiro</i> de Azevedo Amaral..	127
	ANEXO C - Índice do livro <i>O Brasil na crise atual</i> de Azevedo Amaral.....	129

INTRODUÇÃO

Na última década, a área do *pensamento político-social brasileiro* apresentou uma expansão significativa. Ela pode ser medida pelo aumento expressivo do número de dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação; de comunicações apresentadas nos respectivos grupos de trabalho nos congressos da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), bem como nos encontros da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Sociedade Brasileira de Ciência Política (ABCP); de coletâneas de artigos [...] Além disso, surgiram novas tentativas de conferir um tratamento teórico mais elaborado a essa área do pensamento político brasileiro [...] Enfim, houve progresso. No entanto, qualquer crescimento de uma área de conhecimento gera crises: emergem novas questões, velhas certezas são alvos de objeções, os consensos começam a sofrer questionamentos, por força do aprofundamento e da especialização dos estudos (LYNCH, 2013, p. 727).

O campo de estudos do Pensamento Político Brasileiro (PPB) é relativamente recente quando comparado às demais áreas de pesquisa das Ciências Sociais no Brasil. São temas e eventos que guardam lacunas e permitem análises novas ou mais profundas. A década de 1930 se apresenta como um desses exemplos cujo número considerável de estudos expressa, em grande medida, uma concepção por vezes simplista ou estereotipada dos intelectuais e suas produções que, em última análise, contribuem fortemente para uma visão centrada no aspecto autoritário obliterando a pertinência de outros elementos notáveis que prestigiam e enriquecem o arcabouço teórico do pensamento brasileiro.

O século XX caracterizou-se ainda por ter sido um período de formulação e debate de críticas contrárias ao liberalismo clássico do século XIX. Em resumo, tratava-se da credibilidade e/ou da viabilidade da manutenção, tal como no século XIX, de uma economia de mercado totalmente livre e espontânea. Nesse contexto, ascendia a confiança em práticas políticas interventoras que passavam a ser vistas/utilizadas como ferramenta para a mudança social. A industrialização e a modernização se consolidavam como temas e eixos prioritários para o desenvolvimento econômico do Brasil a partir da década de 1930.

Segundo Gildo Marçal Brandão (2005), a década de 1930 concentra a matéria mais candente da história do pensamento político brasileiro, bem como parte expressiva do debate teórico acerca da sociedade e da política no período republicano. Sendo assim,

trata-se de um período extremamente rico e fundamental por fornecer um vasto conjunto de contribuições teóricas e práticas sobre os chamados “problemas nacionais”.

Alguns intelectuais dessa geração consideravam que o Brasil precisava superar dois grandes obstáculos que haviam se enraizado no comportamento político e na história nacionais: 1) a cópia indiscriminada de modelos políticos e instituições estrangeiras e 2) aprofundar o conhecimento nacional sobre a própria história e a realidade brasileiras.

À medida que buscava sofisticar suas análises sobre a formação da sociedade brasileira e contribuir para a elaboração de instituições políticas e dinâmicas econômicas mais modernas, a elite intelectual brasileira, tornou-se mais ativa e participativa nos assuntos políticos. Discutia-se a relevância da industrialização nacional, da reestruturação administrativa do Estado e da participação da sociedade civil. Tornando-se agentes, construíram e contribuíram para o avanço da memória e da história nacional por meio de debates e publicações cujos conteúdos amplos e diversos permanecem no centro das preocupações políticas brasileiras.

Esse contexto levou Lucia Lippi (1980) a afirmar que a posição e a participação dos intelectuais nesse período podem ser analisadas por meio da relação entre os autores e o público, uma vez que os intelectuais passaram a considerar relevante a divulgação de suas ideias e sugestões, bem como uma tarefa da qual não poderiam se eximir (OLIVEIRA, 1980, p. 33).

Com base nessas considerações, esta tese resgata a teoria para a modernização brasileira de um importante intelectual desse período. Trata-se de Azevedo Amaral com sua produção acerca do desenvolvimento econômico planejado, do Estado interventor e de sua defesa da industrialização brasileira para a modernização nacional. Este trabalho visa contribuir de algumas maneiras: 1) para o arcabouço teórico do campo de estudos do Pensamento Político Brasileiro (PPB), sobretudo, no que se refere à sofisticação das análises em torno do que se convencionou chamar “período autoritário”; 2) estimular novos trabalhos que visem às contribuições econômicas dos intelectuais do período; e 3) lançar um novo olhar sobre as origens do desenvolvimentismo no pensamento político brasileiro entre os anos 1930-1945.

Antonio José do Azevedo Amaral compõe o chamado grupo de “teóricos autoritários”, sendo o seu período de produção livresca correspondente aos anos de 1930 a 1941. Azevedo Amaral contribuiu com o debate de época com seus

fundamentos políticos, sociais e econômicos de modo sistemático e objetivo, buscando se localizar entre os que defenderam o uso de uma análise política “realística” da história nacional e do ambiente político mundial. Rejeitava a ideia na qual nações diferentes possuísem características suficientemente comuns que lhes permitissem a adoção indiscriminada de modelos políticos idênticos. Distanciou-se teórica e politicamente da escola econômica liberal do século XIX, marcada, segundo ele, por uma compreensão “evolucionista”, “lenta” e “gradual” do devir histórico.

Interessado no processo de modernização e de consolidação do capitalismo brasileiro, sua proposta incluía: a) a intervenção do Estado na esfera econômica, b) o fortalecimento das indústrias nacionais; e c) o planejamento estatal das atividades produtivas. Esses elementos deveriam estar conjugados e seriam condição *sine qua non* para o sucesso do desenvolvimento econômico do Brasil.

Azevedo Amaral entendia o século XX como o século das revoluções, no qual o homem desempenharia o papel de agente legítimo capaz de realizar mudanças estruturais profundas na sociedade. Defendia que o uso de medidas políticas intervencionistas do Estado na economia eram ações revolucionárias que poderiam impulsionar a industrialização nacional. O sucesso da modernização brasileira dependeria primeiramente da instauração de um Estado forte e indutor do progresso via industrialização. A revolução não deveria ser vista como uma característica ou instrumento de uma ideologia específica, mas como um método sem finalidade intrínseca.

O tema associado ao pensamento de Azevedo Amaral discutido nessa tese é o desenvolvimentismo. Esse fenômeno, consolidou-se no debate intelectual brasileiro durante a primeira metade do século XX devido a impasses quanto ao modo de promover e/ou acelerar o desenvolvimento e a industrialização brasileiras, bem como também foi estimulado pela crescente vontade de seus dirigentes e de sua elite intelectual se tornar o Brasil um país menos dependente do cenário político e econômico internacionais. Assim, à medida que se associava desenvolvimento e industrialização ao grau de modernização das nações, mais latente e pertinente se tornou o debate no interior do pensamento político e econômico brasileiro.

Segundo Ivan Salomão (2013), o desenvolvimento planejado vinha sendo debatido pelos intelectuais brasileiros desde o século XIX, entretanto, parte hegemônica das pesquisas costumam associá-lo à década de 1950. Ao que tudo indica, o amplo consenso sobre o desenvolvimentismo como um fenômeno diretamente vinculado à

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) parece ter contribuído para uma persistente imprecisão conceitual e temporal acerca da gênese do fenômeno no Brasil, além de ter colaborado para o pouco interesse acadêmico nos intelectuais brasileiros da década de 1930 envolvidos neste processo.

É importante ressaltar que esta tese não articula anacronicamente o termo “desenvolvimentismo” nem, tampouco, minimiza a centralidade da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) na história do desenvolvimentismo brasileiro. Pretende-se, por meio de um resgate conceitual, histórico e teórico, por um lado, mitigar a imprecisão temporal em torno das origens do desenvolvimentismo brasileiro e, por outro, chamar atenção para o necessário diálogo entre os campos do pensamento político e do pensamento econômico brasileiros. Trata-se, enfim, de estimular pesquisas que se dediquem ao resgate do tema no campo do pensamento brasileiro antes da década de 1950, entre 1930-44, período denominado por Ricardo Bielschowsky (2000) “origens do desenvolvimentismo”.

A hipótese examinada nesta tese é se o médico e jornalista Azevedo Amaral pode ser considerado um teórico das origens do desenvolvimentismo no Brasil. Com base na sugestão de Ricardo Bielschowsky,, trata-se de compreender se o pensamento do período (1930-1944), além de ter adicionado os “elementos básicos à ideologia industrialista preexistente” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 248) pode também ser considerado um período de maturidade teórica do posteriormente denominado desenvolvimentismo.

Para verificar essa hipótese, o trabalho se dividirá da seguinte forma, além desta introdução: no capítulo 1, são abordados os antecedentes históricos mundiais e do Brasil que influenciaram no surgimento do fenômeno desenvolvimentista no país. Espera-se, desse modo, contextualizar o ambiente político e econômico pelo qual passava o Brasil e o mundo.

Como base metodológica, no capítulo 2, realiza-se um balanço teórico do conceito de desenvolvimentismo a partir de algumas das principais referências do campo, visa-se também delimitar o conceito de desenvolvimentismo que será utilizado como referência no restante da tese. Serão abordados os conceitos de Luiz Carlos Bresser-Pereira, Ricardo Bielschowsky e Pedro Cezar Dutra Fonseca.

Nos capítulos seguintes (3, 4 e 5) serão apresentados e discutidos os fundamentos econômicos, políticos e sociológicos de Azevedo Amaral, bem como as principais correntes teóricas que influenciaram o seu pensamento e, ao que tudo indica,

contribuíram para o seu entendimento e formulação acerca do papel do desenvolvimento econômico planejado, da industrialização e do Estado no século XX. Intencionalmente, nos capítulos 3 e 4, trabalha-se com os dois primeiros livros de Azevedo Amaral, *Ensaio brasileiro* (1930) e *O Brasil na crise atual* (1934). A intenção por trás dessa escolha está em sintonia com a defesa do argumento expresso ao longo da tese, o qual defende que os livros publicados por Azevedo Amaral ao longo de sua carreira tinham todos por objetivo tratar da questão da modernização e da industrialização brasileiras.

No capítulo 3, apresenta-se e discute-se a formação e a construção da carreira política de Azevedo Amaral e os princípios políticos e sociológicos que fundamentam a sua teoria para a modernização brasileira, já que nesses princípios estão contidos o cerne dos elementos que orientam a sua análise acerca do século XX. Repousa ainda no capítulo 3 a intenção de abordar o seu pensamento de maneira mais profunda e integrada, relacionando sua trajetória ao modo pelo qual o autor construiu suas formulações e moldou o seu comportamento político e intelectual.

O capítulo 4 é dedicado ao papel que a ideia de revolução assumiu em sua teoria. Examina-se a influência, seja ela negativa ou positiva, da corrente marxista, do liberalismo econômico e da teoria da revolução de Vladimir Lenin. O capítulo aborda ainda sua leitura acerca dos impactos políticos e econômicos mundiais causados pela Primeira Guerra Mundial, pela Revolução Russa e pela Crise de 1929 e o como o Brasil se encaixava e deveria se comportar nesse contexto. Trata-se, em suma, do modo pelo qual Azevedo Amaral se inspirou, criticou e apropriou-se dessas correntes formulando, a partir delas, sua concepção sobre a função administrativa do Estado no século XX.

O capítulo 5 é voltado aos aspectos mais econômicos do pensamento de Azevedo Amaral, cujas referências na literatura das Ciências Sociais são escassas. Este capítulo examina o livro mais conhecido do autor, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, de 1938. Sem a pretensão de esgotar a análise dos fundamentos econômicos de Azevedo Amaral, o objetivo do capítulo é ressaltar a maturidade do pensamento do autor, conseqüentemente do período, sobre a questão da industrialização nacional e do desenvolvimento econômico planejado e coordenado pelo Estado.

Foram selecionados para esse exame os principais livros a respeito do tema publicados por Azevedo Amaral ao longo da década de 1930: *Ensaio brasileiro*

(1930), *O Brasil na crise atual* (1934) e o *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938). Enfatizando-se, assim, sua produção desde o início dos anos 30.

Por fim, o capítulo 6 tece as conclusões finais da tese.

1 ANTECEDENTES E PANORAMA HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO

A civilização do século XIX ruiu.
(POLANYI, 2012, p. 2).

O desenvolvimentismo é uma crítica a um sistema econômico tal como preconizado pelo liberalismo econômico durante o século XIX, sistema que observou sua maior crise durante o período entre guerras no século XX.

Como todo fenômeno histórico, o desenvolvimentismo também é resultante de uma amálgama de fatores desenrolados através de um período histórico diverso e complexo, o que torna, por assim dizer, simplistas ou pouco profundos os exames que excluem de sua natureza os seus antecedentes históricos mais longínquos e elementares.

Entendendo como fundamental a formação do desenvolvimentismo no Brasil, este capítulo tem por objetivo contribuir, ainda que de maneira introdutória, com a referida abordagem histórica, trazendo à baila esses acontecimentos e os consequentes contextos político e econômico. Acredita-se ainda que sem eles o desenvolvimentismo não teria se constituído como tal no Brasil. Cabe destacar que o que se pretende neste capítulo não é empreender um exercício contrafactual do que teria ocorrido na ausência deste ou daquele acontecimento, mas sim destacar o impacto de acontecimentos históricos de conhecimento geral que, quando mencionados, ainda aparecem alocados de maneira dispersa no debate sobre os antecedentes históricos do fenômeno do desenvolvimentismo no Brasil.

O desenvolvimentismo surgiu principalmente como uma reação, uma resposta a um modelo de Estado e a uma dinâmica de comércio internacional que passaram a ser considerados ineficientes para a promoção do progresso equânime das nações. Trata-se de um questionamento e insatisfação progressivos, sobretudo das nações em desenvolvimento que se viram demasiadamente suscetíveis e dependentes das contingências externas aos seus países e das economias de industrialização avançada. Nesse contexto, alguns intelectuais, ou simplesmente autores, escreveram sobre o “atraso” geral de suas nações em meio às transformações que então ocorriam em

nível nacional e internacional. Esses autores refletiram o problema do desenvolvimento “em linhas estruturalistas” (LOVE, 1988, p. 21).

‘Estruturalismo’ em economia, como também em outras disciplinas, significa diversas coisas, e minha definição é ampla e simples. O estruturalismo refere-se aos esforços teóricos de especificar, analisar e corrigir as estruturas econômicas que impedem ou bloqueiam o desenvolvimento e o funcionamento ‘normais’, implicitamente não-problemáticos, supostamente característicos das economias ocidentais. Devido a esses impedimentos e bloqueios, os receiturários clássico e neoclássico eram rejeitados pelo estruturalistas como sendo inadequados e inaplicáveis. Parte da teoria estruturalista, na verdade, foi concebida com a intenção de levar a economia até o ponto no qual as teorias neoclássicas *seriam* aplicáveis. (LOVE, 1988, p. 22).

A solução para o problema do desenvolvimento de então tinha como alvo principal atingir um novo patamar de modernização e desenvolvimento econômico, mas também englobava um maior grau de justiça social. É possível afirmar sem exagero de comparações que os problemas levantados pelos teóricos no início do século XX permanecem, até hoje, atuais para países de industrialização tardia como o Brasil. De acordo com Joseph Love, os problemas diagnosticados naquele período podem ser agrupados em três vertentes.

- 1 – Problemas de mercado e de mercado de trabalho;
- 2 – Problemas de comércio internacional e do sistema econômico internacional;
- 3 – O crescimento como uma solução, o crescimento como um problema, e o papel do Estado no fomento e no equilíbrio do crescimento.

1.1 - Liberalismo Econômico e Primeira Guerra Mundial

A Primeira Guerra Mundial marcou o início dos acontecimentos que levaram ao enfraquecimento do capitalismo liberal por expor os limites teóricos ¹ sobre os quais o

¹ Refiro-me ao colapso das instituições liberais do século XIX que eram a desconfiança da ditadura e do poder absoluto. O Estado e a sociedade deveriam ser informados pelos valores da razão, do debate

liberalismo econômico se pautava (POLANYI, 2012) desde o século XIX. Período marcado pela hegemonia do livre mercado no comércio internacional, a historiografia datou não só a supremacia financeira do continente europeu como também a difusão e a assimilação dos seus valores para o resto do mundo (POLANYI, 2012). Esses pressupostos subverteram uma sociedade baseada na hereditariedade para uma centrada na superioridade da técnica e das relações econômicas desvinculadas da interferência do Estado. Os avanços técnicos e científicos oriundos desta nova orientação exerceram incontestável influência sobre os países ocidentais. Contudo, a tarefa permanente de predomínio das economias avançadas sobre as ainda em desenvolvimento desembocou no primeiro dos eventos mais críticos do século XX.

A Primeira Guerra Mundial ou a “Grande Guerra” envolveu praticamente todas as grandes potências do mundo, além de outros países independentes. A “guerra total” se diferenciou dos anteriores conflitos europeus por ser considerado um produto da globalização (HOBBSAWM 2016). Ao longo dos quatro anos de conflito, observou-se a mudança de seus protagonistas² na medida em que a guerra ganhava contornos inesperados e irreversíveis, e um número elevado de mortos fazia com que as expectativas quanto ao término não fossem positivas.

O posterior cenário de destruição do continente europeu se estendeu para além das ruínas de suas cidades, visto que permitiu a associação direta da guerra com os objetivos políticos que a desencadearam. Nesse contexto, a viabilidade do liberalismo econômico começou a sofrer seus mais fortes momentos de crise.

A causa primordial da crise, calculamos, foi o trágico colapso do sistema econômico internacional. Desde a virada do século ele vinha funcionando precariamente, e a guerra e os Tratados finalmente destruíram-no. Isto tornou-se aparente na década de 1920, quando dificilmente uma crise interna na Europa não atingia o seu clímax em termos de economia externa. (POLANYI, 2012, p. 24).

público, da educação, da ciência e da capacidade de melhoria da condição humana (HOBBSAWM, 1995).

² Alemanha, França, Inglaterra e Itália.

Quando comparado ao século XIX, o crescimento econômico mundial não sinalizou uma queda exponencial. Contudo, ele não se afirmou sobre o avanço da globalização. A mundialização econômica cessou e isso foi identificado por meio dos indicadores de migração entre os países e continentes³. Os registros entre a quinzena que antecede a Primeira Guerra e quinzena posterior mostram uma suspensão do fluxo migratório. A expectativa era a de que com o fim da guerra houvesse uma recuperação dos mercados como um todo ou pelo menos daqueles que não haviam sido tão afetados pela guerra em si ou por revoluções adjacentes, no entanto,

O mundo anglo-saxônico, os países neutros da época da guerra e o Japão fizeram o que puderam para deflacionar, isto é, ordenar suas economias de acordo com os velhos e firmes princípios de moedas estáveis garantidas por finanças sólidas e o padrão ouro, que não conseguira resistir às tensões da guerra. E de fato foram mais ou menos bem-sucedidos nesse período entre 1922-26. Contudo, a grande zona de derrota e a convulsão, da Alemanha no ocidente à Rússia soviética no Oriente, testemunhou um espetacular colapso do sistema monetário, comparável apenas ao que se deu em parte no mundo pós-comunista depois de 1989. [...] Em suma, as poupanças privadas desapareceram, criando um vácuo quase completo de capital ativo para as empresas, o que ajuda a explicar a dependência maciça de empréstimos estrangeiros da economia alemã nos anos seguintes e sua vulnerabilidade quando veio a Depressão. (HOBSBAWM, 2016, p. 94).

Além disso, como consequência política imprevista, surgiu o regime revolucionário russo, cujas ideias, desde o século XIX, se opunham à perspectiva liberal.

Na primeira metade do século XIX, um grande debate condensou a reflexão sobre estes dois caminhos, de um lado, pequenos grupos de nobres e/ou de intelectuais, a *intelligentsia* emergente, cultores do modelo ocidental, sintonizados com o pensamento liberal ou revolucionário da França, Inglaterra e Alemanha, os *ocidentalistas*. De outro, os *eslavófilos*, partidários das tradições caras à sociedade russa, rejeitando as maneiras de ser e viver ocidentais. (REIS, 2003, p. 13).

³ Os períodos que antecederam a guerra registraram os maiores indicadores de migração em massa para os Estados Unidos, com cerca de 15 milhões de pessoas desembarcando em solo norte-americano. Na quinzena posterior à guerra o registro demonstrou uma queda para 5,5%. A imigração ibérica por sua vez teve queda de 1,75 milhão na década de 1911-20 para menos de 250 mil na década de 1930. (HOBSBAWM, 2016, p. 93).

1.2 - A crise econômica de 1929 e a sombra da União Soviética

Com a insurreição da Revolução Russa em outubro de 1917 – apenas um ano antes do fim da guerra – a orientação dos países ocidentais era basicamente impedir o avanço das ideias socialistas e comunistas que se tornavam atraentes para as nações insatisfeitas com os resultados recentes do liberalismo econômico. Após o fim da guerra, a imprevisível estabilidade da Rússia soviética causou grande perturbação à reorganização geográfica do continente europeu, já que a sua atual geografia impedia a configuração desejada pelos países como Alemanha. Esses fatores contribuíam para o clima de instabilidade, cuja primeira certeza era a da irrupção de um novo conflito, bem como do enfraquecimento da economia europeia.

Tornar o mundo seguro contra o bolchevismo e remapear a Europa eram metas que se sobrepunham, pois a maneira mais imediata de tratar com a Rússia revolucionária, se por acaso ela viesse a sobreviver – o que não parecia modo algum certo em 1919 –, era isolá-la atrás de um ‘cinturão de quarentena’ (*cordon sanitaire*, na linguagem da diplomacia contemporânea) de Estados anticomunistas (HOBSBAWM, 2016, p. 40).

Este clima de tensão a que se refere a historiografia diz respeito não só ao término instável da Primeira Guerra Mundial como também ao surgimento, e à permanência, da União Soviética em um campo teórico oposto ao das ideias liberais. Sua presença trazia perturbações à revitalização da dinâmica liberal econômica. Segundo Hobsbawm, após 1917 todos os países que em alguma medida se envolveram com a guerra mostraram algum tipo de insatisfação interna com o capitalismo liberal, e o socialismo russo era uma espécie de exemplo alternativo de sucesso.

Nos Estados Unidos os finlandeses, havia muito a mais fortemente socialista das comunidades imigrantes, converteram-se em massa ao comunismo, enchendo os sombrios assentamentos mineiros em Minnesota de comícios onde a menção do nome de Lenin fazia pulsar o coração [...] Em místico silêncio, quase em êxtase religioso, nós admirávamos tudo que vinha da Rússia. Em suma, a Revolução de

Outubro foi universalmente reconhecida como um acontecimento que abalou o mundo. (HOBSBAWM, 2016, p. 72).

Não foi apenas a Rússia que surgiu como um novo ator no cenário beligerante ao final da década de 1910. Se antes de 1914 os Estados Unidos já podiam ser considerados uma nação próspera, com o fim da guerra sua supremacia econômica era basicamente inquestionável, já que os lucros obtidos por eles os tornaram a única nação a sair verdadeiramente fortalecida da Primeira Guerra. Os Estados Unidos financiaram a Primeira Guerra Mundial e, ao seu término, foram também a principal fonte dos empréstimos para a recuperação dos países europeus. Este fato lhes rendeu um crescimento econômico expressivo, sobretudo, colocando-os rapidamente entre as principais economias mundiais.

Esse crescimento financeiro foi mobilizado posteriormente, por um lado, por meio da aplicação dos excedentes oriundos dos empréstimos e, por outro, pela iniciativa de proteção do seu mercado interno. Naquela altura, os Estados Unidos buscavam maneiras de garantir sua estabilidade financeira. A estratégia era simples, porém eficaz: tratava-se de recuperar e manter sua economia protegida de quaisquer competidores que buscassem arrecadar excedentes monetários em seu mercado interno via exportação.

O período que se seguiu à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28; de 1929-33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas jamais utilizadas até então. (ARRUDA, 2000, p.22).

Já para Hobsbawm, a novidade no cenário econômico internacional trazida pelo protagonismo dos Estados Unidos poderia ser vista de dois modos. Primeiramente pelo crescente desequilíbrio da ideia de “economia global” devido à assimetria econômica existente entre os Estados Unidos com os demais países. E o segundo, o fato de que a economia mundial não gerou demanda suficiente para uma expansão duradoura.

No mesmo período os Estados Unidos lideravam tanto por ser a nação que mais exportava como por ocupar o segundo lugar entre os que mais importavam, perdendo apenas para a Grã-Bretanha. 40% das exportações de matéria-prima dos quinze países comerciais eram importadas pelos Estados Unidos (HOBSBAWM, 2016; ARRUDA, 2000.) Assim, em meados da década de 1920, os Estados Unidos já eram responsáveis por mais de 42% da produção mundial total, e o seu crescente isolacionismo começava a interferir tanto no mercado internacional como no seu mercado interno.

A forma cada vez mais “livre” pela qual o mercado estadunidense funcionava acabou criando uma bolha especulativa sobre o capital em circulação. O excesso de crédito para os cidadãos e o aumento expressivo da desigualdade de poder aquisitivo entre as suas classes sociais⁴ culminaram nos primeiros meses de crise econômica no ano de 1929.

Em outras palavras, eram os sinais de uma nova crise, só que agora causada pelo desequilíbrio econômico de uma única nação e não de uma guerra entre potências econômicas como em 1914. Como o mercado mundial ainda não havia se recuperado completamente da Primeira Guerra, o isolacionismo praticado pelos os Estados Unidos afetava negativamente a economia mundial na medida em que este havia se tornado o principal parceiro econômico da maior parte dos países ocidentais.

Essencialmente liberal, a política de governo estadunidense impedia que se cogitassem quaisquer tipos de interferência na dinâmica de mercado. Como agravante à recuperação estadunidense, somou-se o retorno de alguns dos seus antigos concorrentes internacionais, como/ a saber França e Inglaterra. Ambos os países retornaram à competição comercial na condição de exportadores.

No dia 29 de outubro de 1929, a não menos famosa terça-feira negra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, tudo veio abaixo. As ações despencaram em queda livre e o índice industrial *Dow Jones*, que mede a variação das principais ações negociadas, despencou após registrar a queda de 12,82%. A sensação que se tinha era a de que o mundo virara de cabeça pra baixo. Enquanto investidores, que tudo haviam perdido, suicidaram-se, atirando-se das janelas dos edifícios,

⁴ A partir de 1920, o percentual das famílias que viviam num patamar abaixo da subsistência chegava a 60% (ARRUDA, 2000, p. 17).

os pobres se preparavam para engrossar a fila da sopa gratuita dos desempregados. (ARRUDA, 2000, p. 27).

A Depressão encerrou a fase de prosperidade⁵ dos Estados Unidos e afetou, porém, mais profundamente, toda a humanidade. A globalização estava consolidada. O período mais intenso da crise se estendeu de 1929 a 1933⁶ acarretando a queda vertiginosa dos preços industriais e falências empresariais.

[...] todo o arranjo, como já vimos, deixou tanto a Alemanha quanto a Europa extremamente sensíveis ao declínio dos empréstimos americanos, que começou mesmo antes da crise e da suspensão completa de empréstimos americanos após a crise de Wall Street em 1929. Todo o castelo de cartas de reparações desmoronou durante a Depressão. A essa altura, o fim dos pagamentos não teve efeitos positivos sobre a Alemanha ou a economia mundial, porque este tinha desabado como sistema integrado, o mesmo acontecendo, em 1931-3, com todos os acordos para pagamentos internacionais.” (HOBBSAWM, 2016, p. 103).

Medidas intervencionistas nos Estados Unidos surgiram com o governo de Franklin Delano Roosevelt e sua equipe econômica. Embora seja reconhecidamente um plano de recuperação econômica norte-americano, o New Deal não se configurou como uma estratégia unicamente estadunidense. Cabe destacar que os pilares sobre os quais essa teoria se ergueu teve por razão uma crise econômica generalizada na qual os Estados Unidos não eram os únicos afetados.

Significa dizer que nos demais países afetados pelos desdobramentos internacionais aqui discutidos, também houve reações específicas voltadas à solução de seus impasses econômicos. Das mais simples às mais complexas, todas as transições de mercado foram afetadas. O crescimento econômico não foi interrompido, como vimos, mas sofreu expressivas alterações. Afinal, os impactos

⁵ Trata-se basicamente da ascensão de vários setores econômicos e culturais estadunidense: cinema, música, teatros, imobiliárias, automobilísticas etc.

⁶ Nesse período, a estimativa de desempregados variou entre 25 e 30 milhões de pessoas. Os países europeus foram fortemente afetados, exceto a França, que conseguiu manter-se levemente equilibrada. Na Inglaterra, com a queda da exportação em 70%, os números chegaram a 2,7 milhões de desempregados. A União Soviética, contudo, passara pela crise sem abalos. Literalmente assistia a crise econômica do capitalismo liberal. (Arruda, 2000).

econômicos de 1929 recaíram sobre a ainda em curso recuperação do mercado mundial, expondo as dificuldades de desenvolvimento dos mercados como um todo.

A instabilidade financeira alcançou um nível periclitante que clamava por novas alternativas político-econômicas. Entre os intelectuais brasileiros, a formulação de projetos que ao menos amenizassem esses problemas se consolidava como tarefa (LIPPI, 1980). Com base nesses acontecimentos é que se percebe o surgimento de regimes políticos diversos sob as alcunhas de “nacionalismos”.

A Grande Depressão confirmou a suspeita de intelectuais e cidadãos da época de que o modelo capitalista liberal ou sua orientação liberal econômica não era compatível com os anseios de desenvolvimento da paz e da prosperidade das nações modernas. A “economia de livre mercado”, dominada por pequenos grupos e isenta de qualquer tipo de regulação perdia sua credibilidade “competitiva”, sobretudo, como um princípio capaz de trazer o equilíbrio entre as nações.

O efeito desses indicadores sobre o pensamento e a opinião pública denotavam as alterações que estavam por vir, principalmente a partir da década de 1930. Na parte norte do globo, basicamente Europa e Estados Unidos, essas mudanças não expressavam senão certa agonia política. Segundo Hobsbawm, na região norte das Américas, por exemplo, os governos tendiam mais para a esquerda do que a para direita política. Isso teria a ver, segundo o autor, com a influência das medidas políticas norte-americanas realizadas pelo governo de Roosevelt e pelas teorias econômicas de Keynes⁷.

Os governos de direita⁸ nessas regiões foram fortalecidos em clara oposição à simpatia social crescente pelos governos de esquerda – revolucionários ou não. Embora saibamos os efeitos distintos causados pelo fortalecimento dos discursos nacionalistas entre os países europeus, norte-americanos e latinos⁹, interessa-nos

⁷ Para Hobsbawm, os efeitos das teorias de John Maynard Keynes foi o motivo para ele ter se tornado um dos mais influentes economistas dos quarenta anos que se seguiram à crise econômica de 1929 (HOBSBAWM, 2016).

⁸ Neste trabalho, entende-se por direita os governos que, além de autoritários, legitimam a existência da hierarquia e da desigualdade sociais. Conseqüentemente, o termo “governos de esquerda” se refere aos governos do período, que, eventualmente autoritários, não legitimam esses dois elementos.

⁹ Embora não seja o objetivo deste trabalho discutir os governos que surgiram na Europa e no norte da América, é preciso ressaltar que, primeiro, esse tema não será abordado nesse estudo. O foco será na

discutir o surgimento de ideias especificamente voltadas à modernização e ao desenvolvimento brasileiro, que estiveram intimamente vinculadas aos eventos apresentados ao longo do capítulo. Os países latinos em desenvolvimento, como o Brasil, sofreram um enorme impacto, já que a sua economia era basicamente exportadora e a crise reduziu os fluxos de trocas de todo o tipo (ARRUDA, 2000).

Segundo Hobsbawm (2016), o crash ocasionou, já no início dos anos 1930, uma mudança quase completa das políticas estatais da América Latina, uma vez que nesses países houve uma crescente inclinação dos governos à esquerda. A moeda brasileira, por exemplo, foi desvalorizada. Os produtos importados tornaram-se mais caros, fazendo com que os fazendeiros pressionassem o governo por medidas que amortecessem o impacto da crise.

Antes da crise de 1929 o consumo mundial chegou a ser de 16 milhões de sacas de café; a produção brasileira (de 8 milhões de sacas), somada aos estoques, colocava o Brasil em condições de abastecer sozinho o mercado mundial. Isso se explica pela política de financiamento e valorização dos preços adotada em 1906 no Convênio de Taubaté. Com a crise, além da diminuição do consumo, abandonou-se a política de estocagem, pois os bancos estrangeiros não mais estavam em condições de financiá-la. (ARRUDA, 2000, p. 29).

Assim, passados os primeiros anos da crise sem que esta retrocedesse, concluiu-se que o liberalismo econômico não iria se reequilibrar, e tampouco os capitalistas liberais seriam capazes de lhe dar uma solução. O abandono ao capitalismo liberal foi proclamado após a sucessão de duas crises econômicas graves. A primeira causada pela Primeira Guerra e a segunda pela Crise de 1929, contudo, ambas orientadas por um paradigma econômico cuja capilaridade não se mostrava mais tão eficiente ao final do século XIX.

Se, por um lado, o panorama internacional nos ajuda a perceber a complexidade da configuração política e econômica que tomava vulto sobre os países envolvidos em sua dinâmica comercial, por outro lado, uma breve recuperação dos antecedentes

América Latina, especificamente no Brasil. E, além disso, esse tópico será discutido no próximo capítulo.

históricos do Brasil nos auxilia na percepção acerca das principais questões que se colocavam para o país, em especial aqueles ligados à sua trajetória econômica.

1.3 Desenvolvimento da política econômica no Brasil

Desde o período colonial, a formação do Brasil foi marcada pelas dificuldades e pelos impasses enfrentados, ao longo dos séculos, para que a sociedade que aqui se construía se adaptasse às seguidas transformações na orientação do comércio internacional do ocidente. Primeiro a colônia e depois o Brasil independente constituíram sua dinâmica econômica e social a partir de grandes propriedades rurais voltadas à exportação de bens primários, sendo a mão de obra escrava africana o alicerce de sua economia. Ao lado da elite de traficantes, sua população livre era majoritariamente composta de proprietários rurais e comerciantes voltados para o mercado externo.

A diversidade regional caracterizou a economia colonial do Brasil. A plantação de cana de açúcar se tornou o seu primeiro e principal produto de exportação, conquistando rapidamente o *status* de artigo de luxo de consumo da aristocracia europeia e, posteriormente, um bem de consumo em massa. Entre 1530 e 1540 a produção açucareira já estava estabelecida. De 1570 a 1620, observou-se a sua expansão, sobretudo, pelo aumento da demanda europeia e ausência de concorrência. Diante de uma massa de escravos africanos e homens livres de condição inferior, a ascensão econômica dos comerciantes e dos grandes donos de terra foi facilitada (FAUSTO, 2016, p. 34).

Sem entrar nas minúcias da dinâmica açucareira no Brasil, cabe destacar que essa atividade se dividiu em fases. Ora por impactos estrangeiros como, por exemplo, a Guerra dos Trinta Anos na Europa, ora por invasões de outros países em território brasileiro, como na invasão holandesa no Nordeste do país. Em 1620, surgiram as primeiras concorrências ao açúcar nacional. França, Holanda e Inglaterra deram início a plantações em grande escala em suas colônias, trazendo impactos negativos para a atividade no país, mas não deixando de ser a sua principal renda no período colonial.

O açúcar proporcionou o desenvolvimento de outras, porém limitadas atividades internas como, por exemplo, a produção de gado que, mesmo sendo vinculada à produção açucareira, contribuiu para a extensa interiorização e ocupação de terras mais férteis. A tendência à especialização no cultivo da cana gerou ainda uma contínua escassez de alimentos, levando à produção de alguns gêneros alimentícios como a mandioca.

Anos mais tarde, foi a vez da plantação de fumo ganhar o seu lugar entre os produtos exportados para a Europa. Produzido no recôncavo baiano, o fumo tornou-se o segundo maior produto exportado pelo Brasil. Ao longo das décadas seguintes, o país foi cenário de diversas invasões e lutas armadas movidas principalmente pelo interesse nas zonas de produção açucareira.

Nesse contexto de instabilidade do domínio de Portugal sobre a Colônia brasileira, houve problemas regionais relacionados à falta de moeda em regiões como, por exemplo, o Norte do Brasil. Aos poucos, o Sudeste era desbravado e suas riquezas expostas e rapidamente lançadas aos setores de exportação. Mas as relações entre a Coroa e as expedições bandeirantes foram complexas, sendo uma das suas principais marcas a submissão da população já escravizada e subordinada nas regiões Norte e Nordeste e milhares de nativos executados durante e após as descobertas de metais preciosos na região Sudeste, em especial em Minas Gerais.

Se a economia açucareira no Nordeste havia sido afetada pela competição com a produção de açúcar na Europa, o século XVIII terminou por contribuir com este cenário devido à exploração de metais preciosos na região Sudeste. Vindos apenas de Portugal, registrou-se a chegada de cerca de 600 mil não portugueses em solo brasileiro. O ouro e outros metais preciosos contribuíram com as dívidas da Coroa com a Inglaterra.

Não foi apenas de Portugal que gente de toda a condição afluiu para Minas Gerais. Depois da chegada dos paulistas, acompanhados de seus escravos índios, houve a migração de várias partes do Brasil. Nasceu assim uma sociedade diferenciada, constituída não só de mineradores, como de negociantes, advogados, padres, fazendeiros, artesãos, burocratas, militares. Muitas dessas figuras tinham seus interesses estreitamente vinculados à Colônia, e não por acaso ocorreu em Minas uma série de revoltas e conspirações contra as autoridades coloniais. Embora

os setores mais ricos da população fossem, às vezes, proprietários de fazendas e investissem na mineração em locais distantes, a vida social concentrou-se nas cidades, centro de resistência, dos negócios, das festas comemorativas. (FAUSTO, 2016, p. 56).

Diferentemente da produção açucareira, a mineradora não resistiu muito tempo. Em menos de sessenta anos as cidades mineiras registraram queda populacional de mais de 50% e suas cidades antes movimentadas de atividades sociais de todo o tipo, viram-se estagnadas e transformadas em locais históricos. Tão logo se intensificou a atividade mineira, sua produção aurífera perdeu peso no conjunto da economia brasileira. Mas, como observado em quase todo o Brasil, a atividade mineradora também deixou suas marcas. As atividades antes vinculadas à extração de metais se tornaram vitais, sua província passou a combinar regime escravista com atividades pecuárias e manufatureiras.

No final do século XVIII, o modelo colonial entrou em crise. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa influenciaram o ocidente a abandonar as práticas mercantis, bem como o uso da mão de obra escrava. Ascendia o pensamento ilustrado e o liberalismo. À margem dessas transformações, Portugal se tornou um país atrasado e dependente da proteção da Inglaterra, nação que passava a ser a nova potência mundial do período. Sendo a maior colônia de Portugal e com a qual a Coroa lusa contava para reestruturar sua capital após um catastrófico terremoto ¹⁰, bem como para fornecer recursos para sustentar sua guerra contra a Espanha, o Brasil, conseqüentemente, também não acompanhou as transformações trazidas pela era industrial, tampouco experimentou mudanças expressivas em suas dinâmicas econômica e social. Visando o domínio português sobre o Brasil, o Marquês de Pombal adotou medidas comerciais que afetaram o comércio interno da elite colonial brasileira que havia se desenvolvido em torno das produções açucareira e da mineração. Esse recrudescimento da administração portuguesa no Brasil combinou aspectos do antigo regime colonial e da recente orientação política e econômica europeia.

¹⁰ Em 1 de novembro de 1755, o “terremoto de 1755” destruiu quase que por completo a capital de Portugal, em especial a parte baixa da cidade. Um típico episódio trágico, seguido de um maremoto (estimado em quase 9.0 na escala Richter) que desencadeou incêndios, deixando aproximadamente dez mil mortos.

[...] nos anos entre 1777 e 1808, a Coroa continuou tentando realizar reformas para se adaptar aos novos tempos e salvar o colonialismo mercantilista. O reinado de Dona Maria I e do príncipe regente Dom João, ao contrário do anterior, beneficiou-se de uma conjuntura favorável à reativação das atividades agrícolas da Colônia: a produção de açúcar se valorizou e se expandiu favorecida pela insurreição dos escravos em São Domingos. Além disso, uma nova cultura ganhou força: o algodão, desenvolvido pela companhia de comércio pombalina e incentivado pela guerra de independência dos Estados Unidos, transformou o Maranhão, por algum tempo, na zona mais próspera da América portuguesa. (FAUSTO, 2016, p. 62).

Anos mais tarde, o Brasil iniciaria seu processo de independência mantendo muitas continuidades com o período colonial. Sem dúvida, os principais marcos desse percurso foram a transferência da família real portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior. No complexo conjunto de interesses no qual estava inserida a independência do Brasil, é importante destacar que esta não resultou em significativas modificações em sua forma de governo e dinâmica social, logo, de sua ordem econômica (FAUSTO, 2016, p. 79). Todavia, é importante destacar, que isso não nos permite afirmar que nada teria mudado no país.

Embora haja questionamentos sobre a Coroa Portuguesa ter alcançado ou não os seus objetivos em organizar a economia colonial brasileira para a exportação em grande escala de modo a gerar ganhos de capitais para si, o mesmo não se pode dizer do sucesso dos meios aplicados para atingir aquele que seria o seu objetivo principal de acumulação de capital. Desde a chegada dos portugueses no Brasil, o que se constatou foram atividades exportadoras que não apenas delimitaram as suas fronteiras, como também exerceram inequívoco impacto sobre a sua formação e dinâmica econômica.

A abertura dos portos, por exemplo, inseriu o Brasil no sistema econômico internacional, beneficiando os proprietários rurais que tinham produtos voltados para a exportação, contribuindo também para o fim do monopólio comercial de Portugal. Estabelecia-se ainda uma ligação entre os setores dominantes da antiga Colônia com a Coroa portuguesa, sobretudo aqueles situados no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A presença do rei no país fortalecia diretamente a expansão econômica do Rio de Janeiro ligada à produção de açúcar, café e ao tráfico de escravos. A

transferência da família real portuguesa para o Brasil, por sua vez, reconfigurou as relações internacionais de toda a América do Sul, além obviamente da administração brasileira.

Quanto ao sistema político do Império, houve o rodízio entre dois partidos: o conservador e o liberal. Acerca das questões políticas mais amplas com as quais esses partidos tinham de lidar, encontravam-se grandes temas, tais como: a organização do Estado, a representação, as liberdades públicas, a escravatura, a centralização e a descentralização. O Partido Conservador era formado por uma coalizão de burocratas do governo, proprietários rurais e setores de comerciantes, em suma, setores preocupados com as agitações urbanas. O Partido Liberal era principalmente composto de proprietários rurais e profissionais liberais.

É possível afirmar que o processo de formação desses dois partidos, bem como o conjunto das discussões políticas, sociais e econômicas debatidas por eles representa um dos momentos mais ricos da história brasileira. Com esses partidos, consolidou-se duas grandes maneiras de interpretar os problemas nacionais, denominados por eles como problemas da sociedade brasileira.

Ambas dizem respeito a uma maneira de encarar o problema do atraso da sociedade brasileira, ou, como se dizia antigamente, o retardo do Brasil no concerto das nações [...] Essas duas formas são os saquaremas e os luzias [...] “Saquarema” é a denominação dada aos conservadores do Império. “Luzia” é o apelido dedicado aos liberais da época [...] O diagnóstico saquarema informa: somos um país enorme, sem meios de comunicação, com povoamento inorgânico e população profundamente decaída do ponto de vista da instituição, da riqueza, da falta de saneamento básico. Com isso, chega-se à conclusão categórica de que não temos nação. Com um Estado muito fraco desde sempre, o país ficou nas mãos dos grandes proprietários rurais, os mandões, os senhores feudais, homens que mantêm a população subalternizada e dependente [...] A obsessão saquarema é a unidade territorial. Esta tem de ser garantida por um Estado forte; não um Estado qualquer, não um Estado de província, mas um Estado nacional [...] Essa ordem não pode ser construída pelos grandes proprietários de terra, pois a identidade deles é local. Por isso, o Estado forte e centralizado – é a solução.” (LYNCH, 2011, p. 22).

Os Luzias, o Partido Liberal, não associavam fortemente a ideia de república e federalismo.

O problema para eles não estava na monarquia e sim na centralização. Tinham receio da República, imaginando que, com ela, chegaria também a insurreição dos escravos. Ou seja, queriam a república restrita ao âmbito da elite. Com a democracia a mesma coisa. Eles achavam que, se falassem muito em liberdade, democracia ou república, isso começaria a vazar para os setores subalternos, por isso preferiam uma monarquia descentralizada, ou uma monarquia federativa. Seria mais seguro. Ao mesmo tempo, eram orientados pelo ideal americano, diferentemente dos saquaremas. O ideal, é claro, era o progresso baseado no crescimento econômico, no primado da sociedade sobre o Estado, da economia sobre o político. Era o ideal do liberalismo clássico, mas que naquele momento se revelava no Brasil profundamente oligárquico. (LYNCH, 2011, p. 26).

Embora fossem bastante significativos os interesses e as divergências entre os partidos liberal e conservador, houve um acordo nacional provisório entre saquaremas e luzias visando mudanças capitalistas e modernizadoras para o Brasil. Essas foram as primeiras tentativas históricas no sentido de criar um mercado de trabalho, da terra e dos recursos disponíveis.

Conquanto buscassem os agentes mencionados superar esses impasses, o Segundo Reinado rapidamente sentiu os primeiros sintomas de sua crise, sendo os principais deles o fortalecimento do movimento republicano e as questões em torno da abolição da escravidão. Assim, o ambiente político brasileiro no final do século XIX foi marcado pela crise do Segundo Reinado sobre o qual permeava o republicanismo e avançava o declínio do sistema de mão de obra que gerou e estruturou a riqueza brasileira desde o seu descobrimento.

Atribui-se a queda da monarquia a diversos fatores, tais como: disputa entre o Estado, Igreja e a Abolição; ao Exército e um setor expressivo da burguesia cafeeira de São Paulo; ausência de perspectiva para um Terceiro Reinado etc. Independentemente do peso específico de cada um desses fatores, importa destacar que o Brasil permaneceu sendo uma nação essencialmente agrícola, cuja proporção estimada das pessoas em atividade nos últimos 30 anos do século XIX correspondia a 80% no setor agrícola contra apenas 7% no setor industrial.

Havia uma indústria incipiente na década de 1880, muitas vezes em unidades pequenas ou até artesanais, incluindo principalmente processamento de alimentos, têxtil e vestuário, e bebidas, respondendo, talvez, por 10% do PIB. Em 1889, a contribuição da indústria doméstica para a oferta de produtos têxteis de algodão, exatamente o setor classicamente pioneiro em outras experiências nacionais de substituição de importações, seria talvez de 15%. Um surto mais importante de industrialização no Brasil só ocorria na esteira das políticas macroeconômicas expansionistas do início do regime republicano. (ABREU, 2014, p. 7).

Marcelo de Paiva Abreu chama atenção, portanto, ao incipiente setor industrial brasileiro, principalmente sabendo que o século XX seria marcado por debates em torno do desenvolvimento das nações com base em seu complexo industrial, bem como na centralidade do papel do Estado no processo de modernização e adequação no sistema capitalista mundial.

O Brasil chegou ao século XX com características econômicas esmagadoramente agroexportadoras e, diferentemente do cenário de hegemonia exportadora observado nos tempos da Colônia, os produtos exportados pela República brasileira enfrentavam grande concorrência. A economia cafeeira que vinha se desenvolvendo para o interior de São Paulo desde a década de 1880, favorecido por terras férteis, disponibilidade de capital e mão de obra imigrante, ganhou proeminência na economia brasileira, chegando a ter uma participação de 73% nas exportações brasileiras em 1924/1929 (Quadro 1), favorecida pela política de valorização do café a partir dos Acordos de Taubaté (1907), com o Brasil se tornando o maior exportador mundial (cerca de 75% do total).

No plano político, o país observava as províncias do Sudeste, agora denominadas estados, disputando o poder Executivo da recém República que enfrentava no cenário interno os dilemas em torno da descentralização política e no externo começava a lidar com os dilemas internacionais trazidos, em um primeiro momento pela Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, pela Grande Depressão de 1929.

A Revolução de 1930 no Brasil se desenvolveu no período entre guerras com base nas críticas ao sistema econômico liberal do século XIX, visto desde então como incapaz de solucionar os problemas econômicos e sociais dos países, em especial

daqueles ainda em desenvolvimento do seu complexo industrial. No cenário internacional, os impactos resultantes dessa visão foram diversos.

Os impactos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa provocaram, segundo inúmeros autores, uma crise de consciência generalizada que, por sua vez, resultou em crítica à democracia representativa parlamentar de cunho individualista. Correntes intelectuais e políticas antiliberais e antidemocráticas, de diferentes matizes, revelavam extrema preocupação com a questão social e muito se discutia sobre novas formas de controle das massas com o intuito de evitar a eclosão de revoluções socialistas. (CAPELATO, 2003, p. 109).

Instaurado em um contexto de turbulência política, o primeiro governo Vargas via como solução para o controle social e o desenvolvimento econômico a adoção de um Estado forte que impulsionasse a economia nacional como um todo. Desde o início do século XX, a produção cafeeira havia se tornado o setor econômico pujante do país, a exemplo das grandes safras de café exportadas na década de 1920 (Quadro 1).

Quadro 1 - Participação de Produtos Agrícolas no Total Exportado (1924-1945)

Períodos	Café	Cacau	Algodão	Couro e peles	Outros
1924-1929	72,5%	3,3	1,9	4,5	17,8
1930-1933	69,1	3,5	1,4	4,3	21,7
1934-1939	47,8	4,3	17,6	4,4	28,9
1940-1945	32,5	3,2	9,1	3,6	51,6

Fonte: Maria Antonieta P. Leopoldi, 2003.

Contudo, a partir da Crise de 1929 e da grande depressão que se seguiu, o Brasil se defrontou com uma série de crises, entre elas a superprodução do café, a queda do preço da safra do mercado internacional e a conseqüente queda da receita de divisas derivadas das exportações de café. A forte queda do preço internacional do café (mais de 60%), reduziu drasticamente o valor das exportações brasileiras, e como a economia brasileira dependia do setor cafeeiro, houve forte diminuição na renda e emprego internos e acentuada queda nas importações. O governo Vargas no início dos anos 1930 adotou uma política de defesa do café, através de um conjunto de medidas que incluíram a proibição de novos plantios de café, destruição de cafés de baixa qualidade e compra pelo governo a preços mínimos da parte da safra não vendida.

De acordo com Furtado (2009) o governo brasileiro, ao implementar uma política de defesa do setor cafeeiro, adotou inconscientemente uma política keynesiana anticíclica, sustentando renda e emprego na economia, o que, combinado com a desvalorização cambial, não só permitiu a economia brasileira voltar a crescer a partir de 1933, como também iniciou a mudança no centro dinâmico da economia brasileira, do mercado externo para o mercado interno puxado pelo crescimento do setor manufatureiro. Segundo Abreu (2014), a produção industrial que tinha caído 9% em 1928/30, ficou estagnada em 1931/32 e cresceu 10% ao ano em 1932/39. É neste contexto que o Brasil vai aos poucos deixando de ser uma economia puramente agrário-exportadora para ser tornar crescentemente uma economia urbana-industrial.

O que se observava no cenário político brasileiro da década de 1930, portanto, era a tentativa do governo de equilibrar a situação do café no cenário internacional, e ao mesmo tempo, no cenário doméstico, impulsionar o desenvolvimento das indústrias nacionais e diminuir o predomínio do modelo agroexportador (LEOPOLDI, 2003, p. 244), associado ao modelo de política econômica liberal criticado no período.

2 PERCURSO HISTÓRICO DAS ANÁLISES SOBRE AS ORIGENS DO DESENVOLVIMENTISMO E DELIMITAÇÃO DO CONCEITO

Fenômeno de magnitude histórica e de relevância incontestável para a atual configuração social, política e econômica do país, a pesquisa sobre as origens do desenvolvimentismo requer análise exaustiva não apenas por motivação de cunho historiográfico, mas principalmente para fazer avançar o debate acerca desta ideologia tão cara à constituição do Brasil contemporâneo. (SALOMÃO, 2017, p. 423).

Quando o assunto é ‘as origens do desenvolvimentismo no Brasil’, chama a atenção do (a) pesquisador (a) o irregular percurso historiográfico percorrido pelo tema e o pouco diálogo entre os campos de conhecimento da História e do Pensamento Econômico e Político brasileiros. As pesquisas pioneiras sobre o debate ganharam força no início dos anos 2000, tendo como referencial a Cepal e/ou os intelectuais a ela vinculados, fossem para legitimar o estudo ou para localizar e contextualizar historicamente o leitor. Tanto é que os primeiros trabalhos, cujos objetivos principais eram remontar às origens do desenvolvimentismo no Brasil, referiam-se ou se intitulavam como estudos voltados a traçar as origens ou a gênese do pensamento cepalino, e não a história do desenvolvimentismo brasileiro em si.

Fato é que as divergências em torno das origens do desenvolvimentismo no Brasil, bem como dos intelectuais envolvidos em sua gênese, devem-se não totalmente, mas em grande medida, à imprecisão conceitual do termo desenvolvimentismo. Contribuem ainda para este cenário de nebulosidade teórica impasses sobre determinados aspectos, se eles constituem ou não o fenômeno, tais como: intencionalidade, planejamento, prática governamental etc. Este cenário tem gerado e permitido a difusão de conceitos distintos que não raro criam divergências, dificultando a comunicação no interior da própria comunidade científica (FONSECA, 2015, p. 7).

Isso posto, este capítulo tem por objetivo apresentar a crescente e recente (ainda que tímida) visibilidade em torno das origens do pensamento desenvolvimentista no Brasil, bem como delimitar o conceito de desenvolvimentismo que será utilizado como recurso metodológico para examinar a hipótese principal desta tese: Azevedo Amaral pode ou não ser considerado um intelectual desenvolvimentista das origens do desenvolvimentismo brasileiro?

Como hipótese subjacente à reflexão ora proposta, encontra-se a questão em torno da maturidade teórica do pensamento posteriormente chamado desenvolvimentista entre 1930-45.

2.1 Percorso analítico das origens do desenvolvimentismo no Brasil

A primeira, e mais ampla, pesquisa sobre o desenvolvimentismo brasileiro foi realizada pelo economista Ricardo Bielschowsky, sob o título “Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo”. Publicada em 1988, trouxe informações valiosas sobre o fenômeno desenvolvimentista como, por exemplo, as correntes de pensamento envolvidas e suas características, a classificação das fases pelas quais passou o projeto desenvolvimentista no Brasil e alguns dos principais autores envolvidos neste processo.

Interessa a esta subseção a primeira das três principais fases¹¹ do percurso desenvolvimentista delineadas pelo autor, a saber, as origens do desenvolvimentismo (1930-45). Esta periodização utilizou o “critério de observação dos grandes movimentos de formação e evolução intelectual do projeto de industrialização pesada como via de superação para o desenvolvimento”, com base no conceito de

¹¹ Ricardo Bielschowsky identificou, na literatura econômica, três grandes fases no processo de elaboração do projeto desenvolvimentista no Brasil. A primeira, nomeada “origens do desenvolvimentismo”, que compreende o período de 1930 a 1945, a segunda, entendida como o momento de amadurecimento do projeto, cujo período se estendeu de 1945 a 1955, e o período de auge e crise do projeto, de 1956 a 1964.

desenvolvimentismo elaborado pelo autor, cuja definição compreende o fenômeno como um “projeto de industrialização planejado e apoiado pelo Estado” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 247).

Devido à extensão do período compreendido pela pesquisa, Ricardo Bielschowsky desenvolveu uma seção que considerou ser de “natureza introdutória”¹² sobre as origens do desenvolvimentismo, trabalhando a partir dos indícios que lhe permitiram classificar “o período de 1930-45 – sobretudo os anos do Estado Novo – como um momento que marcou o salto qualitativo na ideologia industrialista preexistente, adicionando-lhe elementos básicos para a definição de uma estratégia industrializante” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 248).

Baseado em pesquisas sobre a história da industrialização brasileira, Ricardo Bielschowsky apontou a existência de uma consciência industrialista que remonta ao século XIX, cujas características se observavam no quadro ideológico dos anos 30 e 40. Foram elas: 1) o ataque ao livre comércio associado à defesa do protecionismo, muitas vezes feita em tom nacionalista e anti-imperialista, exemplificada pelo autor em passagens como a de Vieira Souto, que qualificava o liberalismo inglês como uma “propaganda interesseira” ou em Serzedelo Correia que atribuía o abandono da indústrias nacionais e do progresso material brasileiros à priorização de produtos estrangeiros e importados, fazendo o Brasil viver na rotina de atraso das indústrias agrícolas; 2) o ataque ao liberalismo, associado à solicitação de intervenção do governo em apoio geral à indústria, incluindo, além da proteção alfandegária, apoio creditício e isenções fiscais e tarifárias; e 3) a associação da indústria ao progresso.

A década de 1930 teria sido o ponto de partida para mudanças substanciais do cenário diagnosticado pelos intelectuais do período, não apenas pela difusão desta ideologia, como também por sua “própria essência” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 249), predominando, inclusive, uma orientação “ortodoxa” nas políticas monetária, financeira e cambial do governo Vargas. Segundo o autor, a designação de “origens” também faz referência ao momento histórico no qual, de maneira mais ou menos

¹² Sobre a seção das origens do desenvolvimentismo, nas palavras do autor: “A presente seção, de natureza introdutória, tem por objetivo reunir algumas indicações que confirmariam essa caracterização, de modo a compensar, ainda que muito parcialmente, a deficiência apontada”.

simultânea, teriam surgido quatro elementos ideológicos fundamentais ao projeto desenvolvimentista.

- 1 – Gera-se a consciência de que é necessário e viável implantar no país um setor industrial integrado, capaz de produzir internamente os insumos e bens de capital necessários à produção de bem finais;
- 2 – Consciência da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida;
- 3 – A ideia de intervenção governamental em apoio à iniciativa privada, que deixava de ser uma manifestação isolada de alguns industriais e se legitimava entre as elites empresariais e técnicas do país, acompanhada da ideia de planejamento como um imperativo, diante do quadro de desordem, imposto pela crise internacional, e da debilidade da estrutura econômica do país e do próprio empresariado nacional;
- 4 – O nacionalismo econômico, marcado pelo acirramento do sentimento anti-imperialista clássico, de defesa de barreiras alfandegárias e do controle nacional dos recursos naturais, resultante dos efeitos negativos da crise e da pressão internacional sobre a economia do Brasil.

A despeito das observações de Ricardo Bielschowsky acerca de sua seção de natureza introdutória sobre as origens do desenvolvimentismo, é fato que o seu trabalho se mantém como referência pioneira que permitiu o avanço posterior de estudos sobre o período. A única ressalva às conclusões apresentadas por Ricardo Bielschowsky se refere justamente ao que move o exame da hipótese levantada. Trata-se de considerar que no período de origem do desenvolvimentismo, ao menos no que se refere ao pensamento desenvolvimentista em circulação, havia uma maior sofisticação, em termos de maturidade intelectual, que ultrapassaria “uma primeira e limitada consciência da problemática da industrialização” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 250), como se buscará apresentar nos capítulos posteriores referentes às considerações de Azevedo Amaral.

Em 2000, Pedro Cezar Dutra Fonseca publicou um artigo sobre as origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino contestando a literatura corrente, segundo a qual as teorias defendidas pelos economistas da Cepal deviam-se à influência única ou direta de Keynes. Nesse artigo, Fonseca evidenciou as diferentes

construções teóricas, mostrando que, antes da criação da Cepal e da publicação da *Teoria Geral*, teses, posteriormente consagradas como suas, já encontravam adeptos. À Cepal coubera o trabalho de sistematizar, dentro de um programa de pesquisa reconhecido academicamente, ideias que já existiam na América Latina.

A fim de romper com o que considerava ser um comportamento de “acomodação” que delegava o pensamento cepalino à influência de Keynes, Fonseca contribuiu com a discussão sobre o pensamento desenvolvimentista anterior à década de 1950.

[...] esse ambiente mais amplo, pró-intervencionista e desenvolvimentista, é insuficiente para sustentar a relação entre Keynes e o pensamento cepalino de forma linear, até porque muitas das teses e termos teóricos consagrados mais tarde como ‘cepalinos’, demonstrar-se-á, são encontrados no Brasil muito antes de a Cepal ser criada e – o que é mais surpreendente – antes mesmo da publicação de *Teoria Geral*. [...] assim, chamar atenção para as complexas determinações historicamente envolvidas nas origens e nas fontes formadoras do pensamento cepalino, com formas de pensar e teses já conhecidas de forma embrionária entre intelectuais, políticos e empresários brasileiros nas primeiras décadas do século XX, algumas delas, inclusive, remontando ao século XIX.” (FONSECA, 2000, p. 334).

Não seria difícil mostrar como, no caso brasileiro, teses e ideias comumente associadas ao pensamento cepalino já deitavam raízes no debate nacional. Críticas acerca da especialização e da vocação agrícola, argumentos em prol do desenvolvimento e do fortalecimento da indústria nacional e a defesa da intervenção estatal dominavam o ambiente político e econômico brasileiro anteriormente à criação da Cepal. Sua pesquisa revelou que desde a metade do século XIX, mais precisamente por ocasião da Constituinte republicana, a defesa da industrialização, por exemplo, esteve presente no parlamento e na imprensa e foi tema predominante entre os chamados pensadores autoritários como, por exemplo, Azevedo Amaral e Francisco Campos.

Antecedendo o fervor desenvolvimentista da década de 1950, estes intelectuais, com as devidas peculiaridades de cada uma de suas obras, haviam associado liberalismo à estagnação, ao marasmo da vida rural e ao domínio das elites ‘liberais’ da República Velha e do

Império e, portanto, à subordinação econômica do país na ordem internacional. Propunham, alternativamente, um governo mais centralizado e autoritário, capaz de enfrentar as elites agrárias 'retrógradas', mais nacionalista e que trouxesse a si a responsabilidade de modernizar (industrializar) o país. O liberalismo bacharelesco era tido como fruto de uma cultura importada pelas elites, sempre dispostas a copiar fórmulas europeias; o intervencionismo, adaptado às reais condições econômicas e culturais do país. (FONSECA, 2000, p. 342).

Para Pedro Fonseca, havia uma consciência explícita nesses autores de que a industrialização e o progresso não decorreriam do livre mercado, mas sim por meio de políticas deliberadas, induzidas e implementadas pelo Estado, ou seja, através do planejamento. Essas ideias coincidiam com as de Prebisch e constituíam, nas palavras do autor, "ponto de honra" do estruturalismo cepalino acerca da impossibilidade de a América Latina superar seu passado agrarista e subordinado na divisão internacional do trabalho. A partir de Vargas, o discurso presidencial assumiria posições ainda mais próximas do pensamento cepalino em que facilmente se identificavam sua posição reiteradamente. A título de curiosidade, Pedro Fonseca identificou discursos de Vargas, mesmo antes de 1930, nessa mesma orientação, como foram os casos do discurso proferido quando ainda estudante, ao recém-eleito Afonso Pena, em 1906, e ao debater com o deputado liberal Gaspar Saldanha, em 1919.

Fonseca concluiu que inúmeros pontos cruciais do pensamento cepalino não eram propriamente novidades no Brasil. Com as ideias já vigentes na América Latina, coube à Cepal constituir um programa de pesquisa, "submetendo-se a uma linguagem e a uma forma de exposição mais rigorosas, bem como a um referencial conceitual" (FONSECA, 2000, p. 346).

Ao longo das duas últimas décadas, tornou-se menos raro encontrar trabalhos que examinem especificamente as origens do desenvolvimentismo no Brasil. Ao que tudo indica, este objeto de estudo alcançou, paulatinamente, uma nova posição dentro do campo de pesquisa sobre a história do desenvolvimentismo brasileiro. No calor da última e recente visibilidade conferida, principalmente pela mídia, ao fenômeno e aos governos desenvolvimentistas¹³, Ivan Salomão (2017) publicou um artigo intitulado

¹³ Para mais detalhes ver artigo "O Projeto Desenvolvimentista dos Governos do PT: uma avaliação integrada da economia e política" dos autores Luiz Fernando de Paula, Fabiano Santos e Rafael Moura.

“As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico”, a fim de contribuir para um melhor entendimento do fenômeno por meio do resgate e da sistematização do debate contemporâneo sobre as origens do desenvolvimentismo no Brasil.

A partir da contribuição conceitual e metodológica trazida por Pedro Fonseca (2015), que será discutida na próxima subseção, Ivan Salomão apresentou os dois principais polos de interpretação sobre a gênese do desenvolvimentismo, expondo suas discordâncias metodológicas.

A primeira orientação metodológica vincula a gênese do desenvolvimentismo ao pensamento dos agentes diversos que refletiram sobre o país entre “o acaso do Império e a proclamação da República” (SALOMÃO, 2017, p. 426), cujo contexto histórico abrangia, por um lado, a complexidade entre a tradição e a modernidade e, por outro lado, as transformações dos pressupostos econômicos e do comportamento político, como expressa, por exemplo, a publicação do Manifesto do Partido Republicano. Segundo Salomão, “formava-se, assim, o cenário propício para o lançamento das bases de um novo modelo de desenvolvimento.” (SALOMÃO, 2017, 428).

Os adeptos desta corrente interpretativa¹⁴ compreendem a gênese do desenvolvimentismo como produto das contingências históricas e do amadurecimento intelectual. Assim, as ideias precederam e viabilizaram o caminho para uma prática política consciente e deliberada. A segunda corrente¹⁵ vai de encontro ao entendimento anterior, segundo a qual a existência do fenômeno desenvolvimentista se expressou a partir do momento em que houve a adoção da prática política econômica desenvolvimentista. O período de 1930-45 se caracteriza como origem por apresentar uma primeira e limitada tomada de consciência da problemática da industrialização. Subjacente a esta orientação está a concepção na qual é preciso haver coordenação e harmonia entre os órgãos institucionais.

¹⁴ Segundo Ivan Salomão, compõem essa corrente os autores Pedro Cezar Dutra Fonseca, João Antônio de Paula e ele próprio.

¹⁵ A segunda corrente interpretativa é representada pelo autor Ricardo Bielschowsky.

Há, ainda, uma terceira interpretação que corrobora a primeira leitura, porém com ressalvas. Em suma, entende que a presença do Estado brasileiro durante a República Velha fez-se mais significativa do que supõe a literatura. A atuação do governo republicano correspondia, contudo, menos a um “planejamento deliberado do que à defesa do setor agroexportador.” (SALOMÃO, 2017, p. 431).

Decerto, o artigo de Ivan Salomão (2017) sinaliza o momento atual dos estudos sobre a gênese do desenvolvimentismo brasileiro, principalmente se considerarmos que a primeira fase dos estudos a respeito não discutia o objetivo diretamente. Em geral, o tema surgia a reboque dos estudos voltados à compreensão da história e da memória da CEPAL ou dos intelectuais a ela vinculados, logo, de modo suplementar ou secundário.

Como mencionado no início desse capítulo, acredita-se que as divergências acerca das origens do desenvolvimentismo se devem em grande medida à longa permanência do debate sem que houvesse maiores preocupações em torno de um balanço metodológico e conceitual do desenvolvimentismo.

Também por isso, o objetivo da próxima subseção é examinar as principais premissas e conceitos do fenômeno realizados ao longo do percurso histórico dos estudos sobre o tema.

2.2 O conceito de desenvolvimentismo

A polissemia não é um defeito, é antes o modo de ser dos conceitos
(FONSECA, 2014, p. 3).

As pesquisas sobre o desenvolvimentismo brasileiro apresentam certas vicissitudes. A primeira se refere à expressiva quantidade de trabalhos sobre o fenômeno desde a década de 1950. A segunda, diz respeito ao predomínio do viés econômico sobre o político, fato que tornou a Economia a área de excelência da matéria. Ao que tudo indica, este cenário tem sido responsável por uma acomodação na qual se convencionou associar o surgimento ou a gênese do desenvolvimentismo

à criação da Cepal. Outra manifestação desse comodismo parece repousar sobre o conceito de desenvolvimentismo, haja vista as frequentes referências ao fenômeno despojadas de um balanço conceitual.

O objetivo da seguinte subseção é apresentar algumas considerações sobre as questões acima e apresentar o conceito de desenvolvimentismo elaborado pelas principais referências da literatura sobre o tema.

2.2.1 Ricardo Bielschowsky: Ideologia de transformação

Segundo Ricardo Bielschowsky, as décadas de 30, 40 e 50 do século XX marcaram o momento de implantação do sistema industrial brasileiro e de uma profunda divisão do trabalho, “através de um processo que introduziu e disseminou em parcela significativa do sistema produtivo em transformação o progresso técnico mundial” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 5). No clássico *Pensamento econômico brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo 1930 – 1964*, Bielschowsky (2000) pontua sua obra como uma amálgama entre o que Schumpeter denominou “história de sistemas de economia política” e “história do pensamento econômico”, fornecendo também pistas relativas à escassez de pesquisas sobre as origens do desenvolvimentismo.

É, aliás, fácil entender por que o pensamento econômico brasileiro não se estruturou em círculos teóricos acadêmicos. Não apenas eram poucos e de má qualidade os cursos de economia no Brasil, como pareciam, também, estar desprovidos de orientação teórica definida. Um excelente indicador do amadorismo que predominava nos centros de ensino de economia do país é o fato de que, até a década de 60, nenhum deles mantinha professores em horário integral. Além disso, o primeiro curso de pós-graduação só surgiria em meados dos anos 60, na Fundação Getúlio Vargas. Antes, tudo o que se teve foram cursos de aperfeiçoamento em planejamento econômico, organizados pela Cepal, em colaboração com o BNDE. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 7).

A título de curiosidade, cabe destacar que esforço similar, no sentido de recuperar e visibilizar a história do pensamento brasileiro, também foi realizada pelo então chefe do departamento de filosofia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb),

Wanderley Guilherme dos Santos (LYNCH, 2017). Na década de 1960, Wanderley Guilherme iniciou uma pesquisa ampla e profunda sobre o pensamento político brasileiro que resultou, posteriormente, na publicação de artigos considerados hoje fundamentais para o campo. Recentemente, estes artigos foram reunidos e publicados em livro, sob a organização do cientista político Christian Lynch¹⁶.

Voltando ao conceito de desenvolvimentismo, Ricardo Bielschowsky afirmou que o constante movimento das ideias induziu o autor na criação de uma periodização que pudesse ajudá-lo a captar as mudanças adquiridas pelo desenvolvimentismo ao longo das décadas. Sendo assim, de 1930-44, o período de origens do desenvolvimentismo; de 1945-55, a fase de amadurecimento do projeto e; de 1956-64, o auge e a crise do fenômeno no Brasil. Tal periodização foi construída por meio da observação dos “movimentos de formação” e “evolução intelectual” do projeto de industrialização pesada como via para a superação do subdesenvolvimento.

A relevância de sua pesquisa também se expressa na maneira única como classificação e conceito das chamadas “correntes do pensamento econômico brasileiro” foram articuladas. “Independentemente de haver ou não um pensamento desenvolvimentista único”, Bielschowsky (2000, p. 7) definiu o fenômeno como uma *ideologia transformadora* da sociedade brasileira, cujo projeto econômico seria composto pelas seguintes características:

- 1 - A industrialização integral como via de superação do subdesenvolvimento brasileiro;
- 2 - A crença de que não havia possibilidade de alcançar a industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado (por isso o Estado deveria ser o planejador);
- 3 - O planejamento deveria definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão;

¹⁶ Assistido por um grupo de pesquisadores e bolsistas do Grupo de Estudos e Pesquisa em Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro – BEEMOTE, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (antigo IUPERJ, atual IESP-UERJ), Christian Lynch reuniu cinco ensaios escritos por Wanderley Guilherme dos Santos, lançando-o em livro sob o título “A imaginação Política Brasileira – cinco ensaios sobre a história intelectual”.

- 4 - O Estado deveria definir também a execução da expansão, captando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada fosse insuficiente.

Para Ricardo Bielschowsky, o projeto desenvolvimentista no Brasil se deu a partir da adoção de uma prática política econômica clara, representando o período de origens do desenvolvimentismo um passo à frente da consciência industrialista anterior (século XIX). De modo geral, o autor não confere maior relevância ao passado histórico e teórico que influenciou e permitiu a formulação das ideias e dos elementos que, posteriormente, fundamentariam uma prática política mais sistematizada como a dos governos da década de 1930 e 1950.

As três principais correntes precursoras que compuseram o pensamento desenvolvimentista foram as vinculadas (1) ao setor privado, (2) ao setor público não nacionalista e (3) ao público nacionalista. A primeira se vincula ao industrialista Roberto Simonsen, cuja contribuição se observaria na criação de instituições de pesquisa dirigidas pelo próprio intelectual. A segunda teria sido menos expressiva que a primeira, contudo, bastante influente ao defender a não ruptura com o capital estrangeiro, questão polêmica que vigorou no período e sobre a qual teremos a oportunidade de ver as considerações de Azevedo Amaral nos próximos capítulos. Essa corrente teria como principal representante Roberto Campos. Por fim, a última corrente, cujo principal representante fora Celso Furtado, se caracterizaria pela obliqua visão com as duas primeiras correntes sobre a intervenção estatal na economia.

Atendo-se novamente ao período de origens do desenvolvimentismo, chama atenção a análise sobre a consciência em torno da industrialização. Para Ricardo Bielschowsky, como mencionado anteriormente, o que se observava entre 1940-44 era “uma primeira e limitada tomada de consciência” (1988, p. 250).

2.2.2 Bresser-Pereira: estratégia para o desenvolvimento

Em parte, semelhante às ideias de Ricardo Bielschowsky, Bresser-Pereira (2003) considera que foi durante os anos de 1930 que teve início “a decolagem” do

desenvolvimentismo. Para o autor, o governo de 1930 se identificava com os ideais de renovação da política e da economia nacional, enfrentando a oposição da aristocracia e da classe média brasileira, principalmente quando da tentativa de retomada do poder a partir da Revolução de 1932. Sobre as ações do governo no período, o autor retira a consciência deliberada de ação industrializante.

Em relação a esta, o novo governo adotou logo uma política nitidamente industrializante. Devido ao desaparecimento do Estado brasileiro de então para intervir na esfera econômica, essa política não teve efeitos benéficos de monta. As medidas do governo que mais estimularam o arranque da economia e o seu desenvolvimento industrial foram tomadas *por acaso*. Entretanto o simples fato de o governo saído da Revolução de 1930 ter uma atitude positiva em relação à industrialização, e não negativa, como acontecera nos governos anteriores, já significava muito. Se a isto somarmos todas as pequenas medidas que o governo de então tomou em favor da industrialização, e que foram coroadas, com o início da construção da grande usina siderúrgica de Volta Redonda, veremos que efetivamente essa revolução é uma peça essencial na explicação da Revolução Nacional Brasileira. (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 43, grifo meu).

O desenvolvimentismo seria uma estratégia consciente e deliberada da política econômica para impulsionar a indústria e promover o desenvolvimento econômico, composta pelos seguintes elementos:

- 1 - Nacionalismo (defesa do Estado e suas instituições);
- 2 - Aprovação e apoio de segmentos sociais;
- 3 - Industrialização orientada pelo Estado (via substituição de importações);
- 4 - Ambiguidade em relação aos *déficits* públicos e em conta corrente, bem como complacência em relação à inflação.

Sobre o predomínio histórico da perspectiva econômica nos estudos sobre o desenvolvimentismo, Bresser-Pereira (2010) comenta que, mesmo equivalentes às ideias do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), os conceitos formulados pela

Cepal não receberam as mesmas críticas dos teóricos da dependência. Talvez, sugere o autor, “colocar a Cepal lado a lado com o Iseb não atenderia aos interesses da nova interpretação” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 30).

As fileiras da CEPAL incluíam duas figuras importantes do pensamento econômico do século XX: Raul Prebisch e Celso Furtado. Outros economistas significativos da CEPAL foram Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel e Maria Conceição Tavares. Os principais intelectuais do ISEB foram os filósofos Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbusier e Michel Debrun, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, o economista Ignácio Rangel, o historiador Nelson Werneck Sodré e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Candido Mendes de Almeida. Suas ideias, de caráter mais político que econômico (embora contassem com um notável economista entre ele, Ignácio Rangel) eram complementadas no nível econômico pelo pensamento estruturalista da CEPAL. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 21).

Embora o objetivo desta seção não seja ajuizar a primazia do viés econômico nas análises sobre o desenvolvimentismo, a citação acima é relevante ao escopo geral desta tese na medida em que tem logrado maior legitimidade no campo, envolvendo outras disciplinas como a Ciência Política, a História e a Sociologia para a margem no debate. A partir dessas considerações, chama atenção, portanto, a presença das ideias, futuramente chamadas desenvolvimentistas, antes da criação da Cepal.

Contudo, segundo Bresser-Pereira, o desenvolvimentismo clássico teria surgido no Brasil na década de 1940 como uma reação à Grande Depressão. Seria o irmão gêmeo do nacionalismo econômico, já que se configura como uma ideologia do desenvolvimento voltada para a industrialização, cujos pressupostos são a intervenção moderada do Estado na economia e a defesa do interesse nacional em um contexto no qual a competição entre as nações é mais forte do que a cooperação (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 853).

Nos países periféricos o nacionalismo econômico assumiu a forma desenvolvimentista a partir dos anos 1950. A palavra “desenvolvimentismo” começou a ser usada nos 1960, na América Latina, para identificar o conjunto de políticas ou estratégias econômicas orientadas à industrialização ou ao desenvolvimento nacional. No Brasil, ela surge entre um grupo de intelectuais nacionalistas, que se reuniram em torno do ISEB. (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 863-864).

O autor compreende o desenvolvimentismo como “uma prática de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico que supõe uma intervenção moderada do Estado na economia visando promover industrialização e a definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 864). O fenômeno estaria “umbilicalmente” relacionado com o nacionalismo econômico, mostrando-se como um instrumento necessário para coordenar o capitalismo rumo à realização do “alcançamento”. O Estado desenvolvimentista, por sua vez, exerceria a função de realizar a revolução nacional e industrial.

Para desenvolver, os países periféricos precisaram de argumentos econômicos que rejeitassem a tese neoclássica de que industrialização é desnecessária para o crescimento econômico. A construção desses argumentos foi a contribuição dos economistas da *development economics* ou do desenvolvimentismo clássico, como Arthur Lewis, Gunnar Myrdal, Raúl Prebisch, Hans Singer e Celso Furtado. Essa argumentação constituiu uma contribuição maior à teoria do desenvolvimento econômico, mas além dela e da afirmação de que os países ricos usavam a ideologia liberal para se opor à industrialização dos países periféricos, os nacionalistas dos anos 1950 não tinham outros argumentos fortes contra o Ocidente. (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 868).

Mediante as considerações de Ricardo Bielschowsky e Bresser-Pereira tanto sobre o conceito de desenvolvimentismo como sobre a questão da consciência deliberada das ações e ideias desde a década de 1930, permanece uma forma de tensão ou instabilidade. O contexto histórico que suscitava, desde o final do século XIX, as ideias e a mudança governamental em direção à industrialização ali presentes.

Parecem atribuir maior relevância para o fenômeno desenvolvimentista no Brasil à inteligibilidade acadêmica e institucional conferida pela Cepal do que à experiência histórica e às ideias a ela precedentes.

2.2.3 Pedro Cezar Dutra Fonseca – o *core* do conceito e os dois planos metodológicos

Para Pedro Cezar Dutra Fonseca (2014), o termo “desenvolvimentismo” remete de imediato às teorias cepalinas, sendo constantemente associado aos governos brasileiros a partir de 1950, bastante utilizado pelos economistas e já incorporado pela

mídia. Seu “sentido pode alterar-se parcial ou totalmente de acordo com o approach teórico em que está inserido ou mesmo com os objetivos do usuário” (2014, p. 1). Sobre a “plasticidade” dos conceitos, em especial do conceito de desenvolvimentismo”, Fonseca argumenta que esta necessita de uma definição mais precisa.

Como outros termos teóricos utilizados pelos economistas (como “desenvolvimento”, “bem-estar”, “equilíbrio” e “valor”) o sentido pode alterar-se total ou parcialmente [...]. Com exceção dos termos de Contabilidade Social – geralmente identidades tautológicas e, portanto, definições *a priori* as quais, uma vez estabelecidas, levam a controvérsia a centrar-se mais na mensuração do que na conceituação – os conceitos econômicos, a exemplo das demais ciências sociais, muitas vezes não conseguem escapar de nuances que lhe impingem certa vagueza e ambiguidade. Tais plasticidade e flexibilidade podem facilitar o usuário, pois “acomodam” fatos novos que os conceitos tentam abarcar, mas a dubiedade também dificulta a comunicação dentro da própria comunidade científica. Esse alongamento (ou adaptabilidade dos conceitos) vai ao encontro do que Sartori (1970, 1984), em seus trabalhos clássicos, denominou de “viagem” dos conceitos, ou a vida própria que os mesmos adquirem ao serem estudados. Para a conceituação de desenvolvimentismo, essa questão na ordem do dia com a polêmica sobre se é possível um “retorno” do mesmo em um contexto histórico diferente do qual se associou historicamente na América Latina – a industrialização por substituições de importações. A volta a um “novo desenvolvimentismo”, ou se governos atuais do subcontinente podem ser assim denominados, vem sendo hoje objeto de discussão entre profissionais e pesquisadores da área de economia, fato que corrobora a necessidade de precisão conceitual, como bem ilustra o debate brasileiro. (FONSECA, 2015, p. 2).

Pedro Fonseca considera que o desenvolvimentismo pertence à mesma família de termos como “ortodoxia”, “neoliberalismo” e “Keynesianismo”, que designam duas coisas indissociáveis, mas que diferem do ponto de vista epistemológico e prático. Desse modo, o termo pode se referir a: (a) um fenômeno do “mundo material”, composto por um conjunto de práticas de *política econômica*¹⁷ propostas e/ou

¹⁷ De acordo com Pedro Fonseca, a expressão “política econômica recebeu forte influência dos manuais de macroeconomia e tem sido utilizada desde então em seu sentido mais restrito para se designar políticas de estabilização, tais como: políticas monetárias, cambiais e fiscais. O autor, contudo, a utiliza *latu sensu* a fim de abarcar toda a ação do estado que interfira ou se proponha a interferir nas variáveis econômicas. Assim, abrangendo 1) as *políticas-meio*, as quais constituem instrumentos manipulados pelo *policymakers* com vistas à estabilidade macroeconômica; 2) as *políticas-fins*,

executadas pelos formuladores de políticas, ou seja, “fatos concretos” ou medidas reais que compartilham um núcleo comum de características que o constituem como tal; (b) um fenômeno do mundo do pensamento/ das ideias (teorias, concepções, visões de mundo etc.), que se expressa através do *discurso político* (a favor ou contra), logo, uma ideologia; (c) para designar uma *escola* ou *corrente de pensamento*, na medida em que agrega diversas teorias e estudos de cânones reconhecidos como saber científico (FONSECA, 2015, p. 8).

Por meio de um exame epistemológico e conceitual do conceito de desenvolvimentismo, Pedro Fonseca utilizou autores como Reinhart Koselleck e Kurt Weyland, destacando a percepção de dinamismo e imprescindibilidade dos conceitos, por serem considerados “instrumentos indispensáveis para nomear fatos ou fenômenos considerados relevantes por seus usuários – e principalmente – na comunidade acadêmica, a qual cultiva a precisão e o rigor como virtudes inerentes ao imaginário que faz de si mesma e colaboram para legitimá-la socialmente.” (FONSECA, 2015, p. 9).

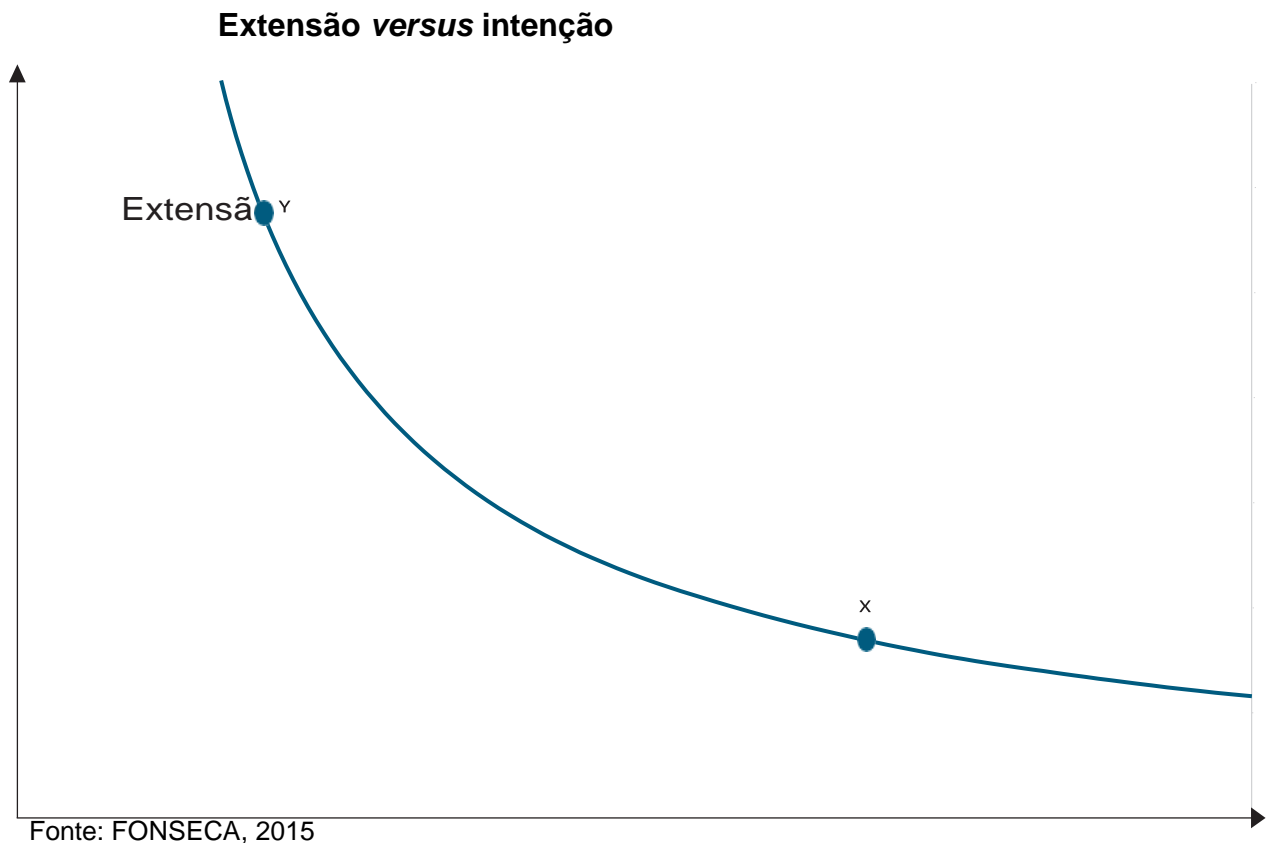
Princípio segundo o qual “todos os casos abarcados na construção de um conceito devem ter alguns atributos comuns que permitem enquadrá-los como tal, enquanto outros ficam de fora” (FONSECA, 2015, p. 9). Sem a intenção de construir um tipo ideal, mas sim recorrer ao método definido por Sartori como “conceito clássico” ou “por definição” que é apropriado para a análise comparativa de “cases” históricos que apresentam características comuns.

Por conseguinte, não se pretende por ora nem formular um conceito para o desenvolvimentismo “desejável” ou “ideal” nem tampouco criticá-lo: embora esses usos possam ser feitos num segundo momento, inclusive utilizando o conceito como ferramenta para tal, a metodologia aqui seguida tem como ponto de partida construir o conceito partindo da observação de seu(s) emprego(s) pela própria comunidade que o utiliza. (FONSECA, 2015, p. 4).

formuladas ou implantadas para atingir os objetivos conscientemente visados em áreas específicas, como as políticas industrial, agrária, tecnológica, e educacional (quando vinculadas a objetivos econômicos); 3) as *políticas institucionais*, que se referem a mudanças legais, nos códigos e nas regulamentações, nas “regras do jogo”, na delimitação dos direitos de propriedade, nos hábitos, preferências e convenções, bem como na criação de órgãos, agências e empresas públicas, ou mesmo privadas ou não governamentais, desde que dependam de decisões estatais. Normalmente, se espera que as primeiras impactem a curto prazo, enquanto as políticas-fins e institucionais, e principalmente as últimas, por sua natureza, geralmente apresentam resultados a médio e longo prazos, muitas vezes alterando rotas históricas (associando-se a fenômenos como *enforcement* e *path dependence*) (FONSECA, 2015, p. 2).

A metodologia consistiu, portanto, no movimento que abrange novos casos (alongamento) e na distorção que ocorre no conceito quando nele se encaixam novos casos. Decorreu daí um *trade-off* entre extensão e intenção dos conceitos (Figura 1). A “extensão” se refere aos conjuntos de entidades, elementos ou casos abrangidos pelo conceito, entendido por Pedro Fonseca como seu significado denotativo por se referir também a quais objetos ou fenômenos o conceito é usado para nomear. A “intenção” compreende o conjunto de propriedades ou atributos abarcados pelo conceito e diz respeito ao significado conotativo, que seriam as características comuns que permitem objetos serem nomeados como tal (FONSECA, 2015, p. 4).

Figura 1 - Escala de generalidade de Pedro Cezar Dutra Fonseca



O Gráfico de Escada de Generalidade evidencia que o aumento da extensão do conceito faz com que o mesmo perca em intenção e vice-versa. De modo que um conceito muito amplo (extenso) pode facilitar a inclusão de vários casos, fatos ou “coisas”, contudo, pouco contribui para uma análise, já que ao abarcar inúmeros casos com poucos atributos perde sua força explicativa (FONSECA, 2015, p. 5).

A metodologia de Sartori utilizada por Pedro Fonseca também busca encontrar o denominado núcleo comum ou *core* do conceito, ou seja, não abrange todos os atributos possíveis que o conceito pode acumular, somente os principais. Daí resultaria a primeira das duas vantagens, através da qual se torna possível identificar a ocorrência de casos empíricos com características próprias ou experiências históricas, segundo o autor, peculiares. Torna-se, portanto, desafio da utilização da construção do conceito clássico ou por definição identificar esse *core* ou núcleo duro. Assim, ressalta Fonseca, “o método não busca os atributos ‘desejáveis’, tampouco definir uma política econômica desenvolvimentista ‘ideal’” (2015, p. 7). A segunda vantagem diz respeito ao fato de que o método permite a chamada “viagem do conceito”, isto é, “sua ida e volta à multiplicidade do real” sem que isto comprometa a complexidade do objeto conceituado.

Por isso [...], permitirá a agregação de subtipos que não negam o núcleo do conceito, mas o afirmam concretamente em um contexto histórico por certo complexo e diversificado, síntese de múltiplas determinações. Antes do tipo ideal, por conseguinte, o conceito de desenvolvimentismo a ser formulado tem como ponto de partida o uso feito dele, portanto, o(s) significado(s) que a comunidade que o utiliza e lhe dá vida quer através dele designar e, de outro lado, a sua dimensão histórica – posto que é um fenômeno histórico o que ele pretende expressar por seus atributos, além de ele mesmo ser uma construção histórica. (FONSECA, 2015, p. 8).

Por fim, ao aplicar a metodologia referida, Pedro Fonseca ressaltou que o desenvolvimentismo aparece na literatura tanto como um fenômeno da esfera do pensamento (ideologia ou teorias) como para nomear práticas históricas de política econômica, geralmente associadas ao “estado desenvolvimentista”. Esta duplicidade foi importante para a construção do conceito, levando Pedro Fonseca a constatar que, ainda que as fontes consultadas partissem de referências e experiências históricas distintas, “havia variáveis comuns ou com alta frequência em seus trabalhos, sugerindo a convergência para um possível “núcleo comum principal” ou *core* do conceito” (2015, p. 20). As variáveis identificadas foram “intervencionismo”, “industrialização” e “projeto nacional”.

A industrialização é entendida como a única alternativa capaz de promover o desenvolvimento nacional em sua concepção ampla, isto é, “como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e o progresso técnico” (FONSECA, 2014, p. 13). O intervencionismo concebe o aparelho administrativo do Estado como órgão coordenador do projeto desenvolvimentista, isto é, como um instrumento a serviço do desenvolvimento nacional. Por último, o nacionalismo que orientaria o projeto nacional coloca o progresso à frente de quaisquer interesses fragmentários, sendo inclusive dispensáveis as divergências acerca da participação do capital estrangeiro, embora estas não suprimam a nação do epicentro e destinatário do projeto desenvolvimentista. Os atributos recorrentemente citados, os elementos principais.

Estes devem valer para todos os casos, mas sem pretensão de abarcar casos singulares ou específicos, os quais são incorporados ao adicionaram-se novos atributos, [...] mantendo-se o *núcleo comum principal* ou *core* [...]. Assim, apresenta a vantagem de reconhecer a ocorrência de casos empíricos com características próprias, ou experiências históricas peculiares; (FONSECA, 2015, p. 12).

Anteriormente mencionados, o plano das ideias e da prática política competem a planos que da perspectiva metodológica devem ser adequadamente distinguidos para que seja possível recuperar a gênese do desenvolvimentismo (FONSECA, 2004, p. 1). O plano das ideias se refere a “quais os precursores do ideário que, na segunda metade do século XX, associou-se ao que se convencionou denominar ‘desenvolvimentismo’” (FONSECA, 2004, p. 1). Ainda que de forma controversa e fragmentada, as origens do desenvolvimentismo remontariam sua existência à época do Império e, algumas, como as nacionalistas, ao período colonial. O plano das ideias seria, portanto, mais complexo, já que as origens das ideias desenvolvimentistas teriam raízes mais profundas na história latino-americana (FONSECA, 2000, p. 339)

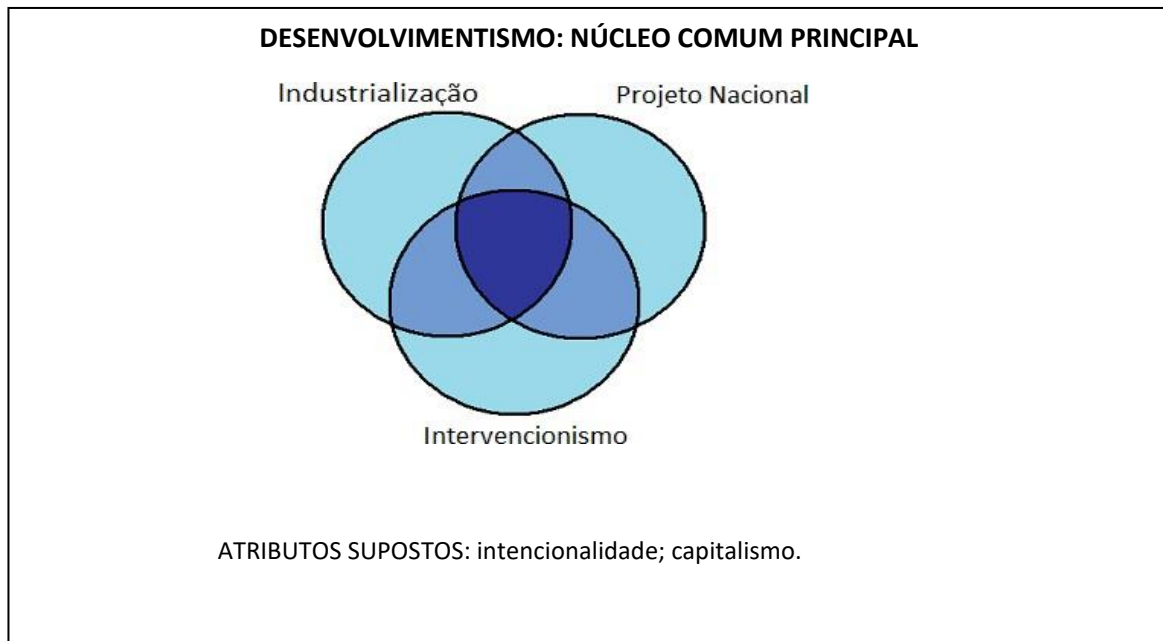
Por sua vez, o plano da prática política, se caracterizaria por medidas efetivamente propostas e/ou implementadas pelos governos. O desafio, segundo Fonseca, estaria em identificar o ponto de inflexão entre ideia e prática, já que a defesa dos elementos que compõem o núcleo duro do conceito “é mais antiga do que normalmente se considera como desenvolvimentismo?” (FONSECA, 2004, p. 2).

A resposta a este desafio se encontraria na mobilização dos atributos que compõem o *core* do conceito.

Há uma razão básica de ordem empírica: nem sempre os três elementos do “núcleo duro” aparecem associados historicamente; ao contrário, demorou bastante tempo até os mesmos conjugarem-se, com certa coerência, em um ideário comum. Assim, *gratia argumentandi*, nem sempre a defesa da industrialização associou-se a políticas conscientes e amplas de intervenção estatal; da mesma forma [...], o intervencionismo nem sempre foi pró-industrial e nem mesmo teve como objetivo central o crescimento (ou o *desenvolvimento*) da economia. (FONSECA, 2004, p. 2).

É preciso que os três elementos do *core* sejam mobilizados simultaneamente para se afirmar a presença do fenômeno desenvolvimentista (Figura 2). O desenvolvimentismo ganhou força no Brasil e no restante da América Latina justamente quando se transformou numa orientação que sugeria e justificava ações governamentais conscientes. De modo que sem “uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimentismo” (FONSECA, 2015). Isto significa que a intenção é um elemento imprescindível à ideia/teoria ou ação/prática política governamental. De forma “simples declarações de governantes em defesa de políticas econômicas vinculadas aos elementos que compõem o núcleo do conceito não se configuram como ações de governos desenvolvimentistas” (FONSECA, 2004, p. 2).

Figura 2 - Desenvolvimentismo: núcleo comum principal



Fonte: FONSECA, 2015.

Quatro foram as correntes precursoras que juntas formaram o chamado desenvolvimentismo: (1) industrialista; (2) intervencionista (visando a intervenção para o desenvolvimento econômico nacional); (3) nacionalistas e (4) positivistas. O que há em comum entre estas ideias é o engajamento em torno do avanço econômico. Trata-se do “elo” entre essas correntes, o objetivo almejado pelos governos desenvolvimentistas.

Neste ideário, o desenvolvimento não é apenas uma palavra de ordem a mais, mas o elo que unifica e dá sentido a toda ação do governo, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos, além da econômica propriamente dita: educação, saúde, legislação social, cultura, políticas públicas etc. Torna-se um fim em si mesmo, porquanto advoga para si a prerrogativa de ser condição para desideratos maiores, como o bem-estar social, ou valores simbólicos de vulto, como soberania nacional. (FONSECA, 2014, p. 3).

Ao fenômeno desenvolvimentista corresponde, portanto, a ação criadora da vontade, se opondo a quaisquer tipos de “espontaneísmos”. Logo, cabe ao Estado, “como instituição que materializa por excelência a racionalidade burocrática e política”

realizar o fenômeno nos moldes desenvolvimentistas. O desenvolvimentismo assume caráter ideológico em que “como toda boa ideologia, constrói-se um projeto de sonho que se propõe factível e realizável – e que, portanto, incita a um programa de ação” (FONSECA, 2004, p.3).

As formulações apresentadas pelos autores Ricardo Bielschowsky, Bresser-Pereira e Pedro Cezar Dutra Fonseca são as principais correntes interpretativas contemporâneas acerca do conceito de desenvolvimentismo. A primeira corrente, representada pelos autores Ricardo Bielschowsky e Bresser-Pereira, vincula as origens do desenvolvimentismo brasileiro à prática política institucionalizada, marcada especialmente pelo primeiro governo Vargas. A segunda, representada por Pedro Fonseca, remonta a gênese do fenômeno à experiência histórica nacional e às ideias expressas pelos intelectuais do país desde o século XIX.

Encerrando este capítulo e corroborando a afirmação de Bresser-Pereira (2017) segundo a qual Pedro Fonseca foi o responsável pela realização da mais completa pesquisa sobre o conceito de desenvolvimentismo que o autor tem conhecimento, considera-se a definição apresentada por Pedro Fonseca como aquela mais objetiva, cujos fundamentos metodológicos contaram ainda com o exame dos conceitos apresentados por outros estudiosos do tema¹⁸.

Doravante, o conceito de desenvolvimentismo apresentado por Pedro Fonseca será utilizado nesta tese como referência metodológica. Ao que tudo indica, a imprecisão conceitual mencionada no início desta tese parece estar vinculada aos “atributos supostos” do conceito de desenvolvimentismo, ou seja, elementos cabíveis ao projeto desenvolvimentista que, no entanto, ultrapassam o seu tripé conceitual, o seu *core*. Por exemplo, atributos relacionados à inflação ou reforma agrária seriam perfeitamente cabíveis ao projeto desenvolvimentista, contudo, seriam elementos marginais ao núcleo comum do conceito de desenvolvimentismo. Neste sentido, uma teoria/governo desenvolvimentista “X” que estabelecesse que a reforma agrária seria um objetivo a ser alcançado estaria agregando tal atributo ao seu projeto desenvolvimentista. Ao passo que uma teoria/governo “Z” que confiasse ao livre mercado ser o agente responsável pelo desenvolvimento econômico de seus países não

¹⁸ Alguns dos autores examinados por Pedro Fonseca para a formulação do *core* do conceito foram Schneider, Medina, Johnson, Wade, Evans, Chang, Amsden e Bresser-Pereira.

poderia ter a sua experiência enquadrada como uma experiência desenvolvimentista, já que tal pressuposto inviabilizaria a existência de um dos elementos do tripé conceitual: o intervencionismo estatal.

3 ANTONIO JOSÉ DO AZEVEDO AMARAL: FUNDAMENTOS POLÍTICOS E SOCIOLOGICOS

A partir das considerações dos capítulos anteriores, este tem por objetivo apresentar a formação e a construção da carreira política de Azevedo Amaral e o cerne dos seus fundamentos políticos e sociológicos que constituem a base da proposta de orientação política e econômica para a modernização e a industrialização brasileiras. Foi no âmbito destas esferas que surgiram e ganharam consistência sua leitura e argumentos sobre as questões relativas, por exemplo, aos modelos políticos, econômicos hegemônicos durante o século XIX, a transformação do ambiente político e econômico mundial no século XX, as razões que levaram à crise do modelo liberal, a ineficiência da cópia de modelos e instituições políticas estrangeiras, a contribuição da corrente de pensamento marxista, o papel do Estado e das elites intelectuais, a função metodológica da revolução, o impacto da Primeira Guerra Mundial, da Grande Depressão etc.

Repousa também neste capítulo a intenção de estudar o autor e sua teoria de maneira mais profunda e integrada, visando uma pesquisa original que relaciona sua trajetória ao modo pelo qual o autor construiu suas formulações e moldou o seu comportamento político e intelectual. Trata-se, portanto, de um exame que busca se distanciar do que Luiz Guilherme Piva denominou “linhas interpretativas gerais” cujas tendências, resumidamente, dividiam os intelectuais da década de 1930 entre autoritários e democráticos (2000, p. 31).

3.1 Resgate biográfico e revisão bibliográfica

Antonio José Azevedo do Amaral se formou em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, cidade onde nasceu, no ano de 1881, e faleceu, em 1942. Em sua carreira médica se destacaram sua tese de doutorado, defendida em 1903 na Alemanha, intitulada “Patogenia do Edema” e sua palestra proferida no famigerado “Primeiro

Congresso Brasileiro de Eugenia”, ocorrido em julho de 1929, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Sob o título “O problema eugênico da imigração”, sua palestra causou grande controvérsia entre os congressistas ao dividir as opiniões acerca do modelo de imigração a ser adotado pelo Brasil.

Embora médico de formação, Amaral dedicou a maior parte de sua carreira profissional ao jornalismo. Durante doze anos, morou em Londres trabalhando como correspondente do jornal *Correio da Manhã*, escrevendo para a coluna “Cartas de Londres”. Mas em janeiro de 1915, devido à publicação de um artigo no qual criticava o comportamento, segundo ele, “bárbaro” da Inglaterra na Primeira Guerra Mundial contra prisioneiros alemães e denunciava o “monopólio” comercial inglês¹⁹, foi intimado a deixar a Inglaterra, sob a acusação de que seu objetivo enquanto correspondente seria criar desavenças entre o Brasil e a Inglaterra. Para Ângela de Castro Gomes, “as poucas informações sobre sua trajetória de vida acentuam a importância dessa longa estada no exterior, que teria influenciado em suas posições futuras sobre a centralidade da industrialização para o desenvolvimento de uma nação” (GOMES, 2012, p. 188).

Amaral publicou diversos artigos em jornais e revistas e mais de uma dezena de livros, entre os quais algumas traduções²⁰ como, por exemplo, *O Século do Corporativismo*, de Mihail Manoilescu, em 1938²¹. Cabe destacar que Roberto Simonsen foi um dos primeiros responsáveis pela difusão das ideias de Manoilescu no Brasil. Simonsen investiu na tradução e publicação da *Teoria do protecionismo e da permuta internacional*, obra que despertou o interesse dos intelectuais brasileiros pelo autor, principalmente os favoráveis às políticas de proteção às indústrias nacionais. Sobre as ideias difundidas por Manoilescu, Gomes destaca,

¹⁹ Azevedo Amaral, in: *Civilização versus Militarismo* publicado no dia 31 de janeiro na coluna “Cartas de Londres” no jornal *Correio da Manhã*. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_02&PagFis=26890&Pesq=%22Azevedo%20Amaral%22

²⁰ A lista completa dos livros publicados por Azevedo Amaral, contendo título, ano e editora original de publicação se encontra no Anexo 1 desta tese.

²¹ Para informações detalhadas acerca desta tradução consultar “Azevedo Amaral e o Século do Corporativismo no Brasil de Vargas” de Ângela de Castro Gomes in: *Sociologia & Antropologia* | v.02. 185 –209, 2012.

[...] Seu papel pioneiro (reconhecido principalmente nos 1950), ao apontar o que seria uma falha na clássica teoria das trocas internacionais, que pressupunha uma competição perfeita entre mercados e mercadorias. Nele o autor demonstrava que os países produtores/exportadores estariam sempre sujeitos ao que chamou de “trocas desiguais”, que só seriam superadas se protegessem seu setor manufatureiro. Sua advertência sobre o diferencial de valor comercial entre produtos agrícolas e industriais feria profundamente a premissa perfeita da competitividade entre os mercados, evidenciando que os países “menos desenvolvidos” estariam sempre em desvantagem, caso não recorressem a políticas de proteção, identificadas, por ele, como a melhor forma de enfrentar as imperfeições do mercado. (GOMES, 2012, p. 190).

Considerando a experiência adquirida por Azevedo Amaral por meio do seu doutoramento na Alemanha, como jornalista no exterior, e acrescido ao cenário de efervescência política e cultural da década 1930 (OLIVEIRA, 1980) marcado pela expansão da produção e distribuição de livros, é razoável supor, corroborando Gomes (2012), que o jornalista carioca tivesse conhecimento das ideias de Manoilescu e considerasse a sua teoria bem-vinda e benéfica para o Brasil. Talvez por isso tenha aceitado com prazer o pedido feito pela editora José Olympio para traduzir *O Século do Corporativismo*, não apenas “porque as ideias de Manoilescu estavam em ‘harmonia intelectual’ com o fundamental de seu pensamento, mas principalmente porque ele acreditava que, dessa forma, estaria contribuindo para o ‘enriquecimento da cultura’ do país, ao facilitar o acesso dos leitores brasileiros a tal livro.” (GOMES, 2012, p. 189).

De volta ao Brasil, em 1916, tornou-se redator chefe e, posteriormente, diretor do Correio da Manhã, instituição que lhe conferiu grande prestígio por ser um dos jornais mais importantes do país. Em sua trajetória, incluíram-se também os jornais ‘A Notícia’, ‘Gazeta de Notícias’, ‘Jornal do Comércio’, ‘O Jornal’ e ‘O País’. Em 1938, fundou a Revista ‘Diretrizes’, com auxílio de Samuel Wainer e, após um desentendimento com o seu ajudante, inaugurou a revista “Novas Diretrizes”. Seu último artigo foi publicado em 8 de novembro de 1942 pelo Jornal do Brasil, um dia após o seu falecimento.

A observação do caráter de suas produções não deixa dúvidas acerca de suas intenções em busca da compreensão das crises políticas, econômicas e sociais que

afetavam o Brasil e o restante do mundo. Amaral trazia análises sobre a evolução dos acontecimentos históricos mundiais, sobretudo aqueles ocorridos durante século o XIX e início do século XX, localizando o Brasil neste contexto.

A combinação da conjuntura política e econômica internacional e doméstica exprimiam a complexidade da tarefa imposta aos intelectuais. Para Azevedo Amaral, os elementos fundamentais que deveriam ser considerados pelo intelectual engajado com o desenvolvimento nacional eram os relacionados à história do Brasil, à formação do povo brasileiro, à estrutura do sistema político e às medidas econômicas até então aplicadas no país. Tratava-se, portanto, de conhecer a realidade social brasileira, assim como de possuir senso crítico capaz de discernir as instituições e os modelos políticos econômicos adequados à estrutura político-social brasileira.

Na década de 1930, as teorias racialistas (darwinistas e deterministas) europeias do século XIX já haviam se enraizado no pensamento intelectual e conquistado espaço nos debates sobre o desenvolvimento das nações. Por este motivo, a continuidade da miscigenação no país era vista por Amaral como um fator negativo para a modernização, além de este ser um dos temas em que é possível observar a forte influência racista da formação médica em suas obras.

Publicados, respectivamente, em 1930, 1934 e 1935, os livros *Ensaio brasileiro*, *O Brasil na crise atual* e *A aventura política do Brasil* (com especial destaque para este último) são aqueles em que se encontram de forma mais detalhada seus argumentos racialistas, bem como sua defesa de um projeto nacional dedicado à industrialização brasileira, no qual o Estado deveria ser como o agente coordenador deste processo.

A edição de 1981 de *O Estado autoritário e a realidade nacional* (obra mais conhecida de Azevedo Amaral) contou com a participação de Bolívar Lamounier, responsável pela introdução daquela edição. Segundo Lamounier, o livro não apresentava continuidade com as obras anteriores, sobretudo, no que se refere ao caráter de “jurisprudência antecipatória” da obra num período em que “peças laudatórias brotavam como cogumelos no terreno fértil da bajulação ditatorial.” (LAMOUNIER, 1981, p. 3). Ao contrário do que sugere Bolívar Lamounier (1981), os temas abordados por Azevedo Amaral entre os primeiros e os últimos livros publicados pelo autor apresentavam linearidade e tinham por objetivo principal o exame das

questões das quais dependiam o sucesso da modernização e da industrialização brasileiras. Uma rápida observação dos sumários dos dois primeiros livros raros de Azevedo Amaral ajuda a elucidar essa afirmação (ANEXO 2).

É plausível afirmar que o que ocorre no *Estado autoritário e a realidade nacional* é a sofisticação dos argumentos examinados por Azevedo Amaral desde os seus primeiros livros, principalmente nos *Ensaio brasileiro* (1930) e no *O Brasil na crise atual* (1934) (Anexo 2). As considerações de Bolívar Lamounier (1981) sobre a parcialidade de Azevedo Amaral em defesa do governo de Getúlio Vargas são mais interessantes ao estudo do pensamento político brasileiro e das origens teóricas do desenvolvimentismo na medida em que expõem as afinidades teóricas de Azevedo Amaral com as medidas adotadas pelo governo de Getúlio Vargas do que para endossar ou difundir uma leitura limitante que prende o autor no rótulo dos “pensadores autoritários do Estado Novo”. Não à toa, em 1941, o autor aceitou escrever o livro *Getúlio Vargas – estadista* (1941).

A finalidade do presente capítulo é mostrar como os temas discutidos por Azevedo Amaral, tanto no âmbito político como econômico, apresentavam uma linearidade cujo objetivo principal era a promoção da modernização via industrialização brasileira. Assim, esta tese corrobora as considerações de Luiz Guilherme Piva (2000) para o qual, os autores deste período como, por exemplo, Azevedo Amaral não foram examinados atentamente.

[...] de algum modo as análises que se debruçam sobre esses autores tendem a classificá-los a partir de critérios insuficientes. Normalmente utiliza-se o corte dado pelas concepções políticas, daí os termos autoritários ou democráticos. Outra linha interpretativa, igualmente generalizadora, fala da geração de intelectuais, interessados no país e na nacionalidade. Classificações que, embora acertadas em muitos aspectos, não conseguem agrupá-los com base em zonas comuns de importância, e estas, a nosso ver, são dadas pelo tema da *modernização brasileira* – que aparece nas interpretações mencionadas, mais ou como traço isolado, ou como marca de outro autor, ou como aspecto subordinado da concepção política geral, o que aborta a possibilidade da aproximação de conteúdos relevantes. (PIVA, 2000, p. 18, grifo meu).

A ampliação do campo de estudos do pensamento político brasileiro e o avanço das técnicas de registro e manutenção da memória intelectual brasileira permitem hoje

novas críticas e considerações sobre o pensamento de Azevedo Amaral. Esta subseção realizará uma breve revisão bibliográfica dos principais trabalhos e comentários sobre Azevedo Amaral destacando a abordagem ou a ênfase analítica da pesquisa ou consideração.

Azevedo Amaral foi objeto de estudo de grandes intelectuais do Brasil, entre eles Wanderley Guilherme dos Santos e Guerreiro Ramos, que destacaram o aspecto político do autor.

Para ser exato, existe um grande número de hipóteses específicas, dispersas pela literatura, de desenvolvimento e verificação, qualquer que seja o estilo de análise em que se originam. Isto é especialmente verdade para a produção da década de 1930. [...] desejo pelo menos levantar a suspeita de que dificilmente existirá, entre as teorias contemporâneas, alguma boa hipótese sobre política no Brasil que não tenha sido desenvolvida na década de 1930. (SANTOS, 2017, p. 109).

Ambos enfatizaram a pertinência das análises realizadas por Azevedo Amaral, bem como criticaram a invisibilidade do autor frente a outros intelectuais prestigiados do período como, por exemplo, Alberto Torres, Gilberto Freyre e Oliveira Vianna.

Ao reler os trabalhos de Azevedo Amaral ninguém pode furtar-se à verificação de que neles está presente o estudioso mais lúcido e competente da década de 30, colocando sua obra lado a lado da de Alberto Torres, muito mais merecidamente do que a de Oliveira Vianna. (RAMOS, 1961, p. 178).

Em 1967, sob a orientação de Wanderley Guilherme dos Santos, Aspásia Camargo publicou artigo intitulado “A Teoria Política de Azevedo Amaral” na *Revista Dados* no qual, além de abordar os principais aspectos políticos da teoria de Amaral, sistematizava suas obras mais conhecidas. Embora, atualmente, seu artigo não seja considerado uma obra completa sobre a produção do autor, tratou-se de uma pesquisa de fôlego para o período, tornando Camargo umas das principais referências sobre o jornalista carioca nas décadas seguintes.

Já nos anos 1970, como destaca Santos (2000), autores como Schwartzman (1973), Medeiros (1974) e Chacon (1979), além de analisarem e questionarem a ausência de referência sobre o autor, destacaram “sua válida contribuição para a compreensão do pensamento político brasileiro” (SANTOS, 2000, p. 9). Em 1982, Lucia Lippi de Oliveira, trouxe novas informações sobre a vida de Azevedo Amaral por meio do artigo “Estado Novo: ideologia e poder”. Lippi incluiu novas referências sobre a carreira jornalística e alguns dos jornais (nome do jornal, ano, cargo etc.) em que Azevedo Amaral trabalhou.

Ao longo da década de 1990 há o registro de uma dissertação defendida sobre Azevedo Amaral, na Universidade Federal de Brasília. Dois artigos relacionados, respectivamente, às considerações de Amaral sobre povo e Estado e corporativismo no Brasil (SANTOS, 2000, p. 10).

Assim, até o final dos anos 1990, é possível afirmar que os trabalhos registrados sobre o pensamento de Azevedo Amaral se dedicaram ou enfatizaram o aspecto político (e/ou autoritário) abordados por ele. Pouca ou nenhuma referência aos demais elementos que compõem o conjunto dos temas abordados por ele, como é o exemplo do aspecto econômico e de seus fundamentos que foi tratado de maneira particular.

Somente depois dos anos 2000, em *Ladrihadores e semeadores*, de Luiz Guilherme Piva (2000), os aspectos econômicos das formulações de Azevedo Amaral foram destacados. Piva dissipou a neblina sobre o tema da industrialização e da modernização em autores como, por exemplo, Azevedo Amaral, Nestor Duarte e Virgínio Santa Rosa, discorrendo sobre como os elementos considerados são encadeados pelo autor, bem como a preocupação com os caminhos para a modernização brasileira.

Azevedo Amaral tem na modernização brasileira o eixo e o alvo de suas reflexões. E sua ideia de modernização brasileira tem conteúdos explícitos e conscientes, que não precisam ser garimpados nas entrelinhas ou nas mensagens subliminares dos seus textos. [...] Precipuamente, trata-se da *defesa da industrialização como fase adiantada de nosso determinismo histórico e como fonte de riqueza*, de soberania quase autárquica (sem prejuízo da defesa do capital estrangeiro), de diversificação técnica e produtiva e de uma complexidade social mais próxima à verificada nas nações desenvolvidas, para cujo sucesso é necessário instalar *um Estado fortemente centralizado e autoritário* capaz de assegurar a unidade e

a coesão nacional e adotar o sistema de instituições que, além de serem adequadas ao dinamismo da industrialização o impulsionem. (PIVA, 2000, p. 189, grifos meus).

Após o livro de Piva, é possível encontrar artigos como o de Luiz Carlos dos Passos Martins (2013) e de Luciano Aronne de Abreu (2011). Este último voltado exclusivamente para a questão da modernização e do desenvolvimento econômico em Azevedo Amaral. Posteriormente, há a dissertação *Um Leninista não marxista – a teoria da revolução de Lenin nas obras de Azevedo Amaral* (DE MARCO, 2015), defendida no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), e o artigo “Azevedo Amaral e as origens do desenvolvimentismo” (DE MARCO, 2018), publicado na Revista Política Hoje.

Espera-se, com bases nessas considerações, mostrar como os elementos discutidos por Azevedo Amaral, principalmente em seus livros publicados depois dos anos 1930, pretendem compreender a conjuntura política nacional e internacional a fim de encaixar o Brasil nesse contexto e propor alternativas para a sua modernização via industrialização.

Corroborando as considerações de Piva (2000), os tópicos a seguir abordarão o conjunto dos elementos analíticos levantados por Azevedo Amaral com a finalidade de mostrar como estes são aspectos constitutivos e encadeados de sua teoria para modernização brasileira, os quais compõem sua proposta consciente e precursora de industrialização planejada no Brasil.

Como afirma Salomão (2013), em sua tese pioneira sobre as origens do desenvolvimentismo no pensamento intelectual brasileiro, a gênese do fenômeno no Brasil resultou da combinação entre as ideias e experiências internacionais e do contexto histórico e político nacional. O autor destaca a influência do sistema nacional de econômica política de Friederich List a partir de 1820, cujo projeto abarcava “traços da estratégia proposta por Alexander Hamilton”: o nacionalismo, industrialização via proteção tarifária e intervenção estatal no âmbito econômico. (SALOMÃO, 2013, p. 31). Outro aspecto fundamental dessas influências foi a conhecida e crescente negação da capacidade do mercado de oferecer às economias de nações primário-exportadoras o alcance de pleno desenvolvimento, teses que posteriormente ganharam notoriedade através da Cepal, por meio da deterioração dos termos de

troca. Com o decorrer do século XIX, tais considerações se fortaleceram, enfraquecendo progressivamente a crença no sistema de mercado pregado pelo liberalismo.

Outra forte influência proveniente do século XIX foi o positivismo de Auguste Comte. Influenciado pela difusão da Economia Política, Comte exaltava o poder da racionalidade científica aplicando-a ao contexto de desigualdades econômicas entre as nações e a capacidade humana para superar tais disparidades.

O cânone positivista baseava-se, portanto, na premissa de que o saber científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. Desse modo, excluindo toda intervenção apriorística de noções abstratas, o positivismo, “como um regime definitivo da razão humana frente à ação dissolvente da metafísica”, este intimamente relacionado ao progresso tecnológico observado ao longo do século XIX, aplicando o método indutivo das ciências naturais para, assim, repudiar o liberalismo romântico em favor do planejamento social. [...] Se extrapolada para o campo da Economia da Política, a esquematização sugerida por Comte contribui para elucidar o entendimento positivista acerca do fenômeno do desenvolvimento econômico. Somente quando se abdicasse de regras metafísicas – termo de que o autor se utiliza recorrentemente para se dirigir ao liberalismo clássico – e se empreendesse um planejamento baseado em leis científicas é que as sociedades, norteadas pela ação do Estado, superaríamos os entraves que as mantinham presas ao atraso (SALOMÃO, 2013, p. 36-37).

Desde os *Ensaio brasileiros* (1930), os aspectos acima mencionados estão presentes na formulação de Azevedo Amaral, com especial destaque para o positivismo, característica comum aos positivistas brasileiros, “residindo na formação técnico-científica da maioria de seus partidários. Tratava-se de militares, médicos e engenheiros – verdadeiros antípodas dos bacharéis.” (SALOMÃO, 2013, p. 40). Formou-se, assim, ao longo do século XIX, um conjunto de ideias que contribuíram para a concepção na qual a história passava a ser entendida como um “processo em construção e de responsabilidade de ação dos homens e, mais especificamente, dos governos, os quais devem nortear sua *práxis* em políticas efetivas visando a um futuro desejável” (SALOMÃO, 2013, p. 38).

3.2 Fundamentos políticos e sociológicos: formação e desenvolvimento da sociedade brasileira

Pensando acerca do que o autor denominou “problema sociológico”, surgiria a complexidade atrelada aos métodos de produção e ação humana. A capacidade do homem em interferir na sociedade se tornaria mais complexa em países de grande dimensão territorial e demográfica, devido à maior escala de heterogeneidade entre os indivíduos.

O Brasil de 1930 teria uma consciência emergente que o tornava apenas um país imitador de movimentos sociais alheios à realidade de sua nação. A mentalidade brasileira precisava compreender a sua realidade e adquirir uma consciência que lhe permitisse trabalhar para alcançar a modernização. Esta, contudo, deveria ainda atentar sobre o seu ponto de partida neste processo. Esta nova mentalidade deveria compreender a realidade “mais intensa e sistemática” do século XX e, posteriormente, viabilizar o desenvolvimento das demais potencialidades particulares da nação. Em outras palavras, como veremos adiante, Azevedo Amaral estava defendendo que o Brasil deveria desenvolver um pensamento autônomo.

Desde o início do século XX, o Brasil vinha manifestando as características particulares de sua formação, sua “brasilidade” (Amaral, 1930, p. 108). Este termo já era utilizado pela nova geração de intelectuais do período, os quais, segundo o autor, formavam a consciência nascente da nacionalidade brasileira. Inicialmente o objetivo seria o de avaliar quais as estratégias políticas que o Brasil deveria adotar para superar as doutrinas “evolucionistas” que compreendiam o desenvolvimento histórico como um processo gradual e lento. Além disso, se colocava a tarefa de apurar os elementos constitutivos da formação brasileira para, assim, ser possível responder aos impasses políticos e institucionais do período. Era preciso estudar a “expressão da vida coletiva” brasileira. Em um primeiro momento, examinar o presente para relacioná-lo com o passado nacional. O estudo da história da formação brasileira seria a chave para compreender os elementos então atuais que compunham o Brasil, servindo assim de subsídios para um desenvolvimento compatível com os recursos disponíveis em sua realidade.

Com base no conceito de brasilidade, Amaral concluiu que os elementos precedentes históricos da formação brasileira não eram compatíveis com as contingências dos anos 1930. A história brasileira havia sido marcada por uma sobreposição de formas de produção que conferiram ao país uma formação étnica peculiar cujos efeitos sociais e políticos desencadearam complexas alterações econômicas. Diferentemente do continente europeu, por exemplo, não ocorrera no Brasil um fenômeno que permitisse o desenvolvimento progressivo das instituições políticas de modo a ser possível estabelecer fortes laços de continuidade. A colonização portuguesa havia inviabilizado a organização de uma vida social complexa e estruturada. Para o autor, Portugal era singular e precoce, passando suas instabilidades para o tecido social brasileiro.

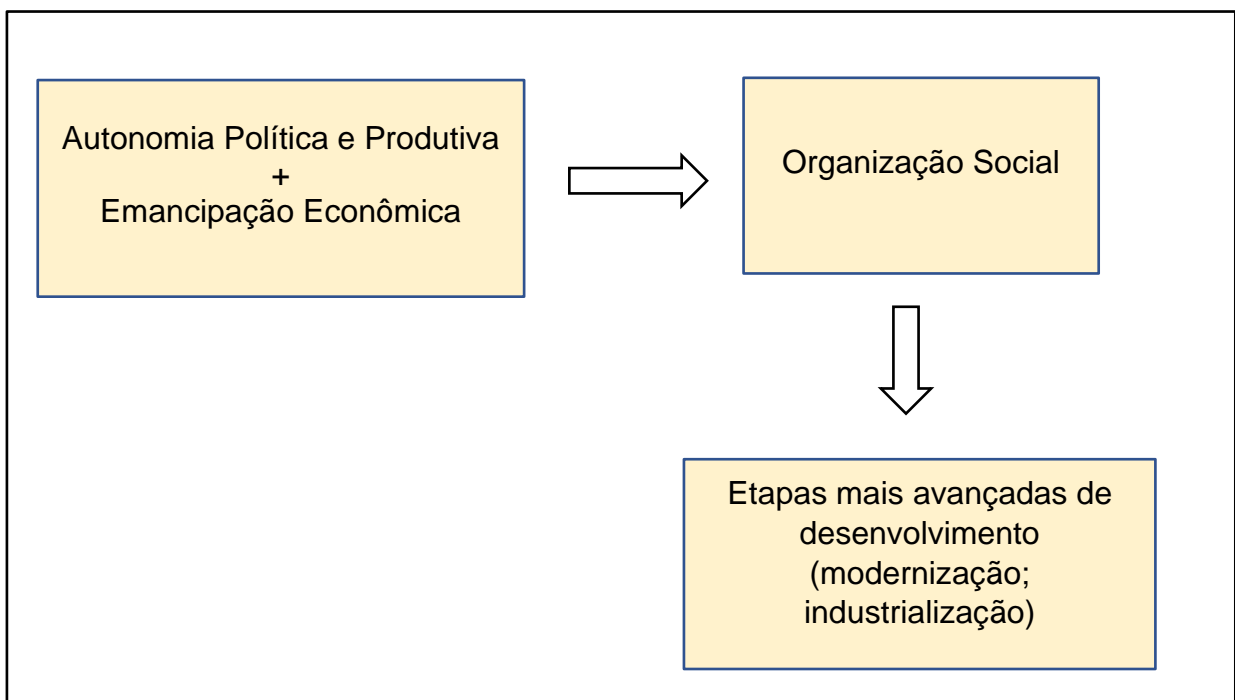
A ausência de planejamento destituiu o Brasil de um projeto de nação, deixando-o carente de instituições capazes de conduzir o país para uma sociedade moderna. Décadas de devastação enfraqueceram sua formação, impedindo o desenvolvimento de uma organização positiva, deixando o país extremamente atrasado quando em comparação às potências mundiais (AMARAL, 1930, p. 132). Entretanto, Amaral se dizia surpreendido pelo fato de o Brasil ter cultivado uma fração de mentalidade política e sociológica mais avançada, de produção e de atividades mercantis, permissíveis, em sua leitura, a um desenvolvimento nacional de vocação política liberal. Este caráter anômalo contrastaria com o cenário de sua produção ligado às lavouras e à pecuária, no qual a quantidade de indústrias extrativistas era ínfima.

Azevedo Amaral associava o nível de desenvolvimento dos países ao seu grau de industrialização e modernização. Ao século XX corresponderia etapas mais avançadas de desenvolvimento às quais precederiam dois fundamentos: uma produção autônoma e a emancipação econômica (Figura 2). A ausência ou um baixo nível de industrialização corresponderia, portanto, a um contrassenso sociológico, já que novas etapas de desenvolvimento seriam alcançadas somente após instaurados tais fundamentos.

A organização de um povo só atinge a etapa de desenvolvimento econômico em que se delineiam os traços essenciais de uma nacionalidade, quando no curso do processo sociogênico as formas de produção se tornam suficientemente complexas para permitir à coletividade uma relativa autonomia econômica habilitando-a manter

a vida civilizada sem estar na indispensável dependência de artigos supridos por outros grupamentos humanos. Enquanto a civilização permanece no primitivismo da exploração pecuária e agrária, a existência nacional não se pode definir com a segurança que só lhe vem impressa pelo desenvolvimento do trabalho industrial, permitindo a transformação das matérias primas nos objetos manufaturados mais indispensáveis. *Uma nação destituída de qualquer forma de atividade industrial constitui um verdadeiro contrassenso sociológico.* Realmente, se a ideia nacional envolve o conceito de uma existência autônômica e se toda independência política, que não corresponde que não a um estado de independência econômica mais ou menos considerável, não passa de situação precária na qual um povo se mantém pela condescendência de estranhos, é evidente que uma sociedade, obrigada a suprir-se fora do seu território dos artigos dos produtos manufaturados de cujo consumo não pode prescindir, é desprovida dos requisitos fundamentais da organização social (AMARAL, 1930, p. 141, grifo meu).

Figura 3 - Fundamentos da organização social de Azevedo Amaral



Fonte: A autora, 2020.

O Brasil ainda apresentava uma produção primitiva, baseada na exploração agrícola, de modo que apenas a introdução maciça de maquinaria industrial permitiu que o país alcançasse uma etapa mais avançada de desenvolvimento.

A experiência adquirida pela extração de recursos minerais teria despertado uma mentalidade positiva no Brasil, vinculada ao potencial de reservas de riqueza nacional.

[...] o ambiente formador da consciência nacional, que deveria realizar a independência e cujos traços predominantes imprimiriam à fisionomia política do Brasil os caracteres que a distinguem até o momento em que forças novas, hoje em intensa atividade no nosso meio, começam a criar outro tipo bem diferenciado de civilização brasileira. (AMARAL, 1930, p. 144).

O destaque conferido ao Estado de Minas Gerais é mais um aspecto importante das considerações do autor acerca da formação brasileira, assim como expressa suas idealizações sobre o futuro nacional. O contexto produtivo do país não refletia suas aspirações, por esse motivo criticava o que considerava o domínio esmagador da classe agrária na história brasileira. O diferencial nesse processo teria sido a Era Mauá, identificada como o período de surgimento de uma economia industrial semelhante, segundo o autor, às tendências econômicas surgidas nas primeiras décadas do século XX.

“[...] tornando-se o poderoso agente de ligação entre o Brasil e as forças capitalistas que propeliram o surto do mundo contemporâneo, Mauá justificou o seu direito a ocupar na nossa história a posição preeminente de anjo tutelar da civilização brasileira [...] do progresso material da nossa terra. (AMARAL, 1930, p. 159).

Mauá se tornou o ícone político exemplar da orientação econômica a qual Amaral considerava fundamental para a organização de uma democracia republicana e uma etapa econômica superior ainda não atingida pelo Brasil na década 1930.

3.3 Fundamentos políticos e sociológicos: evolucionismo histórico e práticas intervencionistas

A partir de 1930, as ideias mencionadas conquistavam lugar entre os intelectuais brasileiros preocupados com o desenvolvimento nacional. Amaral acreditava que os impasses políticos acerca das vias para a modernização brasileira poderiam se dar

por meio da leitura minuciosa dos acontecimentos históricos vividos pelas sociedades, sobretudo, durante o século XIX. Tais episódios teriam ocorridos de maneira encadeada e, mesmo os eventos aparentemente distintos, em sua visão, seriam oriundos do mesmo processo de desenvolvimento histórico.

Outra observação se refere ao que o autor considerava como os elementos comuns que determinariam o curso desses acontecimentos: a ação do homem e sua capacidade de intervenção na dinâmica interna das sociedades por meio da capacidade técnica de transformação da natureza.

Todas as transformações das formas orgânicas da sociedade e as múltiplas expressões do seu dinamismo refletem assim as relações do homem com o ambiente físico, relações que se traduzem primacialmente no caráter dos métodos técnicos de produção, isto é, nos meios pelos quais cada sociedade tira da terra e das forças naturais os recursos para satisfazer não apenas o instinto alimentar, mas também os outros que nele se enraizando formam o conjunto da psique humana. (AMARAL, 1930, p. 19).

A intervenção humana na natureza determina a estrutura social. Esta capacidade e suas consequências deveriam, segundo o médico e jornalista, ser o objeto de estudos dos intelectuais. O progresso técnico direciona e possibilita novos padrões de comportamento social, assim como conduz as nações às novas fases de organização. Segundo o autor, o comportamento dos indivíduos refletiria seu estágio civilizatório (AMARAL, 1930, p. 22).

Aprofundando as ideias publicadas quatro anos antes nos *Ensaio brasileiro*, no livro *O Brasil na crise atual*, de 1934, Amaral avança sobre o exame do impacto dessas transformações do tecido e na dinâmica social sobre as esferas políticas e econômicas. A modificação constante do cenário político, por sua vez, delineou a forma pela qual a relação entre economia e política se apresentava ao mundo no século XX. O período renascentista, por exemplo, foi responsável por renovar o movimento intelectual do período ao delegar à condição humana múltiplas capacidades, implicando, assim, em novas maneiras de compreender os fenômenos sociais, um passo à frente do pensamento pragmático e autônomo da metafísica.

Eventos históricos, tais como guerras, crises e revoluções são entendidas, portanto, como ação do homem. Os homens determinam os fatos sociais, é o agente responsável pela organização, mudança e percurso da história das sociedades. Interventora e consciente, a racionalidade define os eventos sociais, conseqüentemente, as engrenagens políticas e econômicas das sociedades.

Por mais importante que seja o papel dos elementos naturais no determinismo sociogênico, é o fator humano que predomina na equação do problema sociológico, dependendo principalmente dele o valor da incógnita dos destinos de uma coletividade. (AMARAL, 1930, p. 51).

É importante ressaltar que Azevedo Amaral não considerava que a agência capaz de modificar estruturas sociais conscientemente poderia ser desempenhada por qualquer membro da sociedade. Haveria níveis distintos de inteligência e capacidade política que, entre outros fatores, também seria condicionado pela raça. E, embora o ambiente e a geografia pudessem causar limitações ou mesmo impedir determinadas ações do homem, este sempre triunfaria devido à sua racionalidade inerente que lhe permite adaptar-se ou, quando não fosse possível, ser resiliente.

A colonização e predomínio de civilizações sobre outras eram consideradas exemplos dos diferentes níveis de capacidade intelectual, mesmo em situações em que o ambiente seria desfavorável à dominação de determinada civilização estrangeira. Situações como essas seriam ainda exemplos de paralização do progresso social de algumas sociedades ou povos. Indo além, Amaral também negava a extensão do determinismo das instituições sobre a ação política e técnica dos homens. Afinal, as leis resultam de instituições cuja lógica e funcionamento lhes foi determinada pelo homem. Os fatos sociais, portanto, não teriam como derivar de uma força externa que não agência dos indivíduos na vida em sociedade.

O homem promove mudanças na estrutura social, pode compreender a complexidade histórica, tornando-se o agente legítimo da intervenção social. Todavia, haveria diferentes capacidades e habilidades técnicas entre as civilizações, produzindo o que o autor denominou *sedentarismo* e *construtivismo*. Aos construtivistas, em oposição aos povos sedentaristas, competiria o caráter político de

tendência beligerante que proporcionou à humanidade novas formas de desenvolvimento.

O estudo da marcha evolutiva da humanidade deixa bem claro que a obra do progresso material e cultural foi realizada exclusivamente pela ação social e política de certas classes e que outros grupos da sociedade, sempre que se viram temporariamente livres da influência dirigente daqueles elementos, regrediram sem demora à barbaria, da qual só vieram a ser de novo resgatados quando, pela reconstituição das forças que anteriormente haviam predominado, reapareceram condições propícias ao reatamento do curso da civilização. (AMARAL, 1930, p. 84).

Neste processo, também houve a influência metodológica das ciências naturais sobre as ciências sociais, cuja resultante se observa na formação de um campo político progressista, atento ao impacto causado pela mudança dos fatos sociais²². Afigurava-se, para o autor, a consolidação de uma nova perspectiva em torno do progresso social que suplantava, aos poucos, a visão lenta e etapista do desenvolvimento das nações. Por considerar que o liberalismo, tal como aventado na maior parte do século XIX, imprimia sobre a noção de desenvolvimento um percurso etapista, descredibilizando ações e práticas interventoras, Amaral se referia ao século XIX como o “século do evolucionismo”.

Por este motivo, Amaral corrobora, em partes, a teoria da revolução formulada por Karl Marx, já que o autor alemão delegava aos indivíduos o papel de agente revolucionário da sociedade, conseqüentemente de transformação da ordem econômica. Entretanto, seu raciocínio teria fortes traços deterministas, na medida em que a tomada de consciência pela classe trabalhadora era considerada um desdobramento inevitável da dinâmica da luta entre classes. Sendo assim, a teoria de mudança social de Marx se apresentava como “um simples epifenômeno do processo dialético que gradualmente deveria conduzir a sociedade do capitalismo ao estado sintético da socialização integral” (AMARAL, 1934, p. 19).

A essência da teoria revolucionária de Karl Marx se tornou uma referência fundamental para a leitura de Azevedo Amaral sobre as maneiras de subverter e implementar reformas sociais mais profundas. A importância de Karl Marx e da

²² O autor se refere ao abandono pelas ciências naturais da concepção de imutabilidade dos seres vivos.

corrente de pensamento marxista na teoria de Azevedo Amaral é incontestável. Estas referências apareceram recorrentemente nos primeiros livros do autor. Apesar disso, não seria Karl Marx o expoente teórico e político máximo responsável, segundo o autor, pela elaboração teórica triunfante da mudança estrutural ideal às necessidades do século XX. Esta posição seria ocupada por outro intelectual da corrente marxista, Vladimir Lenin. O século XX estaria destinado a ser o século das teorias revolucionárias das quais derivaria o pensamento político hegemônico do mundo contemporâneo.

Nas subseções, veremos como a corrente de pensamento marxista foi criticamente empregada no pensamento de Azevedo Amaral no que se refere as possibilidades de desenvolvimento, sobretudo, econômico das sociedades no século XX.

Quatro anos após *Ensaio brasileiro*, Amaral publica *O Brasil na crise atual* dando continuidade à discussão em torno da modernização brasileira. Nesta publicação, o autor confere especial atenção aos chamados “métodos revolucionários” de mudança social, aprofundando a análise sobre a nova orientação política e econômica do século XX.

Segundo o autor, a crítica ao liberalismo polarizou os intelectuais em dois campos políticos, o progressista e o conservador. Essa oposição se expressava na percepção a respeito das dinâmicas sociais e das ações que poderiam ser adotadas pelo país para alcançar o patamar econômico das nações mais desenvolvidas. Amaral defendia que era possível o Brasil passar diretamente para um estágio mais avançado de organização sem que isso criasse quaisquer tipos de lacunas ao país. Era preciso aperfeiçoar as instituições nacionais que se encontravam presas a um estágio anterior da história brasileira.

O século XX teria inaugurado uma postura política essencialmente distinta do século XIX. A filosofia do novo século, por exemplo, promoveu mudanças nos métodos investigativos, modificando a maneira de analisar os fenômenos sociais, inserindo as variáveis tempo e espaço, aproximando-lhe de um status mais realista. Tais modificações impactaram as considerações sobre os caminhos que as sociedades poderiam vislumbrar. Logo o impacto desta nova orientação foi sentido sobre a Sociologia e as práticas políticas, expressando-se, por sua vez, no deslocamento do pensamento político evolucionista para o revolucionista (interventor). O século XX

consolidou, portanto, os argumentos e os métodos interventores de revolução esboçados desde o final do século anterior.

Amaral considera que foi a partir deste momento que finalmente uma leitura correta sobre o processo do desenvolvimento histórico como um encadeamento de revoluções e não um fluxo contínuo de uma evolução gradual e homogênea ocorreu.

O processo histórico seria, portanto, descontínuo, composto por uma série de episódios individualizados, que concretizam e expressam a ação de fatores precedentes. Não possui nenhuma obrigatoriedade ou dependência do passado para se constituir como um presente mais ou menos adequado a uma certa realidade. A descontinuidade é vista, portanto, como uma característica do processo histórico, além disso, como um elemento fundamental de uma leitura sociológica contemporânea, estruturante e estruturada pela orientação política prática do século XX “revolucionista”.

A revolução pode ser entendida como um produto da ação consciente e interventora do homem sobre a sociedade, produto da inteligência. Trata-se de um pressuposto fundamental da teoria para a modernização e para o desenvolvimento da sociedade brasileira, sem a qual, como será discutido adiante, o homem não seria capaz de analisar o processo de desenvolvimento histórico mundial e de sua nação e a partir daí propor soluções para que o ambiente social alcance o progresso. Contudo, como mencionado, somente pequenos grupos privilegiados seriam capazes de promover mudanças bruscas na sociedade, instituições, em sistemas políticos e econômicos.

Amaral se dedicou também ao estudo e à observação de eventos revolucionários os quais, segundo ele, mostraram-se fruto de uma teoria particular própria de minorias privilegiadas. As revoluções representavam movimentos de ação intelectual das classes dirigentes que pouca ou nenhuma participação essencial advinha das massas. As classes populares são vistas como inconscientes “e sua força elementar é deflagrada sempre pela ação dirigente que as despertam da sua sonolência” (AMARAL, 1934, p. 58).

Os movimentos surgidos espontaneamente nas massas populares e cuja tem direção cabe a elementos nela integrados e de mentalidade adstrita à órbita passional em que se limita o psiquismo das multidões, podem apresentar empolgante interesse dramático e retardar pelos seus efeitos devastadores o desenvolvimento histórico do grupo

humano em que ocorrem ou envolver mesmo o seu aniquilamento. Mas nenhuma influência exerce sobre o seu destino coletivo, à sua esterilidade absoluta, decorrente da incapacidade criadora das forças espirituais que atuam nos movimentos dessa natureza. (AMARAL, 1934, p. 60).

Desse modo as mudanças bruscas que ocorrem na sociedade são resultantes de movimentos inicialmente intelectuais, fenômeno que pode ser enquadrado na categoria de *método* de direção das massas. As verdadeiras revoluções modificam a estrutura social, o oposto de rebeliões localizadas que em seu auge alcançam somente breves ou momentâneos levantes populares. A ascensão das massas ao poder político por meio de sua própria ação revolucionária não passaria de uma utopia. Mesmo nos casos em que a organização política foi subvertida revolucionariamente, as massas rapidamente perderam sua capacidade interventora sobre os negócios públicos e foram gradativamente substituídas por minorias dirigentes. Quanto mais profundas fossem as transformações econômicas, por exemplo, maior seriam as chances de concentração do poder político em círculos oligárquicos.

O debate acerca da revolução como *método*, da consciência revolucionária das classes populares que respaldou boa parte do pensamento de Azevedo Amaral foi fortemente influenciado pela corrente de pensamento marxista e, em especial, pelo revolucionário marxista Vladimir Lenin.

A revolução ocorrida em 1917 na Rússia foi um dos principais exemplos utilizados por Azevedo Amaral e uma de suas principais inspirações teóricas e práticas. O processo revolucionário russo, explica o autor, foi idealizado e realizado por meio de uma minoria cuja iniciativa dirigente soergueu a revolução à escala nacional. Para Azevedo Amaral, sua origem foi unicamente intelectual e conduzida por umas das “maiores mentes do mundo moderno” (AMARAL, 1934, p. 68). Vladimir Lenin foi o responsável por todos os movimentos da revolução russa e, embora estivesse sob a influência dos fundamentos teóricos de Karl Marx, realizou uma leitura “correta” da essência revolucionária que possibilitou a sua concretização.

As diversas páginas dedicadas à corrente marxista e a Vladimir Lenin nas primeiras décadas dos anos de 1930 visavam exemplificar e respaldar sua leitura sobre a eficácia das ações revolucionárias na realização de mudanças estruturais profundas, assim como legitimar o papel das elites intelectuais dirigentes nesse processo.

Contudo, embora utilize o caso russo para legitimar o método revolucionário, Azevedo Amaral confrontava o marxismo. Esta corrente carregava traços ditatoriais e evolucionistas incompatíveis com os interesses brasileiros e dos países da América Latina. Casos como os da Rússia (socialista/comunista) e da Itália (fascista) deveriam ser rejeitados. Seus Estados em muito ultrapassariam os limites das liberdades individuais e da vida social coletiva. Não obstante a isso, desta corrente ideológica originou-se o método eficaz para o progresso econômico e social brasileiro.

Segundo Bolívar Lamounier, nos anos 1930 não era fácil distinguir o núcleo analítico do autoritarismo e do totalitarismo (1981, p. 4), contudo, Azevedo Amaral realizou esse exame de maneira explícita, tornando-a cerne de seu argumento.

No surdo debate que desde o final do século passado se vinha travando a respeito do destino econômico do país, foi Azevedo Amaral um dos mais enfáticos advogados da industrialização. Jornalista experiente e atento às questões internacionais, foi talvez entre seus contemporâneos o que melhor sublinhou os condicionantes externos, tanto econômicos como políticos, das opções brasileiras [...] Dava às atividades econômicas o devido apoio e imprimia-lhes a necessária coordenação, sem, entretanto, comprimir a iniciativa privada. Matinha o capitalismo, ao mesmo que o disciplinava, através da organização corporativa e do primeiro esboço de um sistema de planificação. E, sobretudo, evitava os extremos do individualismo liberal e do totalitarismo, enunciando um conceito de liberdade compatível com o bem público. (LAMOUNIER, 1981, p. 2-3).

Interessante nesse contexto também é a maneira pela qual Azevedo Amaral interpretou o papel das elites dirigentes. Não sendo desconsiderado por Bolívar Lamounier na introdução do *O Estado autoritário e a realidade nacional*.

[...] na medida em que se apresentavam como poderosas forças modernizantes, capazes de transformar rapidamente e consolidar entre nós um verdadeiro Estado nacional. Impaciências fermentadas pela observação da política de clientela, temores de fragmentação territorial, em faces das exacerbações dos regionalismos, complexos de inferioridades nutridos pela consciência de sermos ainda uma nação de segunda classe, tudo isso conduziria a uma indisfarçada admiração pelos regimes, até certo ponto independentes de sua colaboração ideológica. Para Azevedo Amaral em suas primeiras obras, Lênin e Mussolini são os dois grandes gênios, os estadistas da época. Ao mesmo tempo, e este traço se acentua neste livro de 1938,

fascismo e comunismo eram também experiências ameaçadoras, pois implicavam necessariamente a mobilização de massas, conduzindo a deslocamentos sociais de grande magnitude, quiçá, irreversíveis. Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos, para citar apenas esses três, percebiam claramente estes perigos. Mas, ao contrário, dos outros dois, seu temor da mobilização totalitária não parece ter tido raízes em qualquer apreço pelos valores tradicionais da sociedade brasileira. O Brasil na Crise Atual, de 1934, faz apologia do revolucionismo, das mudanças bruscas, dos saltos qualitativos. (LAMOUNIER, 1981, p. 4-5).

Examinaremos a referida influência no capítulo a seguir, destacando o modo pelo qual Azevedo Amaral se apropriou da teoria marxista e da teoria revolucionária de Vladimir Lenin. Trata-se, em suma, de uma apropriação crítica e original sobre o papel do *revolucionismo* no novo contexto político e econômico trazido pelo século XX e sua contribuição para o desenvolvimento e a modernização industrial do Brasil.

4 UM LENINISTA NÃO MARXISTA: A INFLUÊNCIA DA CORRENTE MARXISTA E DE VLADIMIR LENIN SOBRE O PENSAMENTO DE AZEVEDO AMARAL

O conflito armado tornou-se o ponto de partida de uma orientação adversa aos processos políticos, com que a antiga escola liberal contava poder levar o progresso social aos extremos acessíveis à previsão humana. Além desses fatores determinados pela guerra e de tão sensível efeito no desenvolvimento do espírito revolucionário, concorreram outras circunstâncias igualmente surgidas na crise internacional e tendentes também a criar uma atmosfera de descrédito em torno da ideologia evolucionista, que presidira as expressões do pensamento político no período precedente. Com as prementes necessidades militares que defrontaram as diferentes nações beligerantes e com problemas econômicos não menos angustiosos e os quais se estenderam aos próprios países neutros, multiplicaram-se as oportunidades do emprego de métodos diretos que envolviam verdadeiras revoluções em miniatura nos diversos campos da vida social. (AMARAL, 1930, p. 188).

Como visto nos capítulos anteriores, Azevedo Amaral delegava a consolidação das práticas políticas interventoras no século XX a uma série de fatores de ordem econômica mundial. O principal deles relacionado à orientação liberal e seus pressupostos limitadores da participação direta do Estado nos assuntos econômicos. O sentimento de descrédito na doutrina foi acentuado pela Primeira Guerra Mundial e, mais à frente, pela Grande Depressão, em 1929. Esses episódios enfraqueceram a ideia de crescimento das nações através do espontaneísmo do mercado, permitindo o avanço do debate acerca da participação estatal na produção e no consumo, logo, nos assuntos relativos ao desenvolvimento e à modernização. Na esteira desse processo, inseriu-se também a Revolução Russa, em 1917, (igualmente de impacto mundial), demonstrando o potencial das políticas intervencionistas.

Para Azevedo Amaral, o movimento das nações é definido pelos seus interesses – independentemente de seu grau de civilização e/ou do âmbito interno ou externo das relações em jogo. O contexto no qual se inseriu a guerra de 1914 não teria causa diversa. O sentimento de rivalidade francês não emergiria se a perda dos territórios de Alsácia-Lorena, por exemplo, não implicasse a perda de poderio econômico para os franceses. Não mais do que duas décadas foram necessárias para arrefecer o comportamento conciliador de uma potência econômica liberal financeiramente

lesada, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento industrial alemão prosperava, configurando-se como uma ameaça futura à supremacia industrial francesa e inglesa. Mais frontal ainda teria sido o conflito dos interesses econômicos da Inglaterra e da Rússia com o fortalecimento econômico alemão. O avanço industrial siderúrgico e naval, acompanhado por um desenvolvimento bancário eficiente, tornava o arranjo entre a indústria e o comércio alemão intimidador.

O conflito de interesses econômicos tornou inviáveis quaisquer possibilidades de acordos que atendessem igualmente os interesses econômicos envolvidos. Segundo Azevedo Amaral, ainda estavam frescas na memória mundial o frustrante mosaico resultante do Pacto de Versalhes. A paz entre as nações sempre estaria a reboque do ajuste aos interesses econômicos. Sem isto a economia mundial seria constantemente abalada.

Tratando-se de nações civilizadas, a possibilidade de uma guerra por motivos alheios à influência dos fatos econômicos é simplesmente inconcebível. Somente quanto entre duas ou mais nações existem dificuldades mais ou menos irredutíveis criadas pela oposição de interesses, um incidente internacional pode assumir proporções capazes de precipitar uma guerra. [...] A guerra de 1914 que a propaganda tendenciosa dos beligerantes incorporados na coligação anti-germânica procurou apresentar aos neutros incautos como um choque de ideais opostos de civilização, foi um conflito cujas origens econômicas não se tornaram perceptíveis aos que obstinadamente se recusaram a examiná-la com alguma serenidade. (AMARAL, 1934, p. 113-114).

As experiências adquiridas pela observação dos impactos sofridos pela conjuntura internacional durante e após a Grande Guerra permitiram que os intelectuais brasileiros percebessem a necessidade de modificações estruturais no governo.

[...] já se torna oportuno aproveitar a perspectiva oferecida por aquele lapso de tempo para uma análise do acontecimento, das suas origens e dos seus mais prováveis efeitos. Em 1930, a grande maioria dos que representam na população brasileira elementos capazes de apreciação consciente das situações políticas e da marcha da vida nacional, entretinha absoluta convicção da necessidade de uma *transformação radical dos métodos do governo* e da atmosfera moral em que se dirigiam os negócios públicos. Semelhante opinião formara-se através de um longo processo de caquetese oposicionista feita

inicialmente na imprensa, mas depois desenvolvida por múltiplos agentes deliberados ou involuntários da propaganda, que pouco a pouco tomara um feitiço nitidamente revolucionário. Por certo, os partidários de uma revolução no sentido vulgar da palavra não constituíam mais que minoria relativamente pequena.” (AMARAL, 1934, p 139, grifo meu).

A oposição ao período monárquico se encaixaria neste contexto de extrema susceptibilidade aos acontecimentos internacionais. O contraste econômico daquele período com os primeiros anos da década de 1930 mostrava como o Brasil imprimia um novo ritmo economicamente positivo. Mesmo que em escala menor do que o desejado, o volume da produção teria crescido em “cifras impressionantes”, assim como as técnicas empregadas no trabalho também teriam se aperfeiçoado. Embora o Brasil mantivesse sua base produtiva na monocultura, sua economia parecia se equiparar a das nações de mesmo nível econômico. O desenvolvimento de atividades e métodos de trabalhos mais complexos não era produto de outro fator que não o progresso da indústria nacional como, por exemplo, dos ramos da fiação e da tecelagem cuja projeção nacional perdia em volume apenas para a produção de café.

As vantagens da industrialização no sentido de elevar o nível econômico de uma coletividade, mesmo quando esta é preponderantemente agrícola, estão hoje por tal verificadas e demonstradas pelos mais autorizados economistas contemporâneos, que o simples fato de haver-se formado no Brasil uma indústria capaz de suprir mais de 25% dos artigos mecanufaturados que consumimos, basta para apoiar a tese aqui sustentada com a afirmação de termos progredido muito consideravelmente no período em apreço. (AMARAL, 1934, p. 142).

O tímido avanço econômico teria impulsionado ainda o progresso social e cultural do Brasil através da expansão das linhas ferroviárias, telegráficas e telefônicas que asseguram a comunicação entre locais antes separados pela distância. O âmbito educacional, contudo, não se observava na mesma escala descrita. Todavia, de maneira geral, o país já poderia se equiparar, ao menos, em termos globais de comunicação. As mudanças referidas expressavam o andamento da transformação social em relação ao século anterior influenciado pela monarquia. O Brasil dava os primeiros sinais de sua capacidade para alcançar o almejado cenário de integração

ao contexto de modernização técnica e científica que caracterizaria o século XX. Mas muito ainda precisava ser feito, a transformação ora iniciada precisava ter seu planejamento consolidado por meio de uma revolução completa do aparelho administrativo do Estado. Os meios e a confiabilidade neste método haviam sido testados em casos internacionais.

4.1 – Renovação dos padrões políticos – Karl Marx e Vladimir Lenin: revolução, modernização e a centralização do Estado para a industrialização nacional

A originalidade do pensamento de Azevedo Amaral se deve em grande parte à influência exercida pela corrente marxista e por Vladimir Lenin. Desses elementos, originaram-se a teoria do autor acerca dos métodos de intervenção direta na sociedade. A influência de Karl Marx pode ser observada em Azevedo Amaral com base na “objetividade dos agentes transformadores”.

Para Hegel, a ideia identificada com a tese inicial, passava pela contradição antitética e chegaria à síntese reconstituidora sob a ação irresistível do determinismo incluído na vontade onisciente da afirmação originária. Marx, desapegando-se de toda a ambiência teológica, elaborou a sua teoria dialética do desenvolvimento histórico sem poder contar com a propulsão da força divina que, no pensamento hegeliano, impelia aquele desenvolvimento. Reduzindo assim a evolução social aos termos de um rigoroso determinismo, ele se via na contingência de apelar para as próprias forças do organismo social, como meio de dar objetividade prática aos efeitos dos agentes transformadores gerados no deslocamento do processo evolutivo e que deviam fazer a sociedade passar à etapa final do seu processo dialético. Daí a necessidade lógica de introduzir a revolução como fórmula realizadora dos efeitos acumulados no desenvolvimento histórico. O espírito revolucionário, que vem assim ocupar na mentalidade contemporânea a posição do evolucionismo político e social anteriormente predominante, foi afinal acentuado pelos efeitos diretos do grande acontecimento, que tão profundamente abalou a estrutura da civilização. (AMARAL, 1930, p. 187).

O exame e a apropriação crítica e pragmática da corrente marxista atendiam aos interesses de modernização e desenvolvimento brasileiro, sobretudo, a Revolução Russa que fornecia uma prova da eficiência dos métodos interventores e um método viável e condizente com as tendências políticas contemporâneas do século XX.

O mais importante efeito da revolução russa foi estender às camadas mais indiferentes das massas trabalhadoras de outros países e levar mesmo às populações mais remotas, até então quase sem contato com o que se passava nas regiões civilizadas do globo, a confiança nos métodos revolucionários. O evolucionismo político, identificado com o pensamento liberal do século XIX restringia-se a um círculo um tanto limitado de elementos aptos a apreenderem uma ideologia relativamente subtil. O revolucionismo atual, propellido pela demonstração espetacular da experiência bolchevista, tornou-se rapidamente um fenômeno mais ou menos universal. (AMARAL, 1930, p. 189).

Estaria presente no pensamento e no método aplicado por Vladimir Lenin uma concepção integrada e mais ampla de sociedade, da luta de classes e dos processos históricos interessantes aos ideais brasileiros defendidos por Azevedo Amaral. Chamava a atenção do jornalista brasileiro a centralidade conferida pelo revolucionário russo à política na definição dos conflitos econômicos desenhados entre todos os grupos sociais. Em sua leitura, Lenin aprofundou um aspecto que na teoria marxista apenas se anunciou: a ideia de que o desfecho das lutas sociais seria político. Contribuição singular para o arcabouço teórico geral acerca do papel do Estado nos processos de modernização.

Cabe salientar que a apropriação realizada por Azevedo Amaral deve ser entendida, e só é possível nesse sentido, na medida em que o autor seleciona e adapta este pensamento. A fim de compreender o modo pelo qual as nações iriam reconfigurar suas estratégias políticas e econômicas, após os transtornos econômicos e comerciais causados pela Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, pela Crise de 1929, Azevedo Amaral apontou três nações que, em sua leitura, interpretaram adequadamente as tendências da nascente configuração política que se desenhava no século XX. Estados Unidos, Itália e Rússia souberam reformular-se economicamente por meio de uma leitura consciente de suas respectivas realidades, promovendo estratégias eficazes para o seu desenvolvimento econômico com certo

grau de autonomia e independência. O destaque conferido ao caso russo se justifica pela reorganização política e o acelerado desenvolvimento econômico que foi de encontro às diretrizes fundamentais da principal corrente política do século XIX.

A revolução bolchevique seria a primeira manifestação da nova tendência política e econômica. Vladimir Lenin, por sua vez, distinguia-se dos demais estadistas por deter um rigor teórico, sistemático e profundamente elaborado, que recuperava, segundo o autor, aptidões políticas discursivas e analíticas. A política contemporânea exigiria agilidade prática e versatilidade, portanto, o oposto de métodos baseados em cópias indiscriminadas de modelos e instituições estrangeiras agora vistas como impeditivas do progresso econômico brasileiro.

Poucas personalidades postas em foco no decurso do desenvolvimento histórico destacam-se com tantos aspectos fascinantes, como o organizador da Rússia soviética. [...] E como acontece a todos os grandes estudiosos, há nas ideias de Lenine uma influência tão perceptível dos pensadores hauridos em várias fontes que, sem justiça, mais um de crítico tem lhe contestado originalidade. [...] Contudo, se não há no líder da revolução russa a originalidade dos elementos constituintes da sua ideologia, ninguém poderá negar-lhe outra forma não menos eficiente nem menos nobre de originalidade, que é a sua potência de sintetizar pensamentos alheios e de imprimir, nessa síntese, a tais pensamentos *uma força dinâmica, que os converte em agentes efetivos de realizações práticas*. Parece-nos que, sem abuso de liberdades analógicas, podemos comparar a ação intelectual de Lenine no domínio sociológico à obra realizada por Shakespeare na esfera da arte [...] Lenine converteu em formidáveis instrumentos de demolição e de reconstrução ideias que nos pensadores, a que ele foi pedir inspiração, não passavam de fórmulas incapazes de eficiência dinâmica na vida social. (AMARAL, 1930, p. 215, grifo meu).

A expressão “ciência da revolução” utilizada por Azevedo Amaral competiria e esse deslocamento da ação revolucionária e interventora da esfera empírica para a da prática política. Assim, os elementos que compõem o referido método revolucionário diziam respeito, principalmente, às práticas políticas estatais interventoras. Isto significava que transformações estruturais econômicas, por exemplo, não precisariam “esperar” por contingências espontâneas da dinâmica social para a sua realização.

Lenin detinha grande conhecimento acerca da história e da dinâmica de sua nação, bem como dos órgãos fundamentais do Estado moderno. A transformação brusca, ou

seja, a “revolução” empreendida nesse caso demonstrava o papel fundamental dos aparelhos administrativos do Estado para o desenvolvimento econômico e industrial daquele país. A revolução por meio da intervenção estatal nos assuntos econômicos, materializava-se como um método aplicável e eficaz também em outros contextos.

De uma análise da constituição do Estado moderno, veio-lhe a convicção de que os órgãos políticos representam na realidade um papel muito secundário, sendo a verdadeira ação eficiente dos detentores do poder exercida por intermédio do aparelho administrativo. Enquanto os antigos revolucionários concentravam a sua preocupação no ataque à superestrutura política do Estado, desinteressando-se tanto das suas obras vivas representadas pela burocracia administrativa, Lenine viu claramente que uma revolução profunda só poderia ser operada pela subversão da maquinaria administrativa [...] além de uma extraordinária relevância tática pelo aumento incalculável da eficácia do esforço revolucionário, apresenta vivo interesse como índice do papel na parte construtiva da ideologia lenineana vinha caber aos elementos executivos do Estado. É este ponto que queremos assinalar como característico fundamental da orientação política da revolução russa afora as suas tendências econômicas. (AMARAL, 1930, p, 127-128).

A reorganização russa estabeleceu rapidamente um aparelho administrativo capaz de gerir a economia. Seu princípio fundamental foi a reunião dos poderes do Estado, incluindo o judiciário, em um organismo unificado também com objetivos administrativos. Tratava-se, de um arranjo instrumental do Estado visando a solução de problemas concretos e acima de tudo econômicos.

Podemos, portanto, encarar apenas como parte substancial e provavelmente permanente da obra revolucionária russa a constituição de um Estado, cuja organização peculiar se concretiza na concentração dos poderes com acentuada ascendência da autoridade executiva, orientada no sentido de abordar com a maior eficiência administrativa e técnica os problemas de ordem econômica. (AMARAL, 1930, p. 221).

Vladimir Lenin teria compreendido que os impasses em torno da produção no mundo contemporâneo só poderiam ser solucionados através de uma ação política revolucionária e interventora. Demonstrando ao mundo a importância da função

administrativa do Estado para o desenvolvimento das nações ao mesmo tempo em que contrariava os fundamentos da função do Estado no liberalismo, restringindo em seus poderes e funções em prol das liberdades individuais. A revisão dessa máxima era prioridade nacional para a superação do atraso econômico brasileiro. As atribuições executivas do Estado deveriam ser mais amplas que o preconizado pelo liberalismo econômico (AMARAL, 1930, p. 222).

Voltando-se ao aspecto puramente metodológico, Azevedo Amaral alertava para o que seria um erro *analítico* vincular o método revolucionário a uma ideologia específica. Decerto o autor não retirava da corrente marxista a validação do método revolucionário. Entretanto, considerava que o rumo dos acontecimentos políticos mundiais induzia o século XX para a prática de métodos interventores. Azevedo Amaral propunha a revolução como um método dissociado dos objetivos ideológicos marxistas, enfatizando as transformações que o método revolucionário seria capaz de promover nos âmbitos políticos e sociais.

Nenhum observador dos episódios encadeados no nosso país, em uma série de revoltas frutadas, deixa de receber a impressão da falta de finalidade desses paroxismos de rebeldia, que se tornaram de uma frequência a dar-lhes o aspecto ilusório de uma corrente revolucionária coerentemente orientada [...] mas não se trata de uma limitação no sentido depreciativo, que lhe deviríamos imprimir se a considerássemos como simples contrafação de tendências exóticas. O fato que se passa entre nós parece constituir antes a expressão peculiar, que no revolucionismo mais ou menos universalizado, na época atual, torna sob a influência das condições especiais do meio brasileiro. (AMARAL, 1930, p. 192).

O revolucionismo seria, portanto, a expressão das preferências pelos métodos de ação direta do homem sobre o meio social a fim de acelerar ou promover transformações ou acelerar o progresso. Azevedo Amaral rejeita, entretanto, um elemento que se mostrou comum nos processos revolucionários: a violência armada. Este aspecto corresponderia a um traço de inferioridade econômica, política e/ou cultural. Uma característica negativa não superada pela história de uma nação. Sendo assim, o método revolucionário proposto por Amaral seria aquele de caráter civilizado, destituído de violências.

Aplicando-o ao cenário brasileiro, Azevedo Amaral defendia que a necessidade de desenvolvimento brasileiro não poderia mais ser negligenciadas e deixadas a cargo de acasos ou de um suposto curso automático da evolução social. A renovação nacional de que o Brasil necessitava, e sobre a qual já esboçava sua consciência revolucionária ainda desorientada, delineava-se através das atividades econômicas. O Estado deveria tornar-se um instrumento de ação mais atrativo para as grandes mentes políticas, sobretudo, quanto à possibilidade de extensão de suas influências nos assuntos econômicos e capacidades administrativas.

Embora distintos ideologicamente, Estados Unidos, Itália e Rússia mereciam particular atenção devido aos métodos de intervenção e ação direta que realizavam em seus territórios. Em algum aspecto, todos os três casos eram passíveis de aproximações e análises por parte dos intelectuais brasileiros devido às estratégias organizativas administrativa e econômicas que mobilizaram. Através da análise desses exemplos seria possível encontrar demonstrações de formas modernas de pensamento político e administrativo (1930, p. 199).

O que se observa é a preocupação de Azevedo Amaral em entender e adaptar o país às novas tendências do novo século que traziam consigo constantes e novos desafios ao governo brasileiro. Segundo o autor, a crescente ascensão política das massas, por exemplo, tornava as classes sociais mais complexas e mais presentes na arena política, implicando em novas formas de participação política, bem como na renovação das prerrogativas acerca da cidadania e acerca também do modo pelo qual ela seria exercida no Estado contemporâneo.

As próprias reformas realizadas sob a influência da política partidária vieram, pouco a pouco criando as condições que acabaram por tornar insustentáveis as formas políticas da democracia liberal. Enquanto as massas iam subindo a planos superiores de cultura e de desenvolvimento de uma consciência social pela ação progressiva da instrução difundida pelo Estado, a marcha evolutiva das formas econômicas, também auxiliada pelas circunstâncias favoráveis que a nova ordem de coisas proporcionava, fazia surgir problemas cuja solução não era fácil de encontrar dentro dos moldes do liberalismo. [...] A situação que assim se delineava tão propícia à classe dirigente, não pôde resistir ao efeito combinado da expansão da cultura popular e da pressão irresistível dos fenômenos econômicos determinados por um surto sem das forças produtoras. (AMARAL, 1930, p. 204).

Este novo contexto destacado por Azevedo Amaral se configurava com maior clareza no século XX, mas viria, segundo o autor, desmantelando-se desde antes da Primeira Guerra Mundial.

Nos anos que antecederam a guerra, a organização econômica das nações civilizadas já se havia tornado tão vasta e tão complexa, que as suas reações internas e suas repercussões de fatos análogos passados em outros países faziam prever a necessidade de uma próxima revisão dos padrões políticos. O Estado que o liberalismo democrático criara, embora monopolizasse grande número de funções, cujo exercício se relacionava diretamente com as atividades econômicas, e absorvesse uma cota muito considerável de frutos da produção por meio do seu aparelho tributário, era um órgão quase inútil como centro coordenador daquelas atividades. O regime, a que o evolucionismo spenceriano fixara como finalidade ideal a fórmula do mínimo de governo, começou a manifestar o absurdo a que o levava o próprio excesso do racionalismo inspirador da sua organização. Pouco a pouco, tão impressionantes se tornaram as extravagâncias da desordem econômica em que culminavam os efeitos do liberalismo político, que os esforços dos apologistas da velha escola entraram a não encontrar ouvintes para uma doutrinação violentamente contraditada pela experiência cotidiana. (AMARAL, 1930, p. 206-207).

O Estado liberal embora agregasse diferentes funções era ineficiente como órgão administrador e coordenador das esferas políticas e econômicas. A complexidade econômica se tornava progressivamente mais visível diante de uma consciência coletiva cada vez mais esclarecida e participativa. Tal “desordem” sacrificava o bem coletivo. A reorganização realizada pelos três países mencionados dizia respeito à casos nos quais outras nações teriam se adequado a este novo e complexo contexto. Na Rússia isso foi possível graças à coordenação dirigente de Lenin, quem coube um gerenciamento adequado do poder do Estado diante das dificuldades impostas pela política contemporânea “em um mundo que se habituara a ver no estudioso e no pensador a antítese do político” (AMARAL, 1930, p. 214).

Vladimir Lenin construiu uma obra rigorosamente científica sobre o fenômeno revolucionário, “um método sem finalidade intrínseca” (AMARAL, 1934, p. 53) que racionalizou um fenômeno até aquele momento limitado ao mundo das ideias. Por esse motivo, Azevedo Amaral afirmou que uma vez preocupado em examinar e dialogar sobre as tendências políticas de seu tempo não poderia se eximir a um exame “demorado” do que denominou “sistematização sociológica do revolucionismo”

4.2 – Renovação dos padrões políticos: o método revolucionário

Conforme exposto no início desta tese, os primeiros livros publicados por Azevedo Amaral detêm o conjunto dos seus fundamentos teóricos que, posteriormente, subsidiaram suas análises em obras como, por exemplo, *A aventura política do Brasil* (1935), *Renovação nacional* (1936), *Estado autoritário e a realidade nacional* (1938) e no polêmico *Getúlio Vargas estadista* (1941). Azevedo Amaral publicou diversos livros, permitindo-nos supor que à medida que se avançavam os anos o autor buscava aprofundar algum dos temas abordados em seu primeiro livro *Ensaios brasileiros* (1930).

Observa-se isso, por exemplo, na publicação de *O Brasil na crise atual*, de 1934, no qual o autor dá seguimento e maior profundidade à questão do *método revolucionário*, abordado inicialmente nos capítulos V e VI do livro *Ensaios brasileiros* (Anexo 2).

Em continuidade aos argumentos expostos quatro anos antes, Azevedo Amaral dedicou um capítulo completo ao chamado *método revolucionário* que, como vimos anteriormente, abrange, para o autor, as tendências políticas do século XX opostas às do século XIX. Segundo Amaral, tanto no plano intelectual como no político, os homens sempre estiveram divididos quanto a esse assunto e criando uma polarização identificada na política moderna entre os conservadores e progressistas. Este antagonismo se deu principalmente quanto ao modo de encarar a dinâmica social e as ações políticas práticas que deveriam ser adotadas em consequência do fluxo dos acontecimentos sociológicos.

A conjuntura histórica que originou o atual contexto da década de 1930 foi lida pelo autor como resultante de fases descontínuas, porém não desconexas do todo histórico. O percurso dos acontecimentos mundiais fez com o século XIX se caracterizasse pelo estabelecimento de doutrinas conservadoras e evolucionistas que conferiam uma inabalável confiabilidade do avanço social a forças independentes da

intervenção humana, fazendo com que, mesmo no século do revolucionismo – século XX –, ainda existissem traços evolucionistas nas teorias revolucionárias. Mas o evolucionismo não resistiu aos impasses e problemáticas econômicas mundiais da contemporaneidade. O processo histórico não linear cedeu lugar ao revolucionismo e sua forma objetiva de domínio social por meio dos métodos de ação política interventora. O declínio econômico mundial e sua constante instabilidade mostraram que sem o aperfeiçoamento técnico dos modos de produção não seria possível realizar progressos econômicos de vulto para modernizar, sobretudo, os países ainda em desenvolvimento.

O evolucionismo expresso nos governos representativos ingleses, difundidos pela Europa ocidental que encontraram cujos principais representantes foram Thomas Hobbes, John Locke e David Hume não cabia, tampouco era útil, ao Brasil no século XX. As primeiras décadas do século XX mostraram claramente que o sistema representativo anterior não satisfaria os anseios das massas nem permitiriam o controle de minorias inaptas no controle da maquinaria do Estado moderno. Os anseios das complexas e amplas classes trabalhadoras não seriam satisfeitos enquanto predominassem ideologias evolucionistas. Somente a tomada do Estado por tendências revolucionárias adequariam o país ao novo estado de coisas.

Desde que surgiram situações excepcionais e aberrantes da normalidade, tinha forçosamente de estimular o espírito revolucionista em todos os países direta ou indiretamente afetados pelas consequências da guerra. Formava-se por toda a parte uma consciência nítida do advento de um período histórico, em que os problemas de vulto capazes de determinar crises profundas se iam multiplicar, exigindo frequentemente recurso a soluções novas e para as quais debalde se procuraria inspiração nos precedentes e nas lições da experiência de época anteriores. (AMARAL, 1934, p. 47).

Todos esses problemas revelaram ao século XX a necessidade de uma grande ampliação na esfera de atividade do Estado, bem como o abandono da estrutura de governabilidade presente no modelo liberal. O Estado deveria apresentar uma face técnica de modo a distinguir-se de qualquer traço que o vinculasse a uma concepção lenta e gradual do processo histórico. Sabendo, assim, que os principais problemas das nações eram, em sua maioria, econômicos a estratégia deveria ser, portanto, de uma orientação progressiva do desenvolvimento técnico.

O engenheiro e teórico francês Georges Sorel (1847 – 1922) foi o primeiro intelectual a sistematizar a ideologia revolucionária visando uma ação transformadora das sociedades. Sorel teria influenciado os dois grandes pensadores revolucionários do século XX, Vladimir Lenin e Benito Mussolini.

A inegável influência de Georges Sorel teria, sem equívocos, sobre o protagonismo da revolução de 1917 a tal ponto que, segundo Azevedo Amaral, seria possível notar por vezes Lenin mais próximo do autor de “Reflexões sobre a Violência” (1908) que do autor de “O Capital” (1867). Refletindo sobre as influências recebidas por Lenin, Azevedo Amaral tece a mais importante nota metodológica acerca do método revolucionário.

A revolução é apenas um método sem finalidade intrínseca e que pode servir tanto à realização de formas mais amplas de organização democrática ou de mais efetiva intervenção das multidões na vida da sociedade, como à ação do caráter inequivocamente reacionário. Não há, pois, entre a essência do fenômeno revolucionário e o conceito popular de revolução nada em comum. (AMARAL, 1934, p. 53).

Essa passagem é importante na medida em que expressa o lugar que Azevedo Amaral deseja alocar a revolução: como método. É sabido que a revolução é comumente associada a um instrumento particular das massas ou das classes populares visando à subversão de algo ou alguém do status quo. Dessa maneira, Amaral defende que a revolução deve estar sempre desvinculada de ideologias específicas e que esta pode ser aplicada em diversos contextos, principalmente como estratégia para a modernização. Houve ainda a intenção de mostrar em que circunstâncias o revolucionismo obteve sucesso aplicando táticas e práticas interessantes à observação e ao aprendizado brasileiro.

A participação das massas no processo revolucionário, se refere a um desses exemplos. Segundo o autor, quanto maior o nível técnico da revolução aplicada menor é o protagonismo das massas na fase de elaboração do movimento. Quanto mais avançada a técnica revolucionária maior é o grau de liberdade das elites intelectuais. Por esse motivo o autor afirma que “sendo aparentemente o fenômeno mais tipicamente demótico, a revolução, como a guerra, é, contudo, uma das expressões

mais impressionantes da eficácia da ação dirigente de pequenas, ou antes, de minúsculas minorias dotadas de inteligência e de vontade de domínio (AMARAL, 1934, p. 55).

À chamada “teoria das revoluções” caberia, portanto, a ação deflagradora da inteligência e da vontade que somente poderiam ser encontradas nas minorias de pequenos grupos privilegiados, uma vez que, a história das revoluções mostrou que essas são fruto de uma educação teórica privilegiada, própria das atividades desses grupos. As revoluções foram sempre precedidas por movimentos de agitação intelectual que, afetando e modificando a mentalidade das classes dirigentes, nenhum ou pouco efeito exerceu sobre o psiquismo das massas. Essas são inconscientes e sua força elementar seria deflagrada sempre pela ação dirigente daqueles que a despertam da sua sonolência.

Os movimentos surgidos espontaneamente nas massas populares e cuja direção cabe a elementos nela integrados e de mentalidade adstrita à órbita passional em que se limita o psiquismo das multidões, podem apresentar empolgante interesse dramático e retardar pelos seus efeitos devastadores o desenvolvimento histórico do grupo humano em que ocorrem ou envolver mesmo o seu aniquilamento. Mas nenhuma influência exerce sobre o seu destino coletivo, devido à sua esterilidade absoluta, decorrente da incapacidade criadora das forças espirituais que atuam nos movimentos dessa natureza. (AMARAL, 1934, p. 60).

O revolucionismo corresponde, portanto, a movimentos de transformação profunda da sociedade, são movimentos inicialmente intelectuais e um fenômeno que pode ser enquadrado também na categoria de métodos de direção das massas. As verdadeiras revoluções promovem mudanças estruturais e não somente rebeliões localizadas que alcançam não mais que breves levantes populares. Assim, quanto mais extensas e complexas as modificações propostas no processo revolucionário maior será a concentração do poder político por grupos políticos dirigentes.

A Rússia representaria um desses exemplos. O processo revolucionário bolchevique foi inicialmente minoritário, dirigido por um pequeno grupo dirigente que sozinho arquitetou e realizou uma revolução nunca experimentada no ocidente. Impregnado de realismo político, Vladimir Lenin endossou a capacidade coordenadora

dos grupos políticos intelectualizados. No que se refere às últimas considerações do autor acerca do episódio revolucionário liderado por Vladimir Lenin, o qual servia em muitos aspectos aos objetivos de desenvolvimento econômico e modernização industrial brasileiros, permanecem suas ressalvas quanto à necessidade de distanciamento do eixo central da ideologia que a moveu. Assim como no exemplo da Itália fascista tais ideologias figuravam seus Estados demasiadamente interventores.

Fora isso e a já citada aversão à violência armada, Azevedo Amaral elogiava a convicção de Lenin sobre a necessidade da passagem de uma economia atrasada para uma organização superior de múltiplas formas de produção que o vasto território russo detinha. Sabiamente o intelectual russo teria compreendido que a revolução econômica deveria preceder as mudanças culturais ao alterar o regime jurídico sobre o domínio da terra desenvolvendo, em seguida, um plano de expansão industrial. Em clara demonstração de conhecimento do contexto analisado, Amaral encerra tecendo algumas considerações sobre a organização da agricultura. A ideia de abolição das propriedades privadas das terras e o projeto de construção de uma cadeia de usinas supridoras de energia elétrica implicariam na concentração do poder político nas mãos daqueles que concebesssem e executassem o plano econômico na sua totalidade. Assim, o Estado bolchevique não poderia seguir para outro caminho que não o ditatorial “à medida que das grandes linhas arquetípicas da renovação econômica da Rússia se fosse passando às minúcias de realização do plano geral” (AMARAL, 1934, p. 74).

Nesses moldes, do sucesso da expansão econômica russa, prevista nos planos quinquenais, resultaria a contradição entre o Estado e uma sociedade economicamente adiantada. A doutrina marxista, que norteava todo o pensamento dos planos de desenvolvimento econômico russo, seria a responsável por uma insustentável concentração do poder econômico. As medidas de um Estado ortodoxo e intransigente colidiram com o individualismo gerado pelo próprio surto econômico da Rússia.

Chama atenção o caráter científico e sofisticado do exame realizado por Azevedo Amaral do caso russo na medida em que o autor delimita e critica o que poderia ser ou não útil ao contexto brasileiro com base em uma corrente de pensamento originariamente divergente à sua orientação capitalista. Outro aspecto interessante

compete ao, até hoje, desconhecimento (ou pouco interesse) sobre a inequívoca influência do marxismo e de Vladimir Lenin sobre os teóricos desenvolvimentistas brasileiros. A influência de Lenin sobre o pensamento e as elaborações de Azevedo Amaral para o desenvolvimento industrial brasileiro foi significativa.

Interessante notar que Azevedo Amaral se apropriou das ideias de Lenin cuja corrente ideológica inspiradora era frontalmente oposta dos seus ideais de sociedade capitalista. Embora Vladimir Lenin houvesse subvertido alguns dos princípios fundamentais do pensamento marxiano tratava-se, inequivocamente, de um dos principais representantes da corrente a qual Azevedo Amaral imputava uma essência evolucionista. As elaborações do revolucionário russo e da corrente ideológica que integrava sem dúvida contribuíram para a implantação e o funcionamento de um novo tipo de Estado forte e centralizado, não apenas capaz de impulsionar e estabilizar a economia no regime comunista, como no exemplo de origem, mas também eficiente para o aperfeiçoamento do sistema capitalista no século XX.

A intenção, neste capítulo, foi mostrar como a teoria leninista contribuiu de forma significativa para as formulações de Azevedo Amaral quanto aos meios mais adequados para a transformação da sociedade brasileira, tendo sido por ele apropriada, no entanto, de forma limitada, de maneira a tornar Lenin um autor mais próximo do veio elitista ao qual o próprio Amaral se vinculava. Tomada como referência, devido ao grande impacto político que causou na época, a revolução bolchevique dirigida pelo estadista russo muito interferiu na forma pela qual o jornalista brasileiro analisou a estrutura dos modelos políticos então vigentes e constantemente debatidos dos anos 1930 no Brasil.

O papel original que Azevedo Amaral atribuiu ao aparelho administrativo do Estado e às possibilidades de ação do seu poder Executivo pode também ser entendida por meio das considerações que fez acerca de sua própria interpretação política e social da Rússia. Mesmo que o ponto de referência tomado tenha sido o de um intelectual situado em uma corrente ideológica distinta da do autor brasileiro, é possível, afirmar que Azevedo Amaral compartilhava concepções semelhantes às de Lenin quanto à função do Estado, da elite intelectual e, em grande medida, quanto ao papel das massas no processo revolucionário das sociedades. Ainda que as finalidades de ambos os autores fossem distintas é razoável considerar que o objetivo de Azevedo

Amaral não foi menos do que o de legitimar o exemplo como uma demonstração dos métodos e da orientação política que se instaurava no século XX. Este deveria ser visto como um método eficiente para a consolidação de um Estado administrativamente forte e participativo nos assuntos da sociedade brasileira.

A relação estabelecida por Azevedo Amaral com Vladimir Lenin nos mostra, para além de um diálogo entre vertentes políticas díspares, um interessante cruzamento teórico. Ao abordar questões centrais do campo da teoria política e do pensamento político brasileiro como, por exemplo: o Estado, a industrialização e a elite intelectual, observa-se uma tentativa teórica comparativa cujo objetivo final foi fornecer elementos robustos e “realísticos” para a modernização brasileira. Estando, portanto, as ideologias desvinculadas do método revolucionário, este ganhou no pensamento de Azevedo Amaral também o *status* de “estratégia” para o avanço brasileiro.

Com base no exame dos capítulos apresentados até aqui seguiremos com a análise dos fundamentos políticos e econômicos do autor. Essas ideias permaneceram inalteradas até a publicação do livro *O Estado autoritário e a realidade nacional*, de 1938, uma de suas últimas publicações em livro e aquele mais conhecido pelas Ciências Sociais brasileiras.

5 AZEVEDO AMARAL UM DESENVOLVIMENTISTA DAS ORIGENS: FUNDAMENTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS

Este livro foi escrito em obediência a razões da mesma natureza, que induziram o autor a produzir, desde 1930, vários ensaios sobre os problemas da atualidade brasileira. Na elaboração desses trabalhos anteriores houve uma tentativa de interpretar as condições que ora se nos deparam no conjunto da realidade nacional, pela investigação das determinantes sociológicas do nosso desenvolvimento histórico. [...] Mas se as finalidades dos livros aludidos eram certamente coloridas por preocupações promanadas de um coração brasileiro, o método adotado na análise sociológica das questões nacionais caracterizava-se por um sentido inconfundivelmente objetivista. Tentando esclarecer por um processo racional e lógico assuntos de vital interesse nacional, o autor tratou dele em uma atitude que, sem pretensioso pedantismo, julga poder qualificar de inspirada pela orientação científica, a cuja disciplina sempre procurou submeter o seu espírito. As páginas que se seguem foram escritas sob o mesmo ponto de vista. [...] Em quatro volumes aparecidos durante os últimos sete anos – “Ensaio Brasileiro”, “O Brasil na Crise Atual”, “A Revolução Política do Brasil”, e “Renovação Nacional” – e de modo particularmente explícito nos três primeiros, foram avançadas sugestões construtivas, algumas delas rigorosamente coincidentes e todas de um modo geral, consonantes com as ideias concretizadas no novo estatuto nacional e com sentido ideológico do Estado agora instituído no Brasil (AMARAL, 1981. p. 18).

A citação acima demonstra a linearidade das publicações de Azevedo Amaral, voltadas à compreensão da realidade brasileira, e sua dedicação aos temas do desenvolvimento industrial e econômico do Brasil. Nesse sentido, se é plausível afirmar que em *O Estado autoritário e a realidade nacional* Azevedo Amaral teceu elogios ao Governo Vargas, é possível também perceber/garantir/declarar/assegurar/confirmar a sofisticação com a qual foram apresentados seus argumentos para a modernização brasileira que, desde 1930, vinha sendo discutida pelo autor. Um conjunto de argumentos e defesas que carregam consigo o chamado *core* ou *núcleo comum* do conceito de desenvolvimentismo, tal como apresentado por Pedro Cezar Dutra Fonseca, e exposto/no capítulo 2 desta tese.

Sem a pretensão de esgotar a análise dos aqui chamados fundamentos econômicos, políticos e sociológicos de Azevedo Amara, este capítulo analisa como

a teoria para a modernização brasileira do autor está vinculada ao campo de estudo do hoje denominado desenvolvimentismo. Além disso, também temos (têm-se) por objetivo ressaltar a maturidade do pensamento do período acerca do desenvolvimento planejado, visando contribuir para futuras pesquisas no campo, bem como mitigar a noção arraigada na qual se convencionou vincular as origens do desenvolvimentismo brasileiro à década de 1950, especialmente à criação da CEPAL.

Em 1938, Azevedo Amaral se concentrou no exame da conjuntura política, social e econômica brasileira, afirmando que as campanhas presidenciais de 1930 foram “preâmbulos políticos de uma crise revolucionária consciente e premeditada” (1981, p. 50).

Várias razões concorreram para entreter no organismo nacional uma vitalidade garantidora da sua capacidade de reação. Em primeiro lugar, possuíamos uma tradição política. Certamente não se tratava de um patrimônio cívico integrado na consciência das massas. Estas nunca haviam representado papel de espécie alguma na evolução política da nacionalidade, que fora desde o período colonial, através de toda a nossa história, dirigida exclusivamente pelas sucessivas elites, que dominaram no cenário brasileiro e que nele atuaram. [...] Essas reservas de espírito cívico e de ideal patriótico foram robustecidas pela influência de causas materiais, que atuaram na vida brasileira desde o começo do século. O progresso econômico e o desenvolvimento de formas superiores de civilização, determinados pela intensificação das atividades em consequência do grande afluxo de capitais ao país, principalmente nos dez últimos anos precedentes à grande guerra, representaram um fator decisivo da consciência nacional. O surto da industrialização iniciado logo nos primeiros anos do regime republicano e intensificada depois pela proteção aduaneira estendida às manufaturas nacionais pelas pautas de 1897 e de 1905 e, mais tarde, vigorosamente propelida pelas circunstâncias decorrentes da grande guerra, imprimiu à mentalidade política brasileira novas energias e uma capacidade [de?] reação como nunca tivera. (AMARAL, 1981, p. 51).

A influência desses fatores, sobretudo os econômicos, permitiu a formação de um operariado urbano, sem o qual não teria sido possível a “eclosão do revolucionarismo” (AMARAL, 1981, p. 53). As revoluções, segundo o autor, seriam “invariavelmente, movimentos partidos de pequenas minorias de elite, que influenciam, educam e organizam as massas para os seus objetivos de mutação política e social” (AMARAL, 1981, p. 52). No Brasil, sob esta orientação teriam convergido todos os tipos de descontentamentos generalizados e esperanças de uma transformação radical da sociedade brasileira. Os problemas políticos ocasionados pela Primeira Guerra

Mundial teriam assumido um caráter peculiar de origem econômica, em cujo contexto exemplos como o da Revolução Russa e também o fascismo italiano teriam provado ao mundo a impossibilidade de realizar revoluções mantendo-se estritamente na órbita da renovação política. Isto é, sem envolver também transformações econômicas e sociais de grandes proporções.

Dessa maneira, o cenário de revolução observado no Brasil em 1930 era justamente a expressão da influência dessas novas orientações econômicas e sociais que rapidamente se desenharam e difundiram logo nas primeiras décadas do século XX. Parte expressiva do argumento defendido por Azevedo Amaral vinha da convicção de que o liberalismo econômico não representava mais um modelo compatível com o capitalismo contemporâneo inaugurado no século XX. Entre outras ações necessárias, também se encontrava a ideia na qual as massas precisavam ser rapidamente incorporadas ao processo de desenvolvimento, a fim de estabelecer uma dinâmica de produção capaz de aquecer o mercado e impulsionar a economia nacional. Para tanto, a superação também do princípio ricardiano da “vocação nacional”²³, no caso brasileiro a vocação agrária, era imprescindível e o Estado deveria ampliar a sua capacidade de intervenção nas atividades econômicas.

Segundo o autor, nenhuma potência nacional do século XX baseava a sua produção em modos rudimentares, tampouco entendia as atividades políticas distantes ou distintas dos interesses econômicos da nação. Mais estritamente acerca dos elementos Estado, nação e organização econômica,   possível observar como Azevedo Amaral estruturou sua defesa para a manutenção daquilo que entendia ser a nova orientação do século XX.

5.1 Estado e Nação

Onde o Estado não é a expressão orgânica da representação autêntica da sociedade não há democracia. (AMARAL, 1981, p. 111).

²³ A conhecida teoria de David Ricardo (1772-1823) defendia as vantagens do livre-comércio entre os países. Utilizando exemplos de mercadorias distintas produzidas pelas nações, Ricardo argumentava que não seria preciso que um país detivesse vantagens absolutas sobre a produção de determinado bem, bastaria apenas uma vantagem relativa. Supunha, portanto, que seria mais vantajoso que um país se especializasse na produção de um tipo de bem e importasse o outro. Assim, ambos os países se beneficiariam.

A defesa do Estado intervencionista é um dos aspectos do pensamento de Azevedo Amaral. Este Estado, contudo, não configura, segundo o autor, nenhum tipo de incompatibilidade com a democracia. A autoridade estatal se integraria “harmoniosamente” às necessidades para o desenvolvimento das nações no século XX, medida a qual muitos países em busca de sua modernização e desenvolvimento econômico poderiam adotar sem que isso colocasse em risco suas democracias. A ação do Estado significaria ainda a sua identificação com a sociedade. Uma forma de união indissociável entre coletividade e organização estatal era que tornava o conceito de representação a base fundamental, necessária e insubstituível do regime democrático. Embora seja inegável o caráter autoritário presente em sua elaboração, interessa mais a este estudo o distanciamento proposto pelo autor das características liberais que reduziriam a organização estatal a um suposto instrumento da vontade social.

Assim, o Estado era mais do que um aparelho cujas funções se limitavam a coordenar ou, mais exatamente, a estabelecer uma certa entre os interesses e as iniciativas individuais, no exercício de atribuições que se restringiam ao círculo judiciário e policial. Além de tais funções, cabia apenas ao órgão estatal agir em defesa da coletividade nacional contra inimigos externos e desempenhar no tocante a certos setores um papel, em que era aliás a sua atividade apenas tolerada, como sucedâneo da ação desenvolvida pelas iniciativas privadas. (AMARAL, 1981, p. 112).

Sua divergência, portanto, era quanto à proposta que confere ao Estado apenas uma posição reduzida e subalterna sobre os assuntos de interesse social. O papel do Estado no século XX era radicalmente oposto ao observado no século XIX. O pensamento político contemporâneo orientava-se no sentido de vincular as ações da esfera estatal ao conjunto das atividades sociais. O Estado defendido pelo autor se configuraria por uma visão realística, definindo, em relação à ordem social e à organização econômica, as linhas separativas entre ação estatal e as iniciativas próprias do indivíduo e dos grupos que se formam no conjunto da coletividade. Desta configuração resultaria a identificação absoluta do Estado com a nação, sem a qual o Estado seria uma entidade distinta da coletividade social. Na democracia liberal não

é possível haver essa identificação nem a noção de sistema representativo, tornando-o um mero instrumento do partido vencedor nas eleições.

Em um regime como ora se encontra no Brasil, o Estado atribui aos indivíduos e aos grupos especiais por eles formados na sociedade uma órbita muito ampla de liberdade de iniciativa. Essa liberdade é particularmente extensa no tocante à elaboração das ideias e à manifestação das expressões do pensamento em qualquer plano de atividade intelectual. (AMARAL, 1981. p. 114).

Da ampliação e da manutenção das funções do Estado dependeria o sucesso dos objetivos então visados para o desenvolvimento brasileiro. Tais características eram, segundo Azevedo Amaral, o que se observava nas diretrizes do Estado Novo. O autor não escondia sua confiança nos métodos adotados pelo governo de então, considerando ainda que este detinha os fundamentos políticos de uma instituição lúcida e, sobretudo, coerente com as necessidades da sociedade brasileira. Ao contrário do passado recente do Brasil, no qual se observava o “sufocamento das aptidões espontâneas da nossa capacidade criadora para elaborarmos instituições” (AMARAL, 1981, p.116).

Azevedo Amaral estava criticando novamente a adoção acrítica de ideias e instituições estrangeiras que, em sua maioria, eram incompatíveis com a realidade nacional e divergentes dos atuais interesses econômicos do Brasil. O percurso político e econômico importado das teorias europeias, exóticas ao Brasil, teria se hipertrofiado, gerando uma forma de individualismo que se expandia desde a renascença, culminando no que autor chamou de “excessos do *laissez-faire*”. Esta orientação teria não apenas obliterado a solidariedade econômica do século XIX como também incluído uma ideia de progresso nacional como algo lento e gradual, típico do pensamento medieval. O que se observou nesse contexto, segundo Azevedo Amaral, foi que a expansão incessante do individualismo, estimulado pelos ideais liberais, precipitou as nações ocidentais a se defrontarem com a perspectiva de um comunismo revolucionário destrutivo. Este modelo não obteve maior êxito no ocidente devido ao aperfeiçoamento constante das indústrias.

Condições inerentes à própria natureza essencial do capitalismo da produção em massa vieram a anular o valor teórico e o alcance prático da doutrina de Marx sobre o caráter irreduzível da luta entre o capital

e o trabalho. [...] Um dos efeitos da expansão do capitalismo da produção em massa foi o deslocamento da ação do capital da esfera individualista, que lhe for circunscrita na órbita traçada por Adam Smith e os seus imediatos continuadores [...] A estrutura do liberalismo econômico desconjuntara-se, não podendo resistir à ação contraditória dos egoísmos individuais com que a tinham argamassado os utopistas do laissez-faire. (AMARAL, 1981, p. 100).

Azevedo Amaral considerava ainda que da previsibilidade dos conflitos entre as combinações capitalistas e as corporações trabalhistas também surgiu a ideia de uma renovação profunda do conceito do Estado, para elaborar-se em torno de organizações estatais, preparadas para intervir com eficácia na esfera econômica.

Após essas considerações, é possível passar à análise mais detida sobre os argumentos do autor acerca do Estado como coordenador das iniciativas privadas, contudo, sem comprimi-las. Ainda sobre este aspecto, é interessante ao objetivo desta tese destacar os subtópicos elencados por Azevedo Amaral em um capítulo dedicado exclusivamente à organização econômica²⁴ para o desenvolvimento e o fortalecimento da industrialização brasileira. Encontramos pontuados tópicos que parecem não ter sido alvo de tratamento direto e consciente. São eles:

- 1 – O Estado coordena, mas não comprime as iniciativas privadas;
- 2 – O indivíduo é o fator principal na produção da riqueza coletiva;
- 3 – O novo regime brasileiro é, no plano econômico, essencialmente capitalista;
- 4 – Significação e alcance do corporativismo;
- 5 – Capitalismo e organização corporativa da economia;
- 6 – Nacionalismo econômico – Transigências do legislador constituinte com certas correntes de opinião;
- 7 – A imigração e a expansão econômica do país – Planificação.

²⁴ Ensaios Brasileiros, 1930. Capítulo VI. (Anexo 2).

5.2 Organização Econômica: formas de dirigismo e corporativismo

Passados oito anos da publicação de *Ensaio brasileiro*, no qual Azevedo Amaral escreveu pela primeira vez sua visão sobre as orientações econômicas do século XX e como estas deveriam ser aplicadas para o caso brasileiro, o autor, não coincidentemente, repetiu o mesmo título em *O Estado autoritário e a realidade nacional*. *Organização econômica* foi o título escolhido por ele para abordar, tanto em 1930 como em 1938, aspectos específicos da ação e da função do Estado na economia e no processo de industrialização e modernização da sociedade brasileira. Com a diferença, obviamente, de que antes havia uma análise da conjuntura histórica mundial e posteriormente o autor se viu inserido em um contexto que, em grande medida, estava em harmonia com aquele postulado no início da década de 1930.

“Que ao Estado cumpre assumir a função de órgão supremo de dirigente das atividades econômicas é ponto por todos admitido.” (AMARAL, 1981, p. 122). Assim começou a análise a este respeito no livro de 1938. Embora o então governo de Getúlio Vargas exprimisse em grande medida as suas ideias, Azevedo Amaral ainda discutia com aqueles que, em sua visão, insistiam que o processo de intervenção econômica deveria ser muito menos “radical”. Por conta disso, Amaral se dedicou a explicitar as diferenças acerca do nível intervencionista do Estado nas esferas da liberdade civil e comercial. O Estado intervencionista totalitário cuja atuação era defendida pelo autor apresentava divergências [em relação] aos Estados comunistas e fascistas.

Em uma sociedade submetida ao comunismo ou ao fascismo, toda a atividade econômica pertence virtualmente ao Estado e o que é deixado como campo da ação individual o é a título precário. De fato, as liberdades concedidas ao indivíduo e às organizações privadas representam apenas uma tolerância, uma situação transitória admitida como consequência da incapacidade temporária do Estado de ocupar-se diretamente daquele setor particular da economia. [...] Tanto na Rússia bolchevista como na Itália fascista deparam-se nos confirmações do que acabamos de dizer.

Nada disso encontraremos no Estado autoritário instituído no Brasil. O princípio fundamental, pelo qual se orientou o legislador constituinte na elaboração dos dispositivos atinentes à ordem econômica, foi o da intervenção estatal nessa esfera com o objetivo de coordenar os

interesses privados em um sistema equilibrado no qual sejam antes e acima de tudo salvaguardadas as conveniências do bem público. Cabe do Estado atuar no jogo das relações econômicas que se processam na vida social, corrigindo abusos, reajustando situações prejudiciais ao interesse coletivo, amparando certos grupos de interesse contra a pressão exagerada de outras forças econômicas que os poderiam prejudicar injustamente. (AMARAL, 1981, p. 120).

Embora nitidamente rígidas suas considerações acerca dos princípios da participação do Estado na esfera econômica, Azevedo Amaral afastava a preocupação em relação à autonomia das iniciativas privadas e das atividades individuais. Diferentemente dos problemas causados pelos Estados totalitários e comunistas, o Estado interventor defendido pelo autor em nada implicaria nas liberdades individuais. Segundo ele, o que estava em curso no Brasil consagrava o artigo 135 da Constituição brasileira que previa o valor “primacial do indivíduo como elemento produtor da riqueza”. Neste sentido, Azevedo Amaral entendia que o comportamento estatal nesses moldes não causava nenhum tipo de impedimento ao livre desenvolvimento das atividades que, ao fim e ao cabo, representavam as atividades comerciais que levariam à riqueza coletiva.

Havia se consolidado na mente dos intelectuais e dirigentes a falência do modelo liberal, desde a Primeira Guerra. Este evento instaurou uma instabilidade tal para as nações que, após ela, todas as nações se depararam com um cenário de incertezas, à procura de novas diretrizes para reestabelecer suas economias. O Estado tal como observado no então regime era resultante das experiências adquiridas pelo recente cenário mundial e consonante com o ponto de vista de diversos economistas da época.

As condições que o liberalismo econômico estabeleceu no século XIX não poderão mais ser restauradas. Uma organização econômica baseada no conceito da ilimitada liberdade de ação individual, deixando os problemas concretos sejam resolvidos pelo jogo das forças econômicas em obediência às supostas leis naturais que os economistas da escola clássica pensaram ter induzido é, nos dias atuais, uma impossibilidade pura e simples. Discutir portanto vantagens ou desvantagens do velho regime do *laissez-faire* pode ser quando muito um passatempo intelectual. Sob o ponto de vista prático, tal questão não interessa ao economista nem ao estadista. A estes o problema que se apresenta é o da escolha das formas preferíveis de intervenção do poder estatal na coordenação das atividades econômicas da sociedade. (AMARAL, 1981, p. 121).

Cabe perceber que Azevedo Amaral não apenas apresentava suas sugestões para a questão então em andamento (o nível de intervenção estatal na economia) como também fornecia ao leitor um panorama do principal debate político sobre os dilemas enfrentados pelo Brasil acerca do seu desenvolvimento e da sua modernização. Habilmente, o autor mostrava as opiniões correntes a respeito do tema mostrava as opiniões correntes em relação ao tema e ilustrava que estas poderiam variar de acordo com o terreno teórico do qual partiam. Nesse contexto, debatia-se, segundo o autor, que o assunto em foco (denominado “dirigismo econômico”), dividia-se de maneira geral em dois pontos de vista fundamentais e estavam, ambos vinculados apreço pela função estatal e das iniciativas privadas.

E à imposição deste poder às forças seria em relação à ação do poder estatal e à imposição deste poder às forças vinculadas à produção e à distribuição da riqueza, diretrizes técnicas, econômicas e comerciais derivadas de um plano de conjunto elaborado pelo poder público, com o objetivo definido de atingir determinados propósitos importantes aos interesses da nação. Esta forma de dirigismo “integral”, segundo o autor, se assemelhava a um regime totalitário. A segunda denominada “economia equilibrada”, seria uma forma de dirigismo econômico compatível com a manutenção de uma considerável liberdade assegurada para as iniciativas privadas. Esta [forma], contudo, não apresentava uma estrutura delineada em seus métodos e em suas finalidades com as ideias totalitárias. Para Azevedo Amaral, desde que organizado em linhas autoritárias, como era o caso do Estado Novo, [este] se tornaria um modelo eficaz de um sistema de economia equilibrada (AMARAL, 1981, p. 122). O autor destacava que este modelo não implicaria em qualquer tipo de opressão ou controle indevido sobre as iniciativas privadas e individuais.

Após esses argumentos, passa para as considerações sobre o papel do corporativismo, tema também recorrente em seus textos. Esse seria um outro aspecto típico e orientado pelas necessidades do século XX e do “capitalismo moderno” inaugurado por ele. Apresentando-se como uma necessidade para a fluidez do sistema capitalista no século XX, o corporativismo não poderia ser vinculado a nenhuma ideologia específica tampouco corresponderia a alguma organização particular do Estado. Seu postulado básico seria a subordinação dos interesses e pontos de vista individuais às considerações e ao sentido do bem coletivo. Nessa lógica, haveria, portanto, uma contradição com a democracia liberal.

O que tornava o antigo capitalismo individualista antinômico do corporativismo e fazia com que este não se pudesse adaptar à estrutura do Estado liberal-democrático era precisamente a falta de identificação da economia liberal com o conceito de coordenação dos interesses individuais sob o ritmo predominante da ascendência do bem coletivo. (AMARAL, 1981, p. 124).

O capitalismo no século XX assumiria novos princípios, influenciado pela passagem do ciclo econômico para uma fase moderna. Nesse novo contexto, o indivíduo e as organizações particulares do empreendimento privado estariam articulados em um sistema coordenado que atuaria em função de diretrizes visando o interesse e o bem comum. Em suma, Azevedo Amaral defendia a noção de corporativismo ao espírito do capitalismo moderno do século XX.

5.3 Organização econômica: nacionalismo político e econômico e capital estrangeiro

Entre os temas mais pesquisados e discutidos pelos intelectuais da época no pensamento brasileiro, o nacionalismo assume contornos singulares na teoria para a modernização brasileira de Azevedo Amaral. Isto se deve ao tratamento da questão em seu aspecto puramente econômico. Talvez, uma das principais preocupações do autor em relação ao tema nacionalismo fosse o impacto da sua compreensão na elaboração da econômica. A profunda influência do nacionalismo político poderia afetar negativamente a reflexão corrente a respeito do conjunto dos problemas econômicos, políticos e sociais do país.

Por influência de acontecimentos particulares ocorridos no continente europeu, teria se convencionado a apreensão do nacionalismo em seu aspecto eminentemente político. Segundo Azevedo Amaral, esta compreensão originou-se no início da era moderna com a unificação das monarquias europeias, passando, posteriormente, da identificação de interesses dinásticos para interesses democráticos após a Revolução Francesa. Finalmente, em 1848, o conceito assumiu definitivamente a forma política do princípio das nacionalidades, enraizando-se na política internacional “em torno da

qual se congregam os povos privados no todo ou em parte das suas prerrogativas nacionais, apoiados pelo Estado interessados em uma redistribuição do poder político, o mundo assumiu aspectos novos” (AMARAL, 1981, p. 126).

Sob a influência dessa, que se torna uma espécie de dogma internacional [...] Dois grandes Estados – a Itália e a Alemanha – unificaram-se, diversas nacionalidades balcânicas foram-se destacando do império otomano, as populações submetidas contra a sua vontade ao domínio de grandes nações desenvolveram uma consciência nacionalista que lhes viria assegurar, por ocasião do desfecho da guerra mundial, a situação de entidades políticas e independentes. O ambiente em que, em 1919, a Europa foi reconstruída por uma série de tratados de paz, caracterizava-se pela nota de intenso nacionalismo que repercutia em todas as direções. Nacionalidades que se julgavam definitivamente extintas ressurgiram como nações soberanas. [...] O espírito nacionalista manifestava-se com tal força que sob a sua influência se operavam verdadeiros prodígios, como o do reconhecimento do direito do povo de Israel a reconstruir na Palestina o seu lar nacional ao cabo de quase dois mil anos de dispersão. (AMARAL, 1981, p. 127).

O que Azevedo Amaral pretendia demonstrar ao leitor, através desta contextualização do percurso histórico do conceito de nacionalismo é como este, em sua visão, encontrava-se, de alguma maneira, cristalizado em seu aspecto político. Outro fator também teria concorrido para o então estado de concepção do nacionalismo, a contemporaneidade. O presente surto do sentimento nacionalista pelo mundo isolaria seu aspecto econômico.

Não havia entre a ideia de organização independente dos Estados, em harmonia com a fisionomia peculiar das suas etnias nacionais, qualquer conceito de isolamento econômico. Pelo contrário, as correntes intelectuais e políticas que propugnavam as causas do nacionalismo achavam-se em geral associadas ao pensamento liberal ainda intimamente ligado às doutrinas livre-cambistas promanadas do economicismo inglês que, desde 40 do século XIX, adquirira ascendência na Grã-Bretanha com a vitória das ideias de Cobden, Peel e outros expoentes da escola de Manchester. (AMARAL, 1981, p. 127).

O nacionalismo político descrito pelo autor não enfrentou a concorrência de outros modelos de interpretação da realidade gerada [pela] Primeira Guerra Mundial. Segundo o autor, no final da década de 1870, Otto Von Bismarck (1815-1898) exerceu grande influência com suas políticas de proteção aduaneira, levando, em última análise, em autarquias e políticas alfandegárias. Surgiram práticas posteriores de

defesa do mercado interno como, por exemplo, praticada pelos Estados Unidos, justificando a necessidade de defesa contra concorrências estrangeiras, influenciando diversos intelectuais, entre eles intelectuais europeus, a defenderem também medidas protecionistas.

Era, portanto, natural que, reconstituindo as peripécias da guerra, cada nação cogitasse de organizar a sua economia por forma a assegurar-lhe, na eventualidade de um novo conflito, independência dos suprimentos de produtos de todo o gênero. A ideia autárquica tornou-se assim parte integrante das preocupações nacionais. Mas não foram somente as grandes potências que se deixaram influenciar por essa preocupação de organizarem-se formando, tanto quanto possível, sistemas verticais de produção que lhes permitissem obter, dentro dos seus próprios territórios, o encadeamento de todos os elos do processo evolutivo. Pequenas nações tentaram imitar essa política de isolamento econômico e, dentro em breve, a Europa apresentava o aspecto estranho de um mosaico de Estados separados uns dos outros por intransponíveis barreiras alfandegárias. (AMARAL, 1981, p. 128).

Fora este o contexto responsável pelo deslocamento para o plano econômico do conceito político do nacionalismo. Segundo o autor, o Brasil de 1930 não tinha condições de fechar-se para o capital estrangeiro. Por esta linha de raciocínio é que se observa o elogio de Azevedo Amaral a estadistas do Império como, por exemplo, Visconde de Mauá. Em sua análise, medidas como a do Barão deram início ao afluxo de capitais estrangeiro e à circulação de mão de obra que impulsionaram o desenvolvimento econômico brasileiro. Desta maneira, o que se impunha ao Brasil era sim uma busca por uma maior autonomia produtiva, bem como pelo seu desenvolvimento econômico e industrial, contudo, isso não significava que o país detinha o capital necessário para tal empreendimento.

O Brasil ainda não dispunha dos insumos básicos para promover sua economia e seu desenvolvimento sem auxílio de recursos estrangeiros. Essa era a realidade brasileira e a isso que o autor chamava de análise realística da situação econômica. Nesse sentido, nem os administradores da nação nem tampouco os seus intelectuais poderiam se deixar influenciar pelo deslocamento de um conceito que, a seu ver, emanava de uma realidade distinta do Brasil cujo fundamento conceitual encontrava-se distorcido. Embora ajustadas as orientações da organização do Estado, Azevedo Amaral considerava ser perigosamente exacerbado o nacionalismo econômico presente no meio intelectual. A percepção desta realidade exigia atenção e cautela

dos tomadores de decisão. Haveria, contudo, medidas acertadas nessa matéria como, por exemplo, a nacionalização dos bancos de depósitos e de empresas que operam em seguros, uma vez que os bancos de depósitos coletam capital de origem nacional.

É evidente que não temos interesse algum em que tais estabelecimentos de créditos sejam estrangeiros, por isso eles não trazem para aqui capitais e, pelo contrário, retiram do país, para distribuir em dividendos pelos seus acionistas estrangeiros, os lucros resultantes das operações bancárias realizadas no nosso território. Não se deve esquecer que o dispositivo do art. 145 da Constituição afeta exclusivamente os bancos de depósito. Há, portanto, ampla liberdade para o estabelecimento no Brasil dos bancos de inversão, isto é, estabelecimentos bancários que venham operar com créditos próprio, aplicando-os em empréstimos às indústrias, à lavoura e outras formas de atividade produtora. (AMARAL, 1981, p. 129).

Sem reservas financeiras para investir no desenvolvimento de suas atividades de produção e no progresso de sua base industrial, a solução para o Brasil passaria necessariamente pela inversão de capitais estrangeiros como também pelo emprego de atividades técnicas especializadas. O Brasil só poderia avançar para uma nova etapa econômica capitalista por meio do impulso dessas atividades as quais, sem ajuda financeira externa, não seriam possíveis. Com a adoção dessas medidas, seria apenas uma questão de tempo para que o país criasse as suas próprias fontes financeiras. O exemplo dos Estados Unidos corroborava essa via, seu percurso econômico teria sido viabilizado pela transformação econômica realizada pela importação de capitais. O Estado poderia assegurar essa transformação por meio da fiscalização, salvaguardando os interesses econômicos do Brasil.

Dado o excesso de nacionalismo econômico disseminado no país, o Estado poderia viabilizar a entrada de capitais estrangeiros para explorar, direta ou por meio das indústrias nacionais, as atividades econômicas básicas. O intervencionismo do Estado na esfera econômica reservar-se-ia de exercer no plano dessas atividades uma função complementar, além do papel coordenador. Suas funções não seriam industriais, exceto apenas em casos em que houvesse interesse de bem público. Ser o agente explorador direto das atividades industriais não caberia ao Estado, já que tal ação não traria o rendimento necessário para o país e afetaria o avanço e o desenvolvimento das empresas nacionais.

[...] a organização de empresas nacionais a que o Estado supriria os

recursos obtidos pelo apelo ao crédito do país, será, incontestavelmente, muito preferível. Não se deve contudo esquecer que em semelhante hipótese teríamos de retornar ao antigo sistema de empréstimos externos realizados pelo poder nacional. Ora, razões de ordem prática facilmente apreciáveis e sobretudo as lições da nossa história financeira tendem a aconselhar que se prefira sempre evitar empréstimos públicos no exterior, deixando que os capitais estrangeiros venham a inverter-se no país sob forma de aplicações no empreendimento privado. (AMARAL, 1981, p. 135).

5.4 Organização econômica: Planificação

Expostas as considerações de Azevedo Amaral acerca da diferença entre o nacionalismo político e o nacionalismo econômico, passemos ao último aspecto, de extrema importância, discutido pelo autor sobre o desenvolvimentismo brasileiro, a planificação. Para Azevedo Amaral, “no meio da efervescência de ideias e sugestões inspiradas pelas correntes econômicas e políticas, orientadas no sentido de dirigismo, o papel do Estado na planificação das atividades produtoras da nação ocupava lugar muito saliente.” (1981, p. 138)

A planificação comporia um dos principais aspectos do Estado interventor. Por meio dela é que se expressariam o pensamento, as ideias ou os objetivos gerais e específicos visados pelo chamado dirigismo econômico. Em outras palavras, significa dizer que sem a planificação não haveria caminho a ser seguido ou objetivos a serem alcançados.

[...] poderemos dizer que na planificação se sintetizam todos os objetivos para os quais convergem as tendências e os esforços dos que pleiteiam a passagem de uma economia empírica para um regime de sistematização racionalizada na produção da riqueza e na sua distribuição. (AMARAL, 1981, p. 139).

A planificação resultaria da especialização das funções nas sociedades avançadas nas quais o objetivo havia ultrapassado as necessidades simples ou primitivas que supriam pequenos grupos. Tratava-se da complexificação, determinada pela esfera econômica, das atividades consideradas peculiares, exercidas em torno da produção

com o objetivo de obter lucros e a satisfação das necessidades de consumo do coletivo.

Diferentemente do que se observava no individualismo do regime liberal-democrático do século XIX voltado apenas para a busca do lucro, às tendências do século XX se adicionavam também o conceito de produção em benefício da coletividade. Até o século XIX, o consumo visava exclusivamente o interesse dos próprios produtores. Isto não significa dizer que Azevedo Amaral minimizasse o papel determinante dos interesses dos produtores e da própria classe dirigente do Estado. O aspecto destacado pelo autor, entretanto, inseria uma nova preocupação em relação à comunidade consumidora²⁵. A ideia ou o conceito fundamental da ideia de planificação era a submissão, ainda que em alguma medida, das atividades produtoras ao ritmo determinado pelas necessidades de consumo e por conveniências particulares da coletividade social (AMARAL, 1981, p. 140).

Em sua leitura, a ideia de planificação econômica surgiu pela confluência de acontecimentos históricos que desestabilizaram a economia mundial, tornando imperativa a criação de ações organizativas e de planejamento. Iniciada na Rússia Soviética, a planificação teria passado a falsa impressão de que não poderia ser adaptada às condições do regime capitalista. Contudo, explicava o autor, a planificação não dependeria das configurações peculiares de qualquer organização econômica ou da forma estrutural do Estado (1981, p. 141). Haveria, certamente, necessidades adaptativas e corretivas a serem adotadas, como se observava no caso do *New Deal* de Franklin Roosevelt, plano resultante dessa instabilidade econômica, iniciada no início século XX e agravada pela então recém-chegada crise econômica de 1929.

²⁵ Para Azevedo Amaral havia ocorrido um processo de desenvolvimento econômico, “através do longo processo da evolução humana girou invariavelmente em torno da ideia de lucro associado à produção e distribuição das coisas que eram procuradas para consumo e uso pela coletividade. Aplicando-se aos fenômenos econômicos a noção hegeliana do desenvolvimento dialético, deveremos qualificar essa fase da expansão e complicação crescente das atividades da produção e da distribuição da riqueza como a etapa antitética da situação inicial em que o sentido da economia primária era nitidamente caracterizado pela finalidade de servir aos interesses sociais. Com a marcha progressiva do movimento de plasmagem de organizações humanas cada vez mais extensas e complexas, a ideia do lucro, isto é, do aproveitamento das necessidades econômicas da sociedade em benefício dos indivíduos e dos grupos empenhados no trabalho produtivo da riqueza e da sua distribuição, assumiu ascendência incessantemente maior. O epílogo dessa marcha evolutiva da economia das nações foi o individualismo, que se tornou, no século XIX, um dos aspectos essenciais do regime liberal-democrático. (AMARAL, 1981, p. 139).

Mais recentemente, teriam sido os Estados Unidos a reconhecer os problemas práticos da economia no capitalismo contemporâneo do século XX. À frente desse movimento estaria o economista estadunidense Thorstein Veblen, responsável não apenas pela renovação do pensamento econômico daquele país bem como pela formulação das novas diretrizes adotadas pelo então presidente Franklin Roosevelt. O novo plano econômico adotado nos Estados Unidos tornava-se a experiência mais nova do século a tentar planificar a sua economia nos moldes do capitalismo contemporâneo.

Ao citar uma das maiores e mais novas potências econômicas do mundo, o objetivo de Azevedo Amaral não era diferente daquele observado em seus primeiros livros do início dos anos 30. Tratava-se, portanto, de demonstrar este caso como mais um exemplo da ação revolucionária operada na esfera econômica e dirigida pelo Estado.

Com a revolução assim operada na estrutura econômica e no dinamismo das atividades produtoras dos Estados Unidos, a economia planificada integrou-se definitivamente como método normal de organização da produção e da distribuição da riqueza no mundo contemporâneo. De ora em diante poderão contraditar-se fórmulas especiais relativas aos programas de planificação. Mas a ideia do plano econômico está definitivamente firmada na consciência universal. Ao empirismo da economia prática opõe-se agora incontestavelmente vencedor o conceito de uma planificação racionalizada, que deverá criar a ordem onde impera o caos, expressão final dos efeitos sucessivamente acumulados pela ação do individualismo liberal na esfera econômica. (AMARAL, 1938, p. 141).

A partir dessas considerações, infere-se, portanto, que o ponto essencial de qualquer planificação exigiria um órgão central coordenador e forte, capaz de atuar em todos os setores das atividades econômicas e sociais do país em questão. Somente o Estado poderia ser este órgão regulador, sem o qual não seria possível o sucesso do planejamento elaborado. Também cumpriria papel decisivo a participação das iniciativas privadas, dado que as experiências totalitárias teriam demonstrado o perigo da concentração exclusiva de todos os assuntos econômicos pelo poder público.

Por mais imprescindível que seja a intervenção do poder público na esfera econômica, não lhe é possível solucionar os problemas que nela surgem por uma forma arbitrária e à revelia das forças que ali representam as iniciativas privadas. Assim, a planificação econômica só pode ser elaborada em harmonia com os elementos supridos pela realidade da vida econômica nacional se entre o Estado e as entidades representativas do empreendimento privado se estabelecer um entrelaçamento de esforços orientados para a solução dos problemas sociais em apreço. Essa cooperação é imprescindível para o êxito de qualquer planificação, seja esta restringida a um setor da produção apenas ou se trate de um plano econômico em linhas nacionais. (AMARAL, 1938, p. 141).

Citando o economista e historiador George Douglas Howard Cole (1889-1959), Azevedo Amaral afirmava que o princípio básico da planificação era a intervenção e a ação coordenadora do Estado.

Aplicando, assim, essas considerações ao cenário e à realidade política brasileira dos anos 1930, Azevedo Amaral criticava o modo como as medidas de planificação econômica foram expressas no estatuto de 1934. Nela, sob o art. 16, referente às “Disposições Transitórias”, prescrevia-se uma aplicação imediata de um plano de reconstrução econômica nacional demonstrando a falta de senso crítico e o despreparo de suas elaborações na medida em que se estipulava em “termos vagos” a preparação “imediata” de um plano de reconstrução nacional. Tratava-se, portanto, da “incompreensão da extrema complexidade e das enormes dificuldades apresentadas por um trabalho daquela natureza.” (AMARAL, 1938, p. 142). Em sua análise, o Brasil não se achava equipado dos elementos necessários para empreender aquele projeto. Planificar em conjunto a economia brasileira exigiria, primeiramente, um balanço do potencial econômico do país, a determinação, ao menos em alguma medida, mais precisa dos recursos e das fontes de riqueza nacionais. Isso não poderia ser realizado sem o devido levantamento estatístico que mostrasse os meios que o país dispunha para explorar seus recursos naturais. Não à toa o artigo constitucional mencionado teria caído no esquecimento.

Sobre as mentes qualificadas para dar início a este empreendimento, apenas dois membros da Câmara já dissolvida haviam trazido colaborações de vulto. Estes foram, segundo Azevedo Amaral, Arthur Neiva²⁶ e Roberto Simonsen²⁷.

Outra iniciativa análoga ocorreu por conta do representante classista Sr. Roberto Simonsen que, em discurso pronunciado no plenário da Câmara em 11 de setembro de 1935, esboçou com sua reconhecida competência em assuntos dessa natureza uma análise dos aspectos capitais na nossa atualidade econômica, adiantando também ideias construtivas coordenadas sob a inspiração de uma orientação sistemática definida (1938, p. 142).

Azevedo Amaral finaliza apontando que um plano econômico pressupõe a organização prévia de uma ordem racionalmente coordenada sobre a qual deverão se apoiar o conjunto de medidas tendentes à planificação das atividades produtoras. Uma ação que requer um preparo no plano econômico.

²⁶ Relatório de Arthur Neiva à Comissão Mista da Reforma Econômico-financeira de 1935.

²⁷ “Aspectos da Política Econômica Nacional”, de Roberto Simonsen, 1935.

CONCLUSÃO

Fenômeno de magnitude histórica e de relevância inconteste para a atual configuração social, política e econômica do país, a pesquisa sobre as origens do desenvolvimentismo requer análise exaustiva não apenas por motivação de cunho historiográfico, mas principalmente para fazer avançar o debate acerca desta ideologia tão cara à constituição do Brasil contemporâneo. (FONSECA, 2017, p. 421).

O projeto desenvolvimentista brasileiro não surgiu subitamente. E quando o debate gira em torno das origens do fenômeno desenvolvimentista no Brasil, é possível afirmar haver certo grau de distanciamento entre os campos do pensamento político e econômico brasileiros. Embora não tenha sido o principal objetivo dessa tese examinar esta questão, observamos a primazia da esfera econômica sobre a política, a qual também parece ter contribuído para uma menor escala de apreciação do pensamento político nesta matéria, especialmente no que se refere ao conhecimento acerca da produção política intelectual do tema entre os anos de 1930-1945. Isso nos leva ao entendimento no qual a compreensão de que esse projeto não pode ser entendido em sua completude sem que se remonte ao pensamento político brasileiro.

Cientistas políticos de vulto como, por exemplo, Wanderley Guilherme dos Santos (2017) já nos chamavam atenção para as raízes do pensamento político brasileiro acerca da noção de que sem a devida apreciação e pesquisa sobre esse campo não seria possível apreender a história do pensamento nacional brasileiro como um todo, isto é, em todos os seus aspectos e suas contribuições.

Nesse sentido, Pedro Fonseca qualificava a contribuição desses intelectuais ressaltando que havia nos mesmos “a convicção de que havia uma nação a ser construída, assentada na crença segundo a qual o futuro estava nas mãos e ao alcance das decisões tomadas naquele momento” (2008, p. 700).

Ao que tudo indica, a criação da Cepal no final da década de 1940 influenciou sobremaneira neste contexto, desconsiderando não apenas um conhecimento mais profundo sobre os intelectuais engajados do período que participaram desse debate como também contribuindo para uma maior complexificação da construção de um

consenso em torno do conceito de desenvolvimentismo, ou seja, o que Pedro Cezar Dutra Fonseca (2015) denominou atributos conceituais “principais” e “supostos” do fenômeno.

Com base na delimitação do conceito de desenvolvimentismo de Pedro Fonseca (2015), esta tese averiguou a relação entre a proposta para o progresso econômico nacional através da industrialização e da modernização brasileiras, e a fase inicial da constituição do projeto desenvolvimentista no Brasil, denominado por Ricardo Bielschowsky (1988) de “origens do desenvolvimentismo” (1930-1944).

Azevedo Amaral, como é mais conhecido no campo do Pensamento Político Brasileiro, tornou-se uma das principais referências no debate sobre o autoritarismo e o corporativismo nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil, como demonstraram, por exemplo, os trabalhos de Aspásia Camargo (1967) e Ângela de Castro Gomes (2012). Não sendo possível, no entanto, afirmar o mesmo sobre o conhecimento da literatura especializada acerca das contribuições do autor para o pensamento econômico do período, principalmente no que se refere ao desenvolvimento econômico planejado. Talvez isso se deva ao parco número de pesquisas que se dedicaram direta ou indiretamente aos aspectos puramente econômicos de sua teoria.

Sabendo que o *core* [do?] conceito de desenvolvimentismo de Pedro Fonseca (2015) abrange as três principais fases do desenvolvimentismo elaborado por Ricardo Bielschowsky (1988): 1930-1944: origens do desenvolvimentismo; 1945-1955: amadurecimento do desenvolvimentismo e 1956-1964: auge e crise do desenvolvimentismo, foi possível analisar cada um dos três elementos (intervenção do Estado na economia, industrialização e projeto nacional).

Resultante de uma reorientação política e econômica causada pela falência do liberalismo econômico do século XIX, o diagnóstico de Azevedo Amaral indicava que, para realizar a modernização brasileira, o Brasil precisaria planejar o seu desenvolvimento econômico por meio de um projeto de fortalecimento de suas bases industriais. A industrialização não poderia se dar por meio da espera de supostos impulsos vindos da dinâmica espontânea do mercado, seria preciso que o Estado interviesse na economia e coordenasse esse desenvolvimento.

Parte expressiva do argumento do autor foi no sentido de demonstrar como o liberalismo não representava mais um modelo compatível com o capitalismo que, em

sua leitura, inaugurava-se com a chegada do século XX. As massas precisavam ser rapidamente incorporadas ao processo de desenvolvimento, a fim de estabelecer uma dinâmica de produção capaz de aquecer o mercado interno e impulsionar a economia nacional. Para tanto, a superação do princípio da vocação agrária seria imprescindível e o Estado deveria ampliar a sua capacidade de intervenção nas atividades econômicas. Nenhuma potência nacional do século XX baseava a sua produção em modos rudimentares de produção e/ou mantinha as atividades políticas dissociadas dos interesses econômicos da nação.

O Estado brasileiro e o seu aparelho administrativo deveriam coordenar as atividades de exploração da riqueza nacionais em vistas do crescimento do país como um todo. Contudo, ao Estado caberia dirigir e não reprimir as iniciativas privadas. O nacionalismo de sua teoria se vinculava à natureza política do projeto industrializante. A posição do autor em relação à injeção do capital estrangeiro era pragmática e objetiva. Como o Brasil não dispunha dos recursos financeiros necessários ao avanço e à autonomia nacional, o capital internacional deveria ser utilizado para investir nas iniciativas privadas.

Com base nessas considerações, esta tese sustentou a hipótese de que a teoria para a modernização brasileira proposta pelo intelectual jornalista e médico carioca Antonio José do Azevedo Amaral pode ser incluída ao grupo de teorias que Ricardo Bielcshowsky (1988) denominou de “origens do desenvolvimentismo brasileiro”, uma vez que as ideias defendidas pelo autor reúne os três principais elementos do que Pedro Fonseca (2015) denominou *core* do conceito ou tripé conceitual do fenômeno desenvolvimentista.

Com base nessas considerações, aponta-se a necessidade de maiores e mais profundos estudos acerca da industrialização planejada no pensamento político de 1930-1945, bem como da influência da corrente de pensamento marxista e leninista nesse modelo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano. Modernidade e desenvolvimento econômico em Azevedo Amaral. In: *Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011.
- ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1889*". Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.
- _____. *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- AMARAL, Antonio. *Ensaio brasileiro*. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930.
- _____. *O Brasil na crise Atual*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- _____. *A aventura política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- _____. (1938) *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília, UNB. 1981.
- ARRUDA, José. A crise do capitalismo liberal. In: *O século XX: o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRANDÃO, Gildo. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v.48, n.2, p.231-268, 2005..
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Editora 34, 2003.
- _____. Do velho ao novo desenvolvimentismo. In: OCAMPO, José Antônio; ROSS, Jaime (Org.). *Handbook of Latin American Economics*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- _____. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.
- _____. Nacionalismo econômico e desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, São Paulo, v.27, n.3, p. 853-874, 2018.
- CAMARGO, Aspásia. A teoria política de Azevedo Amaral. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 2/3, p. 194-224, 1967.

CAPELATO, H. Maria. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DE MARCO, Tamyres Ravache Alves. Azevedo Amaral e as origens do desenvolvimentismo. Revista Política Hoje, [S.l.], v. 27, p. 123-137, maio 2018. ISSN 0104-7094. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/231887>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

_____. *Um Leninista não marxista – a teoria da revolução de Lenin nas obras de Azevedo Amaral*. 2015. (Dissertação de mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

FAUSTO, B. História do Concisa do Brasil. 3ª Edição. São Paulo: Edusp, 2016.

FONSECA, Pedro. As origens teóricas do pensamento da CEPAL. In: POLLETO, Dorival Walmor (org.). 50 anos do Manifesta da CEPAL. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, Ricardo. (Org.). Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas, as políticas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.

_____. Estado e industrialização consciente: 1930-1945. Questões de Economia Política, Porto Alegre: ano 3, n. 4, p. 20-32, 1987.

_____. As origens e vertentes do pensamento cepalino. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 333-358, 2000.

_____. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 23, n. 1 (89), p. 133-48, jan./ mar. 2003.

FONSECA, Pedro Cezar D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. Revista Pesquisa & Debate, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004a.

_____. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas no contexto da I República. XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC. João Pessoa, 2004b.

Furtado, C. (2009). Formação Econômica do Brasil: edição comemorativa 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras (publicado originalmente em 1959).

GERMANI, Gino. Política e Sociedade Numa Época de Transição: da sociedade tradicional a sociedade massa. São Paulo: Mestre Jou, 1975.

GOMES, Ângela C. (2012), “O século do Corporativismo, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas”, Revista de Sociologia & Antropologia, vol.: 02.04: 185-209.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma Interpretação in FAUSTO, Bóris (org.). *História geral da civilização brasileira*. t. iii, v. ii. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil. 1990.

_____, Bolívar. Introdução In AMARAL Antonio José do Azevedo. *O Estado Autoritário e A Realidade Nacional*. Brasília. UNB. 1981. pp. 1-14.

LÊNIN, Vladimir. “Qué Hacer?”. In: Strada, Vittorio (org). *Qué Hacer? : teoria y práctica del bolchevismo*. Cidade do México. Ediciones Era, 1977.

LEOPOLDI, Maria. A Economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: *O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LYNCH, Christian. (2011). Saquaremas e luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil". *Insight Inteligência*, v. 55, p. 21-37.

_____. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Revista Dados* vol.56 nº.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2013, pp. 727-767.

_____. Cartografia do Pensamento Político Brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº.19. Brasília, janeiro – abril de 2016, pp. 75-119.

LOVE, Joseph. A construção do Terceiro Mundo – Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. São Paulo, Paz e Terra.137 | *Revista Política Hoje - Volume 27*, Edição Especial, 1988.

LOMBARDI, Maria. “Azevedo Amaral e a revista “Novas Diretrizes”: um projeto de modernização autoritária do Brasil”. *Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política*. Brasília, 2014.

MARTINS, Luis. “Desenvolvimento econômico, autoritarismo e corporativismo no pensamento de Azevedo Amaral”. *Simpósio Nacional de História*, xxvii, 2013. Natal, Rio Grande do Norte.

MALTA, Maria. [et. al.]. (2011). *Ecos do Desenvolvimento: Uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro, IPEA: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil: 1930/45*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1978.

OLIVEIRA, Lúcia; GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Celina. *Elite Intelectual e Debate Político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.

OLIVEIRA, Lúcia. O Pensamento de Azevedo Amaral. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de, VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*, Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 48-70.

PAULA, Luiz; SANTOS, Fabiano, MOURA, Rafael. *O Projeto Desenvolvimentista dos Governos do PT: Uma avaliação integrada da economia e política*. 2019

PIVA, Luis. Azevedo Amaral: O Estado Novo é a realidade. In: *Ladrilheiros e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Editora 34/DCP-USP, p. 89-151. 2010.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REIS, Daniel. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

RAMOS, Alberto. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1961. p. 169-18.

SAES, Guillaume. Uma análise do pensamento de Azevedo Amaral com base em suas obras: o Brasil na crise atual e o estado autoritário e a realidade nacional. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 1, n. 1, p 62-79, jan/jun. 2008.

SALOMÃO, Ivan. *O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro*. 2013. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013.

_____. As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 27, p. 421-442, 2017.

SANTOS, Wanderley. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

_____. *A Imaginação Política Brasileira: cinco ensaios de história intelectual*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

WEBER, Izabel. *O Organizacionismo em Azevedo Amaral*. São Paulo: CopyMarket, 2000.

ANEXO A – Livros publicados por Azevedo Amaral

Livro	Ano	Editora
Ensaio brasileiros	1930	Livraria José Olympio
O Brasil na crise atual	1934	Companhia Editora Nacional
A aventura política do Brasil	1935	Livraria José Olympio Editora
Tarzan e o leão de ouro*	1935	Companhia Editora Nacional
O amor nunca morre *	1935	Companhia Editora Nacional
O casamento de Ana *	1935	Companhia Editora Nacional

Paixão e sangue *	1936	Companhia Editora Nacional
Renovação nacional	1936	Departamento Nacional de Propaganda
O Estado autoritário e a realidade nacional	1938	Editores Omena e Barreto
A verdade sobre a Espanha	1938	Editores Diretrizes
O século do corporativismo – doutrina do corporativismo integral e puro*	1938	Livraria José Olympio Editora
Getúlio Vargas estadista	1941	Editores Pongetti

Nota: * (Tradução).

Fonte: A autora, 2020.

ANEXO B – Índice do livro *ensaio brasileiros* de Azevedo Amaral (ano 1930)

Capítulo	Título*	Página
Prologo	-	5
I	Determinismo Histórico	11
II	Factor Humano	61
III	Formação Brasileira	105
IV	Evolucionismo e Revolucionismo	173
V	Tendências Políticas	195

VI	Organização Econômica	247
VII	Valorização do Homem	273

Nota: * (Ortografia original)

Fonte: A autora, 2020.

ANEXO C – Índice do livro “*O Brasil na crise atual*” de Azevedo Amaral (Ano 1934)

Capítulo	Título*	Página
Prefácio	-	7
I	O methodo revolucionário	11
II	Illusões do pós-guerra	51
III	Individualismo e collectivismo	85
IV	A paz e a guerra	105
V	Realidade e ficção na crise brasileira	137

VI	O Brasil real	171
VII	A nação, a Província e o Município	201
VII	Conflito de Culturas	227

Nota: * (Ortografia original)
Fonte: A autora, 2020.